

Uma publicação do



RMC, Revista Mineira de Contabilidade,
Belo Horizonte, v. 23, n. 2, maio/agosto de 2022
<http://revista.crcmg.org.br>
ISSN: 2446-9114



RMC

Revista Mineira de Contabilidade
Journal of Accounting of Minas Gerais



Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – Unai - MG

| Subvenções governamentais e gerenciamento de resultados: uma análise nas empresas componentes do IBRX100

| Ensino remoto na contabilidade: dificuldades e adaptações dos professores e estudantes na pandemia

| Variações cíclicas na economia brasileira e retorno do investimento

| Pensamento crítico como uma competência dos mestrandos de contabilidade: análise sob a ótica de bloom

| Impactos da pandemia: fatores que explicam a divulgação voluntária no contexto do covid-19

| Gerenciamento de impressão das narrativas contábeis da Vale S.A. em detrimento do rompimento da barragem de brumadinho

| Nobes, C., & Stadler, C. (2018). Investigating international differences in financial reporting: Data problems and some proposed solutions. *The British Accounting Review*, 50(6), 602-614

REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE

Periodicidade quadrimestral
Volume 23, nº 2, Maio/Junho/Julho/Agosto de 2022
ISSN 2446-9114

CRCMG

Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
Rua Cláudio Manoel, 639, Savassi - Cep 30140-105
BH/MG - Tel: (31) 3269-8400 - E-mail: rcmg@crcmg.org.br
Edição: Fernanda Oliveira - MG 06296 JP

Redação: Deborah Arduini - MG 15468 JP

Assistente Editorial: Suélen Teixeira de Paula

Diagramação: Phábrica de Produções

Capa: Luiz Paulo Serafim de Oliveira

E-mail: revista@crcmg.org.br

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. As matérias desta revista podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

CORPO DIRETIVO**Presidente do CRCMG**

Suely Maria Marques de Oliveira

Comitê de Política Editorial

Prof^ª. Dra. Virginia Granate Costa Sousa, ISCA/UA, Portugal;
Prof. Dr. Alexandre Bossi Queiroz, Brasil;
Prof. Dr. Ilirio José Rech, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil;
Prof. Dr. José Elias Feres de Almeida, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil;
Prof. Dr. Josedilton Alves Diniz, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil;
Prof. Dr. Manoel Raimundo Santana Farias, Universidade São Judas Tadeu (USJT), Brasil;
Prof^ª. Dra. Kelly Cristina Múcio Marques, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil;
Prof^ª. Dra. Sheizi Calheira Freitas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil;
Prof. Msc. Oscar Lopes da Silva, Saber e Saber - A Arte de Educar, Brasil

Editora

Prof^ª. Dra. Nálbia de Araújo Santos, Departamento de Administração e Contabilidade Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Editores Adjuntos

Prof. Dr. Ewerton Alex Avelar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Edvalda Araújo Leal, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Lara Cristina Francisco de Almeida Fehr, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil;
Prof^ª. Dr^ª. Bruna Camargos Avelino, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil;
Prof. Dr. João Estevão Barbosa Neto, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Brasil

Corpo Editorial Científico

Prof^ª. Dra. Márcia Athayde, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil;
Prof^ª. Dra. Márcia Maria dos Santos Bortolucci Espejo, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;
Prof^ª. Dra. Patricia De Souza Costa, Universidade de Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Brasil;
Prof. Msc. Renato Ferreira Leitão Azevedo, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), Brasil & University of Illinois at Urbana-Champaign - UIUC, EUA, Brasil;
Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil;
Prof. Dr. Valcemiro Nossa, FUCEPE Business School, Brasil;
Prof^ª. Dra. Vilma Geni Slomski, FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Brasil;
Prof^ª. Dra. Xiomara Esther Vásquez Carrazana, Universidade de Granada, UDG, Cuba, Cuba

CONSELHO DIRETOR 2020/2021**Presidente**

Suely Maria Marques de Oliveira

Vice-Presidente de**Administração e Planejamento**

Oscar Lopes da Silva

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Mário Lúcio Gonçalves de Moura

Vice-Presidente de Registro

Renildo Dias de Oliveira

Vice-Presidente de Controle Interno

Maria da Conceição Barros de Rezende

Ladeira

Vice-Presidente de**Desenvolvimento Profissional**

Andreza Célia Moreira

Conselheiros Efetivos

Adelaide Maria da Cruz

Alacir Ribeiro Antonio Filho

Alexandre Queiroz de Oliveira

Andreza Celia Moreira

Berenice Pereira Sucupira

Celso Guimaraes da Costa

Cristiano Francisco Fonseca Neves

Cristina Lisboa Vaz de Mello

Daniel Lucas Cardoso

Denise de Oliveira Santos

Diogenes de Sousa Ferreira

Edenilson Duraes de Oliveira

Helio Ricardo Teixeira de Moura

Janilton Marcel de Paiva

Lucas Carneiro Machado

Marcos de Sa Goulart

Maria da Conceicao Barros de Rezende

Ladeira

Mario Lucio Goncalves de Moura

Oscar Lopes da Silva

Otarcizio Jose Dutra

Patricia Regina Teles

Renato Miguel da Cruz

Renildo Dias de Oliveira

Romeci Rodrigues dos Santos

Sandro Angelo de Andrade

Stella Maris Carvalho Cabral

Suely Maria Marques de Oliveira

Conselheiros Suplentes

Ana Carolina Braga de Moura

Ananeli Ramos da Silva

Aretuza De Pinho Tavares

Bruna Rauen Silva Pereira

Cleuton Assis dos Santos

Elias Wagner Silva

Emanuelly Melo Teixeira Dias Borges

Erick Junqueira de Almeida

Erico Souki Munayer

Evani Lucio de Melo

Fernanda Nogueira Gil

Gabriel Alfredo da Silva Torga

Gideao Jose Pinto Oliveira

Jens Erik Hansen

Josmaria Lima Ribeiro de Oliveira

Leonardo Firmino dos Santos

Maique Maia Gomes

Marina Ribeiro Xavier Cunha

Marlucio Candido

Onofre Junqueira Junior

Raquel Angelo Araujo

Renildes Dantas De Almeida

Rogeria Marques Valente Libero

Ronaldo Maciel Dutra

Rosely Jesuina do Nascimento E Santos

Sandro Lobo Araujo

Revista Mineira de Contabilidade. Ano 23, n. 2, 2º Quadrimestre, 2022.
Belo Horizonte: Conselho Regional de Contabilidade de MG.
Quadrimestral
ISSN 1806-5988

2- Contabilidade - Periódico

CDU657 (051)

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização. A RMC está utilizando o SEER como meio de gerenciamento do periódico. O SEER foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência à edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação online e sua indexação. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/>
© Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - 2015

Palavra da Editora

Prezados Leitores,

Apresentamos a segunda edição do quadrimestre de 2022 da Revista Mineira de Contabilidade (RMC), que publica artigos relevantes relativos às suas linhas editoriais. Assim, a RMC cumpre com a sua missão de divulgar a produção de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos na área contábil.

Iniciamos esta edição com a seção de Editorial, intitulado “Algumas considerações sobre a afetividade e o ensino de contabilidade”, elaborado pelo autor convidado pelos editores da RMC, o Professor Romualdo Douglas Colauto. O editorial aborda a relação entre a afetividade e a cognição e a relação no processo de ensino-aprendizagem no contexto das Ciências Contábeis.

Após o Editorial, na linha de Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, apresenta-se o artigo intitulado como “Subvenções governamentais e gerenciamento de resultados: uma análise nas empresas componentes do IBrX100”, cujo objetivo é analisar a possível relação entre as subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados de empresas componentes do Índice Brasil 100 (IBrX100) da [B]³. Os autores são João Antônio da Costa Neto, Thales Spinelli Máximo Lins, Francisco José da Silva Júnior e Rena Paes de Barros Câmara.

Os próximos artigos são da linha editorial de Mercados Financeiro, de Créditos e de Capitais. Assim, o estudo de Verônica Rosa Tempesta e Gilberto José Miranda tem o objetivo de identificar se o Retorno do Investimento (ROCE) setorial no Brasil guarda relação com as fases dos ciclos econômicos entre os anos 2000 e 2018, sendo que seu título é “Variações cíclicas na economia brasileira são refletidas nos indicadores setoriais?”. Com o objetivo de investigar como estão representadas as estratégias de gerenciamento de impressão de dissimulação nas narrativas contábeis na comunicação corporativa, quando do rompimento da barragem de Brumadinho (ocorrido em 25 de janeiro de 2019), pertencente à empresa Vale S.A., foi realizada a pesquisa “Gerenciamento de impressão das narrativas contábeis da Vale S.A. em detrimento do rompimento da barragem de brumadinho”, cuja autoria é de Jonas Rosso Cadorin e Viviane Theiss.

Na linha editorial de Ensino e Pesquisa em Contabilidade, o estudo intitulado “Pensamento crítico como uma competência nos mesrandos de contabilidade: análise sob a ótica de Bloom” tem o objetivo de demonstrar como o pensamento crítico é desenvolvido dentro da disciplina de Controladoria, nos programas de mestrado em Contabilidade, à luz da Taxonomia de Bloom revisada. Os autores são Simone Boruck Klein, Pâmila Eduarda Balsan Colla, Thiago Cesar Bezerra Moreno e Silvana Anita Walter. O artigo “Ensino remoto na contabilidade: dificuldades e adaptações dos professores e estudantes na pandemia”, de autoria de Cleber Augusto Pereira, Walter Saraiva Lopes, Pablo Francisco Sousa Carvalho, Maria Daniela Alves Bezerra e Bárbara Alencar da Silva Mota, avalia a percepção dos professores e estudantes do curso de Ciências Contábeis em uma universidade pública do Nordeste.

Dentro da linha editorial de Contabilidade Societária, tem-se um artigo cujo objetivo é identificar o que motivou as empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3 a divulgarem informações voluntárias sobre a pandemia, sendo intitulado de “Impactos da pandemia: fatores que explicam a divulgação voluntária no contexto do Covid-19”. Os autores são Clarissa Gonçalves de Almeida e Thiago Costa de Abreu. Por fim, apresenta-se a resenha desenvolvida por Geovane Camilo Santos, que tem como objetivo apresentar uma síntese das principais ideias discutidas no artigo científico intitulado “*Investigating international differences in financial reporting: Data problems and some proposed solutions*”, dos professores Christopher Nobes e Christian Stadler, publicado em 2018, pela *The British Accounting Review*. Esse *paper* contém pontos relevantes sobre pesquisas desenvolvidas a respeito do tema de contabilidade internacional.

Assim, felicitamos os autores que tiveram os artigos aprovados e a publicação de seus estudos na Revista Mineira de Contabilidade (RMC) - pesquisas que trazem contribuições para o conhecimento da área de Ciências Contábeis! Agradecemos aos autores pelo voto de confiança, por submeterem seus artigos à RMC e acreditarem na qualidade do seu processo de avaliação, e aos avaliadores pela dedicação na realização de um trabalho prestimoso.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Profa. Dra. Nálbia de Araújo Santos

Editorial

Algumas Considerações sobre a Afetividade e o Ensino de Contabilidade

Romualdo Douglas Colauto

rdcolauto.ufpr@gmail.com

Pós-doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP. Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR). <https://orcid.org/0000-0003-3589-9389>

A expectativa do estudante e a estrutura organizacional fornecida pela Instituição de Ensino são importantes para superar os desafios da trajetória universitária. No entanto, há outro aspecto de extrema importância que permeia a vida dos professores e alunos e exige maturidade emocional e adaptabilidade às novas formas de estabelecer relações interpessoais e lidar com as mudanças no ambiente acadêmico. Trata-se da afetividade pedagógica.

A afetividade é estudada em seus vários aspectos e sua definição remete a termos como emoção, sentimentos, estado de ânimo e afeto (BERCHT, 2001). De acordo com Bercht (2001), o termo afetividade refere-se a todo domínio das emoções propriamente ditas: sentimentos; emoções; experiências sensíveis; e, principalmente, à capacidade de poder entrar em contato com sensações. Assim, a afetividade refere-se à disposição do ser humano de ser afetado pelo mundo externo e interno por meio de sensações ligadas às tonalidades agradáveis ou desagradáveis.

A relação entre a afetividade e a cognição foi constatada em investigações empíricas por pesquisadores de diferentes áreas de atuação, como a Fisiologia, a Psicologia, a Educação, a Neurociências. Na área de Ciências Contábeis, são poucos os esforços para compreender a relação afetividade e cognição (MEURER; LOPES; COLAUTO, 2020). Os poucos esforços não remetem à ideia, em hipótese alguma, de que a questão afetiva-cognitiva esteja resolvida na relação ensino-aprendizagem nos cursos de graduação e pós-graduação.

O argumento de que as atividades educacionais não devam ser exclusivamente cognitivas e sim, contemplar os aspectos afetivos, foi inicialmente discutido por Carl Ransom Rogers a partir de 1970. O pressuposto é que os aspectos afetivos favorecem nas relações interpessoais e no acesso ao conhecimento. Carl Rogers propiciou aos educadores recursos para analisar a questão da afetividade e a sua função no processo de ensino-aprendizagem, destacando as diversas condições ou atitudes condutoras de comportamentos afetivos: autenticidade, empatia, consideração positiva (CUNHA JÚNIOR et al., 2022).

Na perspectiva pedagógica, a afetividade considera a relação educativa que se estabelece entre o professor e seus alunos na sala de aula. Sabe-se que, influenciada pelo desenvolvimento cartesiano, a escola não considera a dimensão afetiva como objeto de ensino e aprendizagem. Em detrimento, privilegia o conhecimento científico, lógico-dedutivo, comparável, racional e objetivo. Na área de Ciências Contábeis, isso parece ser ainda mais evidente.

Ribeiro, Jutras e Louis (2005) defendem que na interação afetiva com o outro, o indivíduo intensifica sua relação consigo mesmo, e que isso o ajuda a observar seus limites ao mesmo tempo em que o estimula a respeitar os limites do outro. A competência afetiva desenvolvida por parte dos professores permite a criação de vínculos propícios a um clima de confiança, de respeito mútuo, de amizade, de compreensão das necessidades dos alunos e da abertura para a expressão sincera das emoções. O comportamento afetivo nas escolas tende a aumentar o interesse dos alunos pelos estudos e melhora significativamente a aprendizagem cognitiva, e como consequência reduz as taxas de abandono e fracasso escolar. Pesquisadores afirmam que para aqueles professores que desenvolvem competências afetivas, as estratégias pedagógicas e educativas vão além da preocupação com o conhecimento teórico. Para estes professores, interessa também o saber-fazer, saber-agir e o saber-ser.

Em se tratando, especificamente, da área Contábil, o perfil dos discentes é comumente marcado pela dupla jornada, na qual desempenha suas atividades profissionais e acadêmicas de modo simultâneo (PELEIAS et al., 2017). Essa agenda de atividades pode gerar estressores, visto que estudos (SILVA; SILVEIRA; MATOS, 2015; PELEIAS et al., 2017) já apontaram que uma parcela significativa dos estudantes e profissionais contábeis brasileiros apresentam elevados níveis de estresse. Nesse contexto, gostaria de elencar cinco pontos, que em minha opinião, merecem atenção de professores e pesquisadores:

O primeiro ponto, se refere aos mecanismos utilizados pelos docentes para desenvolver afetividade no processo de ensino-aprendizagem. Acredita-se haver necessidade de diferentes ações indutoras de afetividade para os diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem, e que estas ações indutoras tenham papel fundamental para melhorar o desempenho acadêmico dos sujeitos.

O segundo, diz respeito à própria constituição identitária do docente da área Contábil. A constituição identitária refere-se a como a satisfação, o reconhecimento, as injustiças, esperanças, frustrações por expectativas e desejos realizados e não realizados formam o profissional e professor de contabilidade. Entender a relação entre a constituição da identidade docente pode ser um caminho profícuo para também compreender o seu êxito nas relações ensino-aprendizagem.

Terceiro, raras vezes se percebe a preocupação com a relação entre satisfação com a vida pessoal e a atuação profissional. Acredita-se haver uma relação muito significativa entre essas duas variáveis e a cargas afetivas positivas ou negativas que elas provocam.

Quarto, considerar as estratégias relacionais e atitudes humanizadoras. Não se sabe em que medida as estratégias relacionais aluno-professor e orientador-orientando são percebidas pelos estudantes de Ciências Contábeis como sinalizadoras de atitudes humanizadoras. Talvez este seja um aspecto absolutamente à deriva.

E, por último, o cenário estressor que tem forte poder de afetar o baixo desempenho acadêmico dos estudantes e o alto índice de evasão dos cursos. Direcionar atenção para compreender aspectos relacionais do ambiente acadêmico, em termos interpessoais, institucionais e organizacionais das IES, pode ajudar a minimizar alguns elementos estressores. Entender como os programas de apoio institucional e as oportunidades de desenvolvimento pessoal oferecidas atuam ajudando os estudantes a desenvolverem suas próprias estratégias de *coping*.

Acredito que o professor, ao canalizar situações de afetividade para produzir conhecimento, desempenha um papel de mediador entre o estudante e o conhecimento e que isto, amplia a possibilidade de obter sucesso em suas ações. A identificação de sentimentos de afetividade e suas situações indutoras pode ser uma boa base para a discussão com professores do ensino superior, fornecendo-lhes indicadores úteis para que iniciem a reflexão sobre sua prática educacional, uma vez que as situações indutoras desvelam necessidades de professores e alunos a serem satisfeitas.

Por fim, sob o ponto de vista prático, acredito que refletir sobre os aspectos mencionados pode ser importante para quem se interessa por temas contemporâneos sobre a relação aluno-professor e ensino-aprendizagem. Estes temas parecem transcender ao domínio do conteúdo, mas estão absolutamente imbricados.

BIBLIOGRAFIA

BERCHT, M. **Em direção a agentes pedagógicos com dimensões afetivas**. 2001. 152 f. Tese (Doutorado em Ciências da Computação) - Programa de Pós-Graduação em Computação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CARLOTTO, R. C., TEIXEIRA, M. A. P., & DIAS, A. C. G. (2015). Adaptação acadêmica e coping em estudantes universitários. *Psico-USF*.

CUNHA JUNIOR, C. A. ; IHLENFELDT, E. L. ; ZEPEDA TORO, P. E. ; COLAUTO, R. D. Emoções e Sentimentos na Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso. *RC&C. REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA*, v. v. 14, p. 83-96, 2022.

MEURER, Alison Martins; LOPES, Iago França; COLAUTO, Romualdo Douglas. Autoeficácia, estratégias de coping e os efeitos das relações interpessoais e organizacionais de discentes de Ciências Contábeis. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 33, n. 1, p. 198-220, 2020.

PELEIAS, I. R., GUIMARÃES, E. R., CHAN, B. L., & Carlotto, M. S. (2017). A Síndrome De Burnout Em Estudantes De Ciências Contábeis de IES Privadas: Pesquisa Na Cidade De São Paulo. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, 11(1), 30–51.

RIBEIRO, Marinalva Lopes; JUTRAS, France; LOUIS, Roland. Análise das representações sociais de afetividade na relação educativa. **Revista Psicologia da Educação**. São Paulo, n. 20, 1º sem., 2005, p.31-54.

Sumário

Subvenções governamentais e gerenciamento de resultados: uma análise nas empresas componentes do IBRX100	7
Variações cíclicas na economia brasileira e retorno do investimento	19
Gerenciamento de impressão das narrativas contábeis da Vale S.A. em detrimento do rompimento da barragem de brumadinho.....	32
Pensamento crítico como uma competência dos mestrandos de contabilidade: análise sob a ótica de bloom	43
Ensino remoto na contabilidade: dificuldades e adaptações dos professores e estudantes na pandemia	56
Impactos da pandemia: fatores que explicam a divulgação voluntária no contexto do covid-19.....	71
Nobes, C., & Stadler, C. (2018). Investigating international differences in financial reporting: Data problems and some proposed solutions. The British Accounting Review, 50(6), 602-614.....	83



Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição – Unai - MG

Unai é um município situado na Região Noroeste de Minas Gerais, que fica a 590 km de Belo Horizonte e a 180 km de Brasília.

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, inúmeras expedições compostas por descendentes de portugueses (os chamados “bandeirantes”) percorreram a região em busca de ouro, pedras preciosas e mão de obra escrava indígena. No século XIX, o fazendeiro Domingos Pinto Brochado se instalou junto com seus familiares numa área perto do Rio Preto chamada Capim Branco. Em 1873, esse povoado foi elevado à categoria de distrito pertencente a Paracatu, com o nome de Rio Preto. Em 1923, o distrito teve seu nome alterado para Unai, que é uma tradução, para a língua tupi, do antigo nome do distrito, Rio Preto. Em 1943, Unai se emancipou do município de Paracatu.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, a sua população estimada é de 83.808 habitantes. Sua economia gira em torno da agricultura e pecuária, sendo um dos maiores produtores de grãos do Brasil: a cidade possui destaque ora como maior produtor de feijão, ora como maior produtor de milho, além de produzir um grande volume de soja, arroz, sorgo, trigo e outras culturas. Unai também já alcançou o 1º lugar na produção de grãos em Minas Gerais, com o registro de 798.500 toneladas. Além disso, é considerada a terceira cidade com maior bacia leiteira do Brasil. No estado de Minas Gerais, é a 2ª maior produtora de leite.

No município de Unai, um destaque é o sítio arqueológico Gruta do Gentio II, que registra vestígios de povos caçadores-coletores de mais de 10.000 anos. A cidade conta com muitos pontos turísticos naturais para se conhecer, que atraem turistas de diversos estados. Além disso, tem pontos turísticos históricos, como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (foto), a mais antiga da cidade, criada em 1929, sendo, desde então, atendida pelos freis carmelitas.

Crédito da foto: Luiz Paulo Serafim de Oliveira

SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS: UMA ANÁLISE NAS EMPRESAS COMPONENTES DO IBRX100

GOVERNMENT GRANTS AND EARNINGS MANAGEMENT: AN ANALYSIS IN COMPANIES COMPONENTS OF THE IBRX100

O artigo foi aprovado e apresentado no I Congresso UFG Contabilidade, Controladoria e Finanças, realizado de 29/10 a 30/10 de 2020, na modalidade online

RESUMO

As subvenções governamentais apresentam-se como soluções importantes para organizações públicas e privadas, visto que se traduzem como um auxílio financeiro condicionado ao cumprimento de certas atividades que impactam diretamente nos resultados contábeis. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a possível relação entre as subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados de empresas componentes do Índice Brasil 100 (IBRX100) da [B]3. A amostra foi composta de 64 empresas, entre 2010 e 2018, totalizando 576 observações. O nível de gerenciamento de resultados (GR) foi estimado por meio dos resíduos do modelo de Pae (2005). A *proxy* de subvenção foi estimada por meio de uma *dummy*, em que se assumiu valor 1 para as empresas com subvenção, e 0, para as empresas que não apresentaram subvenção. Trabalharam-se as *proxies* *Market-to-book*, *Tamanho* e *Alavancagem* como variáveis de controle, estimadas por dados em painel balanceado. O estudo considerou que o nível de atendimento dos requisitos de divulgação do CPC 07 (R1) e a qualidade informacional das Notas Explicativas das empresas que receberam subvenção é relativamente baixo e destacou a possibilidade de o agente atuar de forma oportunista no âmbito contábil, gerenciando os resultados para atender às suas necessidades. As evidências empíricas, na amostra analisada, apontaram que a presença de subvenções não exerce uma relação significativa nos *accruals* discricionários, ou seja, não impulsiona práticas de gerenciamento de resultados. Contudo, o estudo fomenta a discussão sobre o tema, adaptando pressupostos da Teoria da Agência, e ressalta que baixos níveis de evidenciação das subvenções podem estar ligados a escolhas oportunistas.

Palavras-chave: Subvenções governamentais. Gerenciamento de resultados. Teoria da Agência.

ABSTRACT

Government Grants are presented as important solutions for organizations, both public and private, as they translate into financial assistance conditioned to the performance of certain activities, directly impacting the accounting results. This research aimed to analyze the possible relationship between government grants and earnings management of companies that are part of the Brazil 100 Index (IBRX100) of [B]3. The sample consisted of 64 companies, from 2010 to 2018, totaling 576 observations. The level of Results Management (GR) was estimated through the residuals of the Pae model (2005). The Subsidy proxy was estimated using a dummy, in which a value of 1 was assumed for companies with a subsidy presence and 0 for companies that did not present a subsidy. The Market-to-book, Size and Leverage proxies were used as control variables, estimated by data in a balanced panel. The study considered that the level of compliance with the disclosure requirements of CPC 07 (R1) and the informational quality of the Explanatory Notes of the companies that received a subsidy is relatively low, highlighting the possibility of the agent acting opportunistically in the accounting scope, managing the results to meet your needs. Empirical evidence in the analyzed sample indicates that the presence of grants does not have a significant relationship in discretionary accruals, that is, it does not boost earnings management practices. However, the study encourages discussion on the subject, adapting assumptions of the Agency Theory, and emphasizing that low levels of disclosure on grants may be linked to opportunistic choices.

Keywords: Government grants. Earnings management. Agency Theory.

João Antonio da Costa Neto

Mestre em Ciências Contábeis na linha de informações para o Setor Público pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pós-graduando em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (EaD) pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Especialista em Contabilidade Pública pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: joao_antonio_cn@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5713-1656>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5709492910472227>

Thales Spinelli Máximo Lins

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é Assistente em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Experiência na área de Administração e Contabilidade Pública. Email: thalesmaximo@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6293-6582>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9996154119413174>

Francisco José da Silva Júnior

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente é Assistente Administrativo pela Prefeitura Municipal de Sousa - PB, atuando no Escritório de Representação - Casa de Sousa. Email: fjsilvajunior@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7954-6089>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5922116608113672>

Renata Paes de Barros Câmara

Doutora em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mecânica de São Carlos - USP (2008), Mestre em Administração pelo Centro Universitário de Franca (2000). Possui ainda graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1984), graduação em Ciências Contábeis - Instituição Moura Lacerda (1994) e Pós-graduação Latu Sensu em Controladoria Contábil. Atualmente é Pró Reitora Adjunta de Planejamento - Coordenadora de Planejamento da Universidade Federal da Paraíba. Professora Associada III e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - PPGCC/UFPB. Email: rpbcamara@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6953-9811>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8224638490191737>

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetivou analisar a possível relação existente entre as subvenções governamentais com a prática de gerenciamento de resultados. Partindo-se do pressuposto de que as subvenções têm uma importância financeira e econômica, porém não costumam ser totalmente divulgadas pelas empresas que as recebem, abre-se margem para afetar a qualidade da informação contábil, que pode estar associada a práticas de gerenciamento.

Num contexto histórico, as normas contábeis, instituídas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), principal normatizador contábil no mundo, passaram por um processo contínuo de atualização e convergência. No processo brasileiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é o principal produtor das normas contábeis no Brasil. Dentre as normas instituídas pelo IASB, foi criada a *Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance* (IAS 20), que, no Brasil, é descrita, primeiramente, pelo Pronunciamento Técnico CPC 07, que trata de subvenção e de assistência governamentais, emitido em 2008, mas modificado pelo CPC 07 (R1) em 2010, aprovado pela Deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 646/2010, com o objetivo de alinhar os padrões contábeis à norma internacional (IAS 20), que disciplina modalidades de transações realizadas entre o setor público e o privado.

O CPC 07 (R1) (2010) define a assistência governamental como a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico para uma entidade ou um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos. Já a subvenção é definida pelo CPC 07 (R1) (2010) como uma assistência governamental geralmente em forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

A subvenção e a assistência governamentais (SAGs) podem ser definidas como programas administrados e viabilizados pelos governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, que objetivam incrementar operações e viabilizar investimentos regionais com necessidade de desenvolvimento, bem como o fomento às atividades diversas de interesse público (Taveira, 2009). São compreendidas como incentivos concedidos e que encontram razão na disparidade social e econômica das regiões brasileiras bem como nos setores considerados estratégicos pelo governo, a fim de corrigir ou, ao menos, atenuar essas desigualdades para promover o desenvolvimento em setores específicos da economia (Matsumoto & Parreira, 2009).

Assim, as subvenções e as assistências governamentais mostram como o governo pode influenciar a rentabilidade de empresas de um setor, e isso, conseqüentemente, repercute nas questões sociais e econômicas, impulsionando a organização a pensar sempre em estratégias gerenciais para manter a empresa rentável (Miranda, Valdevino & Oliveira, 2020).

Nesse contexto, destaca-se o impacto das ações e das escolhas contábeis, pois a Contabilidade se configura como um instrumento que confere transparência e controle às ações executadas pelas instituições e, aliada às normas e às práticas internacionais, sintetiza o reflexo de um esforço mundial para aproximar e intensificar as relações e as trocas desses mercados globais (Campedelli, 2016).

A importância econômica das subvenções faz dela um potencial e necessário campo de pesquisa nas áreas de Administração e Contabilidade, porquanto os tributos impactam diretamente no resultado contábil e no patrimônio das empresas (Formigoni, 2008). Assim como em estudos realizados no Brasil, foi verificado que o recebimento de subvenções governamentais pode afetar a composição do capital das empresas (Gruber & Gimenes, 2009), o nível de rentabilidade (Loureiro, Gallon & De Luca, 2011) assim como baixos níveis de evidenciação e divulgação nos demonstrativos contábeis em relação ao recebimento de subvenções (Taveira, 2009; Benetti, Benetti, Braun, Oro & Utzig, 2014; Nascimento & Santos 2017; Pattussi, Bianchi, Vendruscolo & Engel, 2017).

É possível compreender que o recebimento de subvenções causa impactos financeiros na entidade e nos resultados de suas demonstrações contábeis. Por esse motivo, é importante analisar a qualidade dessa informação contábil, ou seja, se ela é uma representação fidedigna das informações financeiras e econômicas da empresa, ou se a subjetividade e a margem para escolhas contábeis, permitidas pelas normas, não refletem necessariamente a realidade, mas o atendimento dos mais variados interesses (Dechow & Dichev, 2002; Paulo, 2007; Dechow, Ge, & Schrand, 2010).

Nesse sentido, a pesquisa recorreu à Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), por estabelecer essa relação entre o principal, que delega as atividades, e os agentes, que executam as atividades em troca de remunerações. Assim, no contexto das subvenções, é possível dizer que o governo atua como o principal, que os agentes são as empresas subvencionadas, e que as remunerações são as subvenções governamentais para as respectivas empresas. Contudo, a Teoria da Agência destaca um problema dessa relação, que é a possibilidade de o agente atuar de acordo com os próprios interesses e manipular ou gerenciar os resultados para continuar atendendo às suas necessidades.

Dentro desse contexto, a literatura denomina como gerenciamento de resultados contábeis as escolhas oportunistas que são usadas para atender aos interesses da gestão (Dechow et al., 2010). E definido, mais especificamente, como uma manipulação formal das contas de resultado ou da atividade operacional por meio de escolhas discricionárias de práticas e estimativas contábeis com implicações no resultado financeiro e em acordo com os princípios e as normas contábeis (Matsumoto & Parreira, 2009).

Baseando-se na perspectiva de Bragança e Melillo (2017), as subvenções governamentais são fontes de financiamentos do governo que exercem influência regulatória sobre as entidades que podem reconhecer e evidenciar as subvenções de forma discricionária, o que pode proporcionar o gerenciamento de resultados.

Percebida a importância financeira e econômica das subvenções governamentais e de estudos sobre elas, visto que são benefícios concedidos pelo governo, que, em contrapartida, não apresentam níveis satisfatórios de divulgação, sugere-se uma possibilidade de afetar a qualidade da informação contábil, o que se pode induzir para uma possível relação com a prática de gerenciamento de resultados para atender a interesses da própria gestão. Assim, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação entre as subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados de empresas componentes do IBrX100?**

Para responder a esse questionamento, a pesquisa objetivou analisar a relação das subvenções governamentais no gerenciamento de resultados de empresas componentes do Índice Brasil 100 (IBrX100) da [B]³, que avalia o retorno de uma carteira composta pelas cem ações mais negociadas na [B]³, que é a amostra da pesquisa. O período de estudo tratou de informações de 2010 a 2018, visando a uma melhor representatividade, robustez dos dados e melhor qualidade da análise da relação das subvenções no gerenciamento de resultados.

Como destaque, a pesquisa viabiliza a discussão sobre as subvenções governamentais sob um novo enfoque, ou seja, sobre a possibilidade de atender a interesses particulares, utilizando uma metodologia que visa ao gerenciamento de resultados, visto que os estudos anteriores têm investigado, principalmente, questões de evidenciação das informações referentes às subvenções (Chagas, Araújo & Damascena, 2011; Rodrigues, Silva & Faustino, 2012; Benetti et al., 2014). Nesse ponto, as pesquisas já demonstraram que existem fragilidades na divulgação das demonstrações de informações referentes ao CPC 07 (R1), mas não exploraram a lacuna relacionada a escolhas oportunistas embutidas nesses baixos níveis de evidenciação.

Pelo contexto apresentado, o estudo se justifica pelo fato de as SAGs terem o propósito de estimular um setor econômico, pois interferem, de forma direta e indireta, no desenvolvimento de determinadas regiões e países e fomentam entidades a desempenharem ações que não seriam possíveis sem esse tipo de auxílio (Ernst & Young, 2010). Além disso, a SAG é um tema relevante dentro das organizações pela notabilidade dos valores que envolvem governo e empresas (Loureiro et al., 2011), o que se justifica pela relevância do tema acerca das subvenções, uma vez que se espera um melhor desempenho econômico-financeiro das organizações contempladas com esse benefício e a criação de valor da companhia (De Assis Carlos Filho; Wickboldt, 2019).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Subvenções e assistências governamentais (SAGs)

A Lei 11.638/07 e suas alterações promoveram mudanças que afetaram o ambiente contábil em várias perspectivas, seja em relação aos procedimentos empregados para reconhecer e mensurar os fatos contábeis, seja na forma como as demonstrações contábeis são divulgadas (Rodrigues, Silva & Faustino, 2012).

Parte dessas alterações ocorreram para implementar o processo de convergência das normas contábeis, com o objetivo de harmonizar a informação contábil e de torná-la uma linguagem única e inteligível, a fim de reduzir a assimetria informacional e os conflitos de agência entre usuários e aumentar a transparência, a qualidade e a comparabilidade das informações contábeis (Ponte et al., 2012).

Conforme o CPC 07 (R1) (2010), as SAGs podem ser concedidas pelos âmbitos municipal, estadual ou federal e só podem ser reconhecidas se a entidade tiver certeza razoável de que será capaz de cumprir todas as condições estabelecidas e com a segurança de que a subvenção será recebida. Esse pronunciamento define, de forma específica, o que são subvenção e assistência governamentais.

A assistência governamental é “a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico a uma entidade ou a um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos” (CPC, 2010, p. 2). Quanto às subvenções governamentais, são definidas como “uma assistência governamental geralmente em forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro” (CPC, 2010, p.3).

A subvenção governamental é um tipo de assistência governamental que só se difere na forma de contribuir, pois a subvenção geralmente tem natureza pecuniária, e a assistência governamental pode ser realizada através de outras ações de natureza não pecuniária. Como tem caráter monetário, a subvenção só é reconhecida no instante em que se tem a certeza de que será recebida e que a organização cumpra as condições estabelecidas para destinar a referida subvenção (Chagas, Araújo, & Damascena, 2011).

As subvenções constituem-se como a maior fonte de receita para muitas Entidades sem Fins Lucrativos e é por meio desse tipo de recurso que elas conseguem cumprir suas finalidades sociais. A destinação desses recursos é diversa, pois envolve desde o pagamento da folha de pessoal, a aquisição de material de consumo até a utilização em novos investimentos (Olak & Nascimento, 2009). Em linhas gerais, a subvenção governamental pode ser utilizada para diversas finalidades, como, por exemplo, promover o desenvolvimento econômico de determinadas regiões desfavorecidas, além de financiar e promover atividades de interesse público e estimular o desenvolvimento de algum setor da economia, dentre outras possibilidades condizentes com as estratégias econômicas e sociais do governo.

Além disso, empresas mais jovens e com mais oportunidades de crescer tendem a enfrentar dificuldades no desenvolvimento das atividades e, por isso, os governos podem lhes dar assistência para ajudar a superar as dificuldades e

melhorar a competitividade por meio de doações de terrenos, incentivos fiscais ou empréstimos com baixa taxa de juros e, até, subsídios em dinheiro (Girma, Görg & Strobl, 2007; Wu, 2017). Por outro lado, as subvenções também são necessárias em razão de falhas existentes no mercado, visto que, nem sempre, o mercado privado fornece financiamentos adequados para que as empresas atuem de forma a maximizar sua eficiência (Girma, Görg & Strobl 2007).

O problema é que muitas dessas empresas que recebem subvenções governamentais não as evidenciam da maneira preestabelecida pelo CPC 07 (R1) (2010). Segundo estudos anteriores (Taveira, 2009; Loureiro et al., 2011; Souza et al., 2018), a maior parte das empresas fizeram a divulgação de forma insatisfatória ou não divulgaram as informações relativas às SAGs. Também foi verificado que o nível de atendimento dos requisitos de divulgação do CPC 07 (R1) e da qualidade informacional das Notas Explicativas das empresas que receberam SAG é relativamente baixo.

Como as subvenções não são recebidas dos acionistas, elas não podem ser registradas diretamente no Patrimônio Líquido das empresas, por isso deve ser feita a transição pelo resultado e, depois, a retenção em conta apropriada no Patrimônio Líquido, como reserva própria, ou seja, Reserva de Incentivos Fiscais (CPC 07 R1, 2010).

Quanto aos incentivos fiscais, são benefícios que visam promover ações em prol da sociedade, que compreendem isenções, reduções de alíquotas, reduções de base de cálculo, alíquotas zero, créditos presumidos, remissões, anistias etc. (Formigoni, 2008). Conforme o CPC 07 (R1) (2010), alguns empreendimentos gozam de incentivos tributários de imposto sobre a renda em forma de isenção ou de redução do referido tributo, consoante os prazos e as condições estabelecidos em legislação específica. Esses incentivos atendem ao conceito de subvenção governamental.

Estudos anteriores (Rodrigues, Silva & Faustino, 2012; Scheren, Dalchiavon & Moura, 2018) já analisaram as subvenções e as assistências governamentais por meio das contas de “Reserva de incentivos fiscais”. Na pesquisa de Rodrigues, Silva e Faustino (2012), foi verificada a conformidade da evidenciação dos registros contábeis de subvenções provenientes de incentivos fiscais do IR e ICMS, de empresas do estado de Pernambuco, durante o período de 2007 a 2009. Os resultados evidenciaram que apenas 31% das demonstrações contábeis cumpriam as orientações do CPC 07.

No estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018), a análise das subvenções e das reservas de incentivos fiscais demonstrou que a governança corporativa influencia o seu recebimento e que os setores de utilidade pública, consumo cíclico e consumo não cíclico são os que têm o maior número de empresas que receberam algum tipo de subvenção governamental, no período de 2010 a 2016. Na literatura, existe o pensamento de que a conta de reserva de incentivos fiscais pode ser classificada dentro dos conceitos de subvenção governamental (Scheren, Dalchiavon & Moura, 2018). Também é possível afirmar que as empresas não evidenciam o recebimento de subvenções e assistências governamentais em sua totalidade (Pattussi et al., 2017).

Os resultados de Pattussi et al. (2017) constataram que 69 empresas do setor de Utilidade Pública (UP) na BM&FBovespa, no período de 2013 a 2015, evidenciaram, em suas Notas Explicativas, o recebimento de subvenções e assistências governamentais, 59% divulgaram as informações de forma completa (quando a informação prevista se encontra presente e completa no Balanço Patrimonial e nas Notas Explicativas), e 41% que receberam subvenção e assistência governamental apresentaram informação incompleta.

Já no estudo de Benetti et al. (2014) verificou-se o nível de evidenciação das subvenções e assistências governamentais das empresas que integram os setores da BM&FBovespa, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 07 (2010). Seus resultados apontam que existe evidenciação de subvenções e assistências governamentais, predominantemente nos setores de Consumo Cíclico, Materiais Básicos e Utilidade Pública, entretanto nenhuma das empresas pesquisadas divulgou completamente todos os itens recomendados pelo CPC 07 (R1) (Benetti et al., 2014).

Em outra pesquisa, Souza, Parente e Farias (2018) analisaram, no período de 2008 a 2015, as formas de evidenciar as subvenções governamentais nas demonstrações contábeis das empresas beneficiadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Das empresas estudadas, 71,2% evidenciaram o recebimento de subvenções, e 28,8% não o fizeram, porém mencionaram o CPC 07. A pesquisa demonstrou, ainda, que 71,2% das empresas tiveram subvenções relacionadas a recebimentos de incentivos fiscais. Por fim, os autores observaram que as subvenções são relevantes na estrutura patrimonial das empresas.

2.2 Gerenciamento de resultados

Considerando que as subvenções governamentais são um benefício relevante para o patrimônio das entidades, a pesquisa buscou analisar um possível viés de escolha oportunista do gestor, no âmbito contábil, nesse tipo de contribuição. Para isso, utilizou os conceitos propostos pela Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976) e especificou como atendimento dos próprios interesses as escolhas contábeis, denominadas na literatura de gerenciamento de resultados (Dechow et al., 2010).

Nesse sentido, temos a Teoria da Agência, que analisa as relações entre os participantes de um sistema em que propriedade e controle são designados para pessoas distintas, o que pode resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos (Favoretto et al., 2017). A Teoria da Agência apresenta a hipótese de que as pessoas - principal e agente - têm interesses diferentes e, por isso, irão agir de forma que seus próprios objetivos sejam maximizados (Jensen & Meckling, 1976). A hipótese levantada por essa teoria está intimamente relacionada a este estudo, visto que os resultados são gerenciados pelos administradores para que atinjam os próprios objetivos (Healy & Wahlen, 1999).

Nessa perspectiva, a pesquisa usou os preceitos da Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), que descrevem a relação entre o principal, que tem o controle, e o agente, que exerce as funções em troca de uma remuneração. Nesse

caso, as subvenções funcionariam como as remunerações oferecidas aos agentes (empresa subvencionada), que exerceriam funções em nome do principal, que é o governo. Contudo, o principal (governo) exige o cumprimento de determinadas condições específicas, que serão retribuídas conforme o esforço do agente (empresa subvencionada). Dentre os interesses prevalentes, podem existir escolhas contábeis oportunistas e gerenciamento de resultados, para que haja favorecimentos exclusivos e particulares.

Os gestores que detêm o poder de controlar os recursos e as informações geradas e sua evidenciação podem utilizar esse poder burocrático para direcionar sua gestão aos interesses que lhe forem convenientes (Marocco, 2009). Estudos anteriores já colocaram em debate essa relação entre as subvenções de governo para empresas privadas, questionando sua efetividade na outorga de incentivos fiscais para o desenvolvimento de projetos e problemas envolvidos nos riscos e nas incertezas contratuais, gerados pela falta de segurança do cumprimento real dos critérios em países menos desenvolvidos (Zee, Stotsky & Ley, 2002; Sullivan, 2002).

Quanto às motivações contratuais, um dos incentivos para a prática de gerenciamento de resultados advém justamente do contexto dos conflitos explicados pela Teoria da Agência inerentes à relação entre o principal e o agente, que expõem o comportamento oportunístico do gestor, pelo fato de dispor de informações privilegiadas se comparado com os *stakeholders*, que utilizam alguns artifícios para alcançar seus desejos individuais (Jensen & Meckling, 1976).

Assim, compreende-se que o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam julgamento em relatórios e na estruturação de operações para modificar as demonstrações financeiras, quando querem enganar alguns *stakeholders* sobre o desempenho econômico da empresa ou para influenciar resultados contratuais que dependem dos números contábeis reportados (Healy & Wahlen, 1999).

Nesse contexto, na literatura internacional, o gerenciamento de resultados é denominado de *earnings management*, embora também seja citado para suavizar resultados, *income smoothing* (Paulo, 2007) para a contabilização conservadora para reduzir lucros correntes em prol de lucros futuros, *taking a bath*, e maquiagem de demonstrações contábeis, *window dressing* (Favoretto et al., 2017).

Nessa mesma perspectiva, o gerenciamento de resultados contábeis pode ser entendido como um conjunto de práticas realizadas pelos gestores das firmas, através de escolhas contábeis ou das alterações nas atividades operacionais da empresa, com o objetivo de interferir, intencionalmente, na informação divulgada (Paulo, 2007). Isso implica a possibilidade de haver alterações de conceitos permitidos e escolhas oportunistas para atender a requisitos e recebimento de subvenções governamentais.

De modo geral, o gerenciamento de resultados contábeis pode ocorrer por meio da manipulação gerencial dos lucros e de estimativas e métodos contábeis ocasionados pelos *accruals* discricionários ou com a manipulação de ganhos, que é ocasionado por atividades operacionais (Sun, Lan & Liu, 2014).

Assim, uma das técnicas utilizadas para mensurar a qualidade da informação contábil e captar suas diferentes características é a verificação da qualidade dos *accruals*. Conforme a literatura, o gerenciamento de resultados é realizado por meio dos *accruals*, e a prática oportunística é representada pelos *accruals* discricionários, mensurados pela diferença entre os *accruals* totais e os *accruals* não discricionários, estes últimos provenientes dos lançamentos contábeis naturais do negócio (Jones, 1991).

Segundo Martinez (2008, p. 8), os *accruals* discricionários são uma *proxy* do gerenciamento de resultados contábeis. O autor acrescenta que o desafio de trabalhos nessa área é de estimar o valor dos *accruals* discricionários (AD), que podem ser positivos ou negativos e representam, respectivamente, a empresa que está gerenciando seus resultados para melhorá-los ou piorá-los. Colauto e Beuren (2006, p. 100) tratam os *accruals* como provisões ou estimativas que representam os elementos do resultado que, embora pelo regime de caixa já tenham sido efetivados, ainda não se atribuem dentro do período de apuração ou do regime de competência.

Diante do exposto, destaca-se a relevância das subvenções para as empresas que as recebem. Porém a constatação dos baixos níveis de divulgação e da má qualidade informacional das Notas Explicativas (Benetti et al., 2014; Pattussi et al., 2017; Souza et al., 2018) pode estar aliada aos possíveis interesses oportunistas dos gestores que controlam recursos e informações geradas e evidenciadas. Ou seja, a baixa evidenciação das informações expõe uma insegurança quanto ao cumprimento das normas e pode levar a questionamentos sobre a correta aplicação dos recursos advindos do Estado, mas gerenciados pelos gestores das empresas. Portanto, buscou-se analisar a relação das subvenções governamentais no gerenciamento de resultados de empresas componentes do IBrX100. Para isso, foi definida a seguinte hipótese:

H₁: O recebimento de subvenção governamental relaciona-se à prática de gerenciamento de resultados.

Este estudo utilizou os *accruals* discricionários de empresas, porque as manipulações decorrentes das escolhas contábeis acabam por resultar nos erros de estimação dos *accruals* e se tornam um instrumento de mensuração do gerenciamento de resultados contábeis (Jones, 1991; Pae, 2005; Paulo, 2007; Martinez, 2008).

3 METODOLOGIA

3.1 Seleção da amostra e coleta dos dados

A pesquisa abrange as empresas do Índice Brasil 100 (IBrX100), que avalia o retorno de uma carteira composta pelas cem ações mais negociadas - Brasil Bolsa Balcão - [B]³ em 2020. As informações necessárias das empresas foram

coletadas no banco de dados da *Thomson Reuters*® para o período de 2010 a 2018. O ano de 2010 foi o escolhido porque foi nesse ano em que houve o alinhamento das práticas contábeis no Brasil com padrões internacionais e tendo em vista que o Pronunciamento Técnico CPC 07 sofreu revisão nesse ano.

O IBRX100 é composto de ações de companhias listadas na [B]³ que atendem aos critérios de inclusão descritos no Manual de Definições e Procedimentos dos Índices da [B]³. Não estão incluídos nesse universo *Brazilian Depositary Receipts* (BDRs) e ativos de companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou que sejam negociados em qualquer outra situação especial de listagem ([B]³, 2020).

A amostra da pesquisa foi composta de 64 empresas devido à indisponibilidade de dados em algumas empresas para calcular as variáveis componentes dos modelos econométricos. Portanto, as empresas que não conseguiram satisfazer a todas as necessidades para estimar os *accruals* discricionários, dentro do período proposto, foram retiradas da amostra, montando assim um painel balanceado. Além disso, empresas correspondentes ao setor financeiro foram desconsideradas devido a peculiaridades características desse setor, o que poderia enviesar a estimação dos parâmetros.

3.2 Estimação dos *accruals* discricionários

Para estimar o gerenciamento dos resultados, foram utilizados como *proxy*, neste estudo, os *accruals* discricionários encontrados através do modelo de Pae (2005). Para tal, foi preciso, inicialmente, estimar os *accruals* totais pelo modelo adotado por Martins (2016):

$$AT_{it} = (\text{Lucro}_{it} - \text{FCO}_{it}) / A_{it-1} \quad (1)$$

em que:

AT_{it} : os *accruals* total apurado para a empresa i no período t ;

Lucro_{it} : são os resultados antes de itens extraordinários e operações descontinuadas da empresa i no período t ;

FCO_{it} : o fluxo de caixa operacional da empresa i entre o período t ;

A_{it-1} : os ativos totais da empresa i no período $t-1$;

Encontrados os *accruals* totais das empresas, foi utilizado o modelo de Pae (2005) para estimar o gerenciamento de resultados representado pela equação a seguir, sendo que os *accruals* discricionários são os resíduos do modelo:

$$AT_{it} = \beta_0 (1/A_{it-1}) + \beta_1 \Delta R_{it} + \beta_2 \text{PPE}_{it} + \beta_3 \text{FCO}_{it} + \beta_4 \text{FCO}_{it-1} + \beta_5 AT_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que:

AT_{it} : os *accruals* total apurado para a empresa i no período t ;

A_{it-1} : os ativos totais da empresa i no período $t-1$;

ΔR_{it} : é a razão entre variação da receita da empresa i entre o período $t-1$ e t , dividido pelo valor do ativo total da empresa i no período $t-1$;

PPE_{it} : o imobilizado da empresa i entre o período t , dividido pelo ativo total da empresa i no período $t-1$;

FCO_{it} : o fluxo de caixa operacional da empresa i entre o período t , em razão do ativo total da empresa i no período $t-1$;

FCO_{it-1} : o fluxo de caixa operacional da empresa i entre o período $t-1$, em razão do ativo total da empresa i no período $t-2$;

AT_{it-1} : os *accruals* total da empresa i no período $t-1$;

β 's, parâmetros estimados;

ε_{it} : os resíduos do modelo;

Os *accruals* discricionários (AD_{it}) foram obtidos por meio da estimação dos resíduos do modelo de Pae (2005) na equação anterior (ε_{it}). Foram estimados separadamente como *proxy* de gerenciamento de resultados, definindo-se como a variável dependente do modelo principal desta pesquisa.

3.3 Estimação da variável de subvenção governamental

A subvenção governamental foi utilizada como variável de interesse desta pesquisa. Uma *dummy* (Subven) é que explica a presença ou a ausência de subvenção para determinada empresa em certo ano, em que:

1 foi atribuído quando se identificou a presença de subvenção governamental na empresa i no período t ; e

0 foi atribuído quando se identificou a ausência da subvenção governamental na empresa i no período t .

A subvenção governamental foi verificada por meio da análise de conteúdo das demonstrações financeiras padronizadas (DFP) das empresas que compuseram a amostra. Verificou-se se as empresas receberam subvenções e assistências governamentais, analisando a presença de afirmativas sobre o recebimento e de valores nas contas de Reserva de Incentivos Fiscais, assim como no estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018).

3.4 Definição do modelo principal

Com o objetivo de verificar a possível relação entre as subvenções governamentais com o gerenciamento de resultados, formulou-se o modelo a seguir:

$$AD_{it} = \beta_0 + \beta_1 Subven_{it} + \beta_2 MTB_{it} + \beta_3 END_{it} + \beta_4 TAM_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

em que:

AD_{it} : é o *Accrual* discricionário da empresa i no tempo t , e os resíduos são estimados pelo modelo 2;

$Subven_{it}$: é a variável *dummy* da subvenção empresa i no tempo t ;

MTB_{it} : é o *market-to-book* da empresa i no período t , calculado pela razão entre o valor de mercado e o patrimônio líquido da empresa i no período t ;

END_{it} : o endividamento da empresa i no período t calculado pela razão entre o passivo oneroso e o patrimônio líquido da empresa i no período t ;

TAM_{it} : o tamanho da empresa calculado pelo logaritmo natural do patrimônio líquido da empresa i no período t ;

β 's: parâmetros estimados;

ε : termo de erro.

Assim, definiram-se os *accruals* discricionários como uma variável que, possivelmente, depende da utilização de subvenções governamentais pelas empresas, o que se configura como uma possível relação baseada na hipótese de que a utilização de subvenções pode ser determinante para a prática de gerenciamento de resultados.

Para compor o modelo, escolheram-se variáveis de controle baseadas em perspectivas teóricas. O endividamento (END) está relacionado às dívidas onerosas da empresa, que pode interferir na decisão dos gestores de manipularem as demonstrações contábeis (Morsfield & Tan, 2006). O tamanho (TAM) das empresas induz à possibilidade de maiores empresas gerenciarem menos seus resultados, por serem mais visadas pelo mercado, o que poderá facilitar a identificação de manipulações (Watts & Zimmermann, 1990; Furtado, Souza, & Sarlo Neto, 2016). O *Market-to-book* (MTB) induz a uma possível relação ambígua com a prática de gerenciamento de resultados, o que pode indicar que maior valor de mercado gera menores níveis de gerenciamento, assim como a perspectiva contrária (Chon & Chun, 2016; Cunha, 2016).

3.5 Procedimentos econométricos

Os dados utilizados na pesquisa foram trabalhados em painel balanceado, utilizando-se as principais técnicas de dados em painel por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para verificar o modelo mais adequado para o tratamento dos dados.

Utilizou-se o procedimento padrão de verificação pelo Teste de *Chow*, como forma de identificar a melhor adequação entre o efeito *pooled* e o efeito fixo; o Teste de *Hausman*, para identificar a melhor adequação entre o efeito aleatório e o efeito fixo; e o Teste de *Breuch and Pagan* para identificar a melhor adequação entre o efeito *pooled* e o aleatório. Posteriormente, aplicaram-se os testes de verificação de pressupostos. O Teste de *Breuch and Pagan* e o Teste de *Wald* foram utilizados para identificar a presença de heterocedasticidade. O Teste *VIF* possibilitou observar a multicolinearidade dos dados, e o Teste de *Jarque-Bera*, sua normalidade. Por fim, o Teste de *Wooldridge* foi útil para testar a autocorrelação dos dados.

Baseando-se no valor do desvio-padrão, para as variáveis que apresentaram valores acima de 2, foi realizado o processo de winsorização a 1%, para evitar possíveis influências de *outliers* e diminuir os efeitos da dispersão dos dados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra do estudo foi composta de 64 empresas componentes da *IBrX100* que dispunham dos dados necessários para calcular as variáveis de interesse da pesquisa durante o período de 2010 a 2018. Assim, estimaram-se os *accruals* discricionários por meio do modelo de Pae (2005). Os resultados dos coeficientes foram estimados na regressão do modelo 2 e estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1. Resultados da estimação do modelo 2

Variáveis	Coefficientes	Testes	Resultados
$(1/A_{it})$	-134978,3	Teste de <i>Chow</i>	0,0000
ΔR_{it}	-0,1384**	Teste de <i>Hausman</i>	0,0962
PPE_{it}	-0,0202	Teste de <i>Breuch and Pagan</i>	1,0000
FCO_{it}	-0,6801***	Teste de <i>Jarque-Bera</i>	0,0000

FCO_{it-1}	0,5754***	<i>VIF</i>	2,22
AT_{it-1}	0,5317***	Teste de <i>Wooldrige</i>	0,0000
Constante	0,0012		
<i>Within</i>	0,2565	<i>Prob > Chi2</i>	0,0000
<i>Between</i>	0,9063	Nº de Empresas	64
<i>Overall</i>	0,4588	Observações	576

Legenda: *** significante a 1%; ** significante a 5%; e * significante a 10%.

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

Ao estimar o modelo de gerenciamento de resultados de Pae (2005) por dados em painel balanceado, constatou-se que os dados se adequariam melhor à estimação por efeitos aleatórios. Não foram encontrados problemas de multicolinearidade, anormalidade e autocorrelação dos dados, apenas problemas de heterocedasticidade, que foram posteriormente corrigidos por meio da estimação robusta dos parâmetros.

Com base nos parâmetros, constatou-se, no modelo de Pae (2005), que a variação das receitas (ΔR_{it}) exerceu relação negativa (-0,1384) e significativa com os *accruals* totais ao nível de 5%. O fluxo de caixa operacional (FCO_{it}) também exerceu uma relação negativa (-0,6801) e significativa ao nível de 1%, e o fluxo de caixa operacional do período anterior (FCO_{it-1}) exerceu uma relação positiva (0,5754) e significativa ao nível de 1%. Os poderes explicativos do modelo foram de 25,65%, entre 90,63%, e em geral, de 45,88%.

O estudo mostrou que a variação das receitas e o fluxo de caixa do período tendem a reduzir o valor dos *accruals* totais. Em contrapartida, os fluxos de caixa e os *accruals* totais, ambos do período anterior, tendem a aumentar o valor dos *accruals* do período corrente. Além disso, a imobilização do ativo não exerceu influência na variação dos *accruals* não discricionários para esta amostra. Tais resultados reforçam que o modelo de Pae (2005) tem sua aplicabilidade válida quanto ao poder explicativo das variáveis financeiras aos *accruals* totais. Esse é um bom modelo para estimar os resíduos discricionários e definir um possível parâmetro de valoração para a prática de gerenciamento de resultados, como também suposto por Martins (2016).

Notam-se a aplicabilidade e a significância do modelo, o que possibilita estimar os resíduos mais robustos. Assim, por meio dos resíduos da regressão estimada, foram definidos os níveis de gerenciamento de resultados baseados no valor do módulo dos erros da regressão (AD_{it}) aplicados no modelo 3.

Tabela 2. Dados sobre o recebimento de subvenções governamentais anualmente

Informações	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº de emp.	25	26	24	28	29	31	31	32	32
Amostra	64	64	64	64	64	64	64	64	64
%	0,390	0,406	0,375	0,437	0,453	0,484	0,484	0,5	0,5
Empresas que apresentaram recebimento de subvenção governamental									
Cia Parana. de Energ.	Cia. Sid. Nacional	M. Dias Branco	Cent. Elétricas Br.	Telefônica Brasil					
Ambev	CCR	Alianca	CTEEP	Embraer					
Rumo	CEMIG	Cosan	Fleury	EDP					
Suzano	CPFL	Copasa	Vale	WEG					
Cia Hering	Light	Ultrapar	Petrobras	Duratex					
Hypera	Eletropar	Drogasil	Randon	SABESP					
Klabin	Renner	Natura	Sanepar	Engie					
TIM		Ecorodovias		Totvs					

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

Com base no que foi coletado na análise de conteúdo, a Tabela 2 expressa que os anos em que houve mais adesão das empresas ao recebimento de subvenções governamentais foram em 2017 e 2018, cada um com 32 empresas. Em 2012, apenas 24 empresas demonstraram receber subvenções. No geral, foram 38 as empresas que utilizaram subvenções, o que representa 59,38% das 64 companhias que compuseram a amostra.

Tabela 3. Estatística descritiva

Variáveis	Observações	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Accruals _{it}	576	-0,0170	-0,0206	0,0615	-0,1849	0,5116
MTB _{it}	576	2,5868	1,5572	3,2986	-12,9094	34,4125
END _{it}	576	1,4871	0,7475	6,7689	-34,7628	135,1634
TAM _{it}	576	23,3361	23,2676	1,3193	18,8435	27,5258

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

De acordo com a Tabela 3, seguem a composição quantitativa da amostra e as estatísticas descritivas das principais variáveis calculadas das empresas. Então, pode-se afirmar que, na média do período, os *accruals* discricionários foram de -0,0170, o que demonstra que a maioria das empresas gerenciou os lucros e os reduziu.

Na amostra, consta a presença de empresas insolventes, de acordo com os valores mínimos de *market-to-book* e endividamento. Isso pode indicar a presença de *outliers* devido ao alto desvio-padrão estimado. Para reduzir os efeitos desses *outliers* e a possível dispersão dos dados, foi utilizada a winsorização dessas variáveis.

Percebe-se que as empresas da amostra são de grande porte, de acordo com o valor mínimo dos ativos, e a média de 23,3361 dessa variável. Portanto, a amostra constituiu-se de 576 observações.

Tabela 4. Resultados da estimação do modelo 3

Variáveis	Coefficientes	Testes	Resultados
Subven _{it}	-0,0063	Teste de Chow	0,0000
MTB _{it}	-0,0015	Teste de Hausman	0,0216
END _{it}	0,0001	Teste de Wald	0,0000
TAM _{it}	-0,0287***	Teste de Jarque-Bera	0,0000
Constante	0,6603***	VIF	3,1
		Teste de Wooldrige	0,9568
Within	0,0344	Prob > Chi2	0,0000
Between	0,0002	Nº de Empresas	64
Overall	0,0016	Observações	512

Legenda: *** significante a 1%; ** significante a 5%; e * significante a 10%

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

A Tabela 4 demonstra que o modelo obteve sua melhor estimação por efeito fixo e não apresentou problemas de heterocedasticidade e multicolinearidade, assim como os dados se apresentaram normais. Só foram detectados problemas de autocorrelação, devidamente solucionada por meio da estimação da forma robusta dos parâmetros.

Estimados os dados por meio do modelo econométrico proposto no modelo 3, verificou-se que a variável *dummy* (Subven), relacionada à subvenção governamental, não apresentou significância estatística com o nível de gerenciamento de resultados. Isso quer dizer que a perspectiva criada por outros estudos que abordam os níveis insatisfatórios de divulgação de subvenções (Loureiro et al., 2011; Benetti et al., 2014; Nascimento & Santos 2017) não se confirmou neste estudo. Sendo assim, o recebimento de subvenções governamentais não se relacionou com a qualidade da informação, ou seja, com o gerenciamento de resultados, aqui tratado por meio dos *accruals* discricionários, portanto, rejeitando a hipótese de pesquisa.

Tal resultado implica a observância de que, apesar da evidência de subvenções governamentais e de a prática de gerenciamento de resultados ocorrer, em ambos os casos, de forma discricionária, com objetivos específicos dos gestores, baseando-se no confronto de interesses conforme a Teoria da Agência, para a amostra estudada, essas práticas não se associam, o que infere ressaltar que a discrição existe para ambas, mas uma pode não influenciar a execução da outra.

Em relação às variáveis de controle, constatou-se que o *market-to-book* e o endividamento também não apresentaram associação significativa com o nível de gerenciamento de resultados, ao se confrontar com as perspectivas de Nardi e Nakao (2009) e Chon e Chun, (2016) e Cunha (2016). Somente o tamanho apresentou uma relação significativa a 1% ao nível de gerenciamento de resultados, porém negativa (-0,0287), o que significa que empresas de grande porte estão associadas a menores índices de gerenciamento, justificado pela alta notoriedade que elas tendem a ter no mercado, o que possibilita mais fiscalizações por meio dos *stakeholders*. Dessa forma, essas empresas tendem a não gerenciar com mais intensidade seus resultados, o que confirma as perspectivas de Watts e Zimmermann (1990) e Furtado et al. (2016).

Apesar de os pressupostos da Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976) admitirem os possíveis conflitos de interesse nas relações de propriedade e de controle entre principal e agente, aqui tratados como governo e empresa subvencionada, respectivamente, quando da existência de remunerações, traduzidas no estudo como as subvenções e os incentivos fiscais, não foi possível confirmar a hipótese de pesquisa de que o recebimento de subvenções governamentais pode influenciar a prática de gerenciamento de resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já referido, o estudo objetivou analisar a relação das subvenções governamentais no gerenciamento de resultados de empresas componentes do IBrX100. Para isso, utilizou uma amostra com 64 empresas componentes do índice e listadas na [B]³, no período de 2010 a 2018, totalizando 576 observações.

Segundo análises de estudos anteriores (Loureiro et al., 2011; Benetti et al., 2014; Nascimento & Santos 2017), as empresas não evidenciam o recebimento de subvenções e assistências governamentais da forma mais completa, em vista dos itens obrigatórios e facultativos serem pouco divulgados. O nível de transparência das entidades ainda é baixo, considerando a relevância da divulgação das informações exigidas e sugeridas pelo referido Pronunciamento Técnico - CPC 07 (R1) (Pattussi et al., 2017).

Para mensurar o o gerenciamento de resultados, foram utilizados os *accruals* discricionários estimados pelo modelo de Pae (2005), com o fim de entender possíveis relações dos baixos níveis de evidenciação das subvenções nos demonstrativos das empresas, com a possibilidade de os gestores fazerem escolhas oportunistas no âmbito contábil. Para coletar os dados relacionados à subvenção governamental, foram feitas análises nas DFPs das empresas que recebiam subvenções e assistências governamentais ou que apresentaram valores nas contas de Reserva de Incentivos Fiscais, assim como no estudo de Scheren, Dalchiavon e Moura (2018).

Ressalte-se, entretanto, que a hipótese da pesquisa foi rejeitada, visto que a variável *dummy* (Subven) não apresentou relação estatística significativa com o nível de gerenciamento de resultados. Contudo, o estudo buscou discutir sobre o tema, baseando-se na perspectiva de Bragança e Melillo (2017), que entendem que os gestores de empresas que recebem subvenção podem utilizar esse artifício para manipular as informações contábeis com o propósito de gerenciar o lucro.

Com esses resultados, ressalta-se que as empresas devem evidenciar completamente as demonstrações contábeis, caso contrário, haverá um descrédito por parte dos usuários em relação às demonstrações contábeis emitidas pelas companhias que gerenciam seus resultados contábeis ou não. A transparência das informações contábeis é um requisito essencial para que os usuários tenham a garantia de que estão referenciando suas decisões em relatórios confiáveis (Matsumoto & Parreira, 2009).

Esta pesquisa contribuiu para ampliar o estudo sobre o gerenciamento de resultados como forma de responder a tal questionamento, que consistiu na problemática atrelada aos baixos níveis de divulgação das subvenções governamentais. Conforme algumas adaptações baseadas nos pressupostos da Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976), o governo (principal) exigiria o cumprimento de determinados requisitos, e a empresa subvencionada (agente) utilizaria o gerenciamento de resultados e escolhas contábeis oportunas para atender a esses requisitos, visando manter as subvenções (remunerações) e maximizar o próprio interesse. Dessa forma, viu-se que, para a amostra analisada, o recebimento de subvenções governamentais não impulsionou práticas de gerenciamento de resultados.

Como limitações do estudo, cita-se a adoção do modelo para estimar o nível de gerenciamento de resultados, que foi escolhido de maneira discricionária. Porém outras pesquisas poderão utilizar outros modelos de estimação. A coleta dos dados por meio da análise de conteúdo também pode ser um fator limitador, devido a uma possível discricionarieidade no processo. Assim, a amostra utilizada, que, apesar de se destacar como um índice composto pelas empresas de maior volatilidade do mercado acionário, também pode ser posteriormente expandida para todas as empresas de capital aberto do mercado de ações.

Por fim, recomenda-se, como estudos futuros, que se amplie a amostra e fomentem os conhecimentos e as discussões sobre a existência de possíveis relações entre as subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados, haja vista os baixos níveis de evidenciações relacionadas ao recebimento desse relevante benefício para as entidades.

REFERÊNCIAS

[B]³ (2020). Metodologia do Índice Brasil 100 (IBrX 100). Recuperado em 1º de setembro de 2020 de http://www.B3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100.htm.

Barros, E. L., Souza, C. D., & Dalfior, V. A. O. (2015). Aplicação do CPC 07 (R1) -Subvenção e assistência governamentais em empresas da administração pública indireta do estado de Minas Gerais. *Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/512241.pdf>

Benetti, K., Benetti, K., Utzig, M. J. S., Braun, M., & Oro, L. M. (2014). Evidenciação de subvenção e assistência governamentais das empresas na BM&FBOVESPA. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(1), 75-90. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4864960>

Bragança, C. G., & Melillo, P. H. (2017, November). Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo de caso sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. <https://>

anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4353/4353

Brasil. (1976). Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 14 de junho, 2020 de <<https://www.planalto.gov.br/>>.

Brasil. (2007). Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e à divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 14 de junho, 2020 de <<https://www.planalto.gov.br/>>.

Brasil. (2009). Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, institui regime tributário de transição e dá outras providências. Recuperado em 14 de junho, 2020 de <<https://www.planalto.gov.br/>>.

Campedelli, L. R. (2016). Aspectos tributários da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil: uma nova abordagem a partir da perspectiva do Direito e do desenvolvimento. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Direito. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

Chagas, M. J. R., Araujo, A. O., & Damascena, L. G. (2011). Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas Oscips: uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036*, 3(2), 100-115. <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/viewArticle/1185>

Chon, E., & Chun, S. (2016). Corporate social responsibility, real activities earnings management, and corporate governance: evidence from Korea. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 23(4), 400-431. <https://doi.org/10.1080/16081625.2015.1047005>

Colauto, R. D., & Beuren, I. M. (2006). Um estudo sobre a influência de accruals na correlação entre o lucro contábil e a variação do capital circulante líquido de empresas. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(2), 95-116. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552006000200006>

Comissão de Valores Mobiliários. (2010). Deliberação CVM nº 646, de 02 de dezembro de 2010. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de subvenção e assistência governamentais. Recuperado em 15 de junho de 2019 de <https://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0600/deli646.pdf>

Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC). (2010). *Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1)*. Subvenção e assistência governamentais. Recuperado em 03 de janeiro de 2020 de <https://www.cpc.org.br>

Cunha, E. P. (2016). *Gerenciamento de resultados mediante decisões operacionais e sustentabilidade corporativa no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. UFES. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6770>

De Assis Carlos Filho, F. A., & Wickboldt, L. A. (2019). Criação de valor: um estudo com foco na concessão de subvenção governamental. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 38(2).

Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation error. *The Accounting Review*, 77, 35-59. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>

Dechow, P. M., Ge, W., & Schrand, C. M. (2010). Understanding earnings quality: a review of proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>

Ernest & Young; Fipecafi. (2010). Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras. 2 ed. São Paulo: Atlas.

Favoretto, A. B., Corrêa, F. P., da Silva, F. L., & Grecco, M. C. P. (2017). O Gerenciamento de Resultados Contábeis e o Controle de Provisões. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)*, 4, 113-125. <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2017v4i2p113-125>

Formigoni, H. (2008). *A influência dos incentivos fiscais sobre a estrutura de capital e a rentabilidade das companhias abertas brasileiras não financeiras*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, USP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-13012009-155610/en.php>

Furtado, L. L., Souza, J. A. S., & Sarlo Neto, A. (2016). Gerenciamento de resultados contábeis à luz das diferenças entre o lucro contábil e o tributário (book-tax differences): uma análise de dados em painel balanceado. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 8, 115-132. <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/Ambiente/article/viewArticle/2596>

Girma, S., Görg, H., & Strobl, E. (2007). The effect of government grants on plant level productivity. *Economics Letters*, 94(3), 439-444. <https://doi.org/10.1016/j.econlet.2006.09.003>

Gruber, R. R., Gimenes, R. M. T., & Gimenes, F. M. P. (2009). As cooperativas agropecuárias frente à competitividade das sociedades anônimas: aspectos econômicos e jurídicos. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR-RECEU*, 10.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13, 365-383. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>

IFRS (2019). Quem somos. Recuperado em 19 de junho, 2019 de <www.ifrs.org>.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3, 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29, pp. 193-228. <https://doi.org/10.2307/2491047>

- Loureiro, D. Q., Gallon, A. V., & De Luca, M. M. M. (2011). Subvenções e assistências governamentais (SAG): evidência e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5, 34-54. <https://doi.org/10.11606/rco.v5i13.34803>
- Marócco, A. P. (2009). A avaliação de implementação de política de ciência, tecnologia e inovação à luz da Teoria da Agência. *Jornal Eletrônico Faculdade Vianna Júnior*, 1(1), 37-37. <https://jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/611>
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19, pp. 7-17. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772008000100002>
- Martins, V. G. (2016). Mispricing dos accruals ou fator de risco? Análise da influência do monitoramento externo no mercado brasileiro. Tese de Doutorado. Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21453>
- Matsumoto, A. S., & Parreira, E. M. (2009). Uma pesquisa sobre o gerenciamento de resultados contábeis: causas e consequências. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 10.
- Miranda, M. C.; Valdevino, R. Q. S.; Oliveira, A. M. (2020). Subvenção e assistência governamentais: um estudo nas empresas do subsetor de energia elétrica listadas na B3. *Revista Evidência Contábil & Finanças*, ISSN 2318-1001, João Pessoa, v. 8, n. 3, p.37-53.
- Morsfield, S. G., & Tan, C. E. (2006). Do venture capitalists influence the decision to manage earnings in initial public offerings?. *The Accounting Review*, 81, 1119-1150. <https://doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.1119>
- Nardi, P. C. C., & Nakao, S. H. (2009). Gerenciamento de resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20, 77-100. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300006>
- Nascimento, L. M. B., Santos, L. M. S. (2017). Subvenção e assistência governamentais: um estudo nas empresas da construção civil listadas na BM&FBOVESPA. XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/SUCC/article/view-File/22971/19560>
- Olak, P. A., & do Nascimento, D. T. (2010). *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. São Paulo: Atlas.
- Pae, J. (2005). Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 24, 5-22. <https://doi.org/10.1007/s11156-005-5324-7>
- Pattussi, P. S., Bianchi, M., Vendruscolo, M. I. & Engel, C. I. (2017). Subvenção e assistência governamentais: evidência das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&FBOVESPA. II Congresso de Contabilidade da UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168729>
- Paulo, E. (2007). Manipulação das informações: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-28012008-113439/en.php>
- Ponte, V. M. R.; Oliveira, M. C.; Cavalcante, D. S.; Luca, M. M. M. (2012). Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 8(1), 53-69. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20128>
- Rodrigues, R. N., Silva, G. C., & Faustino, O. C. (2012). Subvenção e assistência governamental sob a ótica do CPC 07: reconhecimento contábil após a lei 11.638/2007 nas entidades privadas no estado de Pernambuco. *Registro Contábil*, 2, 46-64. <https://www.seer.ufrpe.br/index.php/registrocontabil/article/view/507>
- Scheren, G., Dalchiavon, A., & Moura, G. D. (2018). Influência da governança corporativa para o recebimento de subvenções e assistências governamentais em companhias abertas. *Revista de Governança Corporativa, São Paulo*, 5(1). https://www.researchgate.net/profile/Geovanne-Moura/publication/330503396_INFLUÊNCIA_DA_GOVERNANCA_CORPORATIVA_PARA_O_RECEBIMENTO_DE_SUBVENCOES_E_ASSISTENCIAS_GOVERNAMENTAIS_EM_COMPANHIAS_ABERTAS/links/5ea5aa26a6fdccdd-794557fad/INFLUENCIA-DA-GOVERNANCA-CORPORATIVA-PARA-O-RECEBIMENTO-DE-SUBVENCOES-E-ASSISTENCIAS-GOVERNAMENTAIS-EM-COMPANHIAS-ABERTAS.pdf
- Souza, J. L., Parente, P. H. N., Farias, I. F., & Forte, H. C. (2018). Subvenção e assistência governamental em empresas brasileiras com fomento à inovação da FINEP. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(51), 108-122. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n51.2565>
- Sullivan, D. M. (2002). Local governments as risk takers and risk reducers: An examination of business subsidies and subsidy controls. *Economic Development Quarterly*, 16(2), 115-126. <https://doi.org/10.1177/2F0891242402016002002>
- Sun, J., Lan, G., & Liu, G. (2014). Independent audit committee characteristics and real earnings management. *Managerial Auditing Journal*, 29(2), 153-172. <https://doi.org/10.1108/MAJ-05-2013-0865>
- Taveira, J. H. P. S. (2009). Conformidade do disclosure das subvenções governamentais nas empresas de capital aberto. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, Brasil. <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp135775.pdf>
- Zee, H. H.; Stotsky, J. G.; Ley, E. (2002) Tax Incentives for Business Investment: a primer for Policymakers in Developing Countries. *World Development*, v. 30, n. 9, p. 1497-1516. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00050-5](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00050-5)
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting review*, 131-156. <https://www.jstor.org/stable/247880?seq=1>
- Wu, Aihua. (2007) The signal effect of Government R&D Subsidies in China: Does ownership matter?. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 117, p. 339- 345. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.08.033>

VARIAÇÕES CÍCLICAS NA ECONOMIA BRASILEIRA E RETORNO DO INVESTIMENTO

CYCLIC VARIATIONS IN THE BRAZILIAN ECONOMY AND RETURN ON INVESTMENT

O artigo foi aprovado e apresentado no 4º Congresso de Gestão e Controladoria da Unochapecó (COGECONT), realizado em 17/10/2019 a 19/10/2019, na cidade de Chapecó (SC).

RESUMO

A influência do cenário externo na estrutura econômica e financeira das empresas é um fator fundamental para tomada de decisões. O objetivo desse estudo é identificar se o Retorno do Investimento (ROCE) setorial no Brasil guarda relação com as fases dos ciclos econômicos entre os anos 2000 e 2018. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio da identificação dos Ciclos Econômicos pelo PIB Real e pelo teste de mediana de Kruskal-Wallis. A relevância da pesquisa centra-se no aprimoramento das informações contábeis para tomada de decisões, pois os resultados permitem conhecer os setores que apresentam comportamentos cíclicos. Os achados mostram que o ROCE apresentou diferenças significativas nas fases dos Ciclos Econômicos para todos os setores conjuntamente. As evidências encontradas condizem com a literatura de que os ciclos consistem em variações que acabam por afetar todos os setores de uma economia, mas de maneira diferenciada, dadas as particularidades de cada setor. Assim, ao analisar separadamente os setores, foi observado que Construção Civil; Lazer, Cultura e Entretenimento; e Mineração apresentam diferenças significativas, mostrando que os efeitos dos ciclos ocorrem com maior intensidade nesses setores. Dessa forma, gestores, investidores, credores e usuários da informação contábil desses três setores precisam se atentarem às mudanças cíclicas econômicas para tomadas de decisões, visto que no período analisado tais setores apresentaram comportamentos do ROCE conforme as fases dos Ciclos Econômicos, ou seja, esses setores se apresentaram mais vulneráveis do que os demais.

Palavras-chave: Retorno do Investimento. Setores. Teoria dos Ciclos Econômicos.

ABSTRACT

The influence of the external scenario on the economic and financial structure of companies is a fundamental factor for decision-making. The objective of this study is to identify whether the Return on Investment (ROCE) of the financial economic sectors in Brazil is related to the phases of the economic cycles between the years 2000 and 2018. It is a descriptive research, with a quantitative approach, carried out through the identification of the Economic Cycles by the Real GDP and by the Kruskal-Wallis median test. The relevance of the research is centered on the improvement of the accounting information for decision making, since the results allow to know the sectors that present cyclical behavior. The results show that the ROCE showed significant differences in the phases of the Economic Cycles for all sectors. The evidence found is consistent with the literature that cycles consist of variations that end up affecting all sectors of an economy, but in a different way, given the particularities of each sector. Thus, when analyzing the sectors separately, it was observed that Civil Construction; Leisure, Culture and Entertainment; and Mining show significant differences, showing that the effects of the cycles occur with greater intensity in these sectors. Thus, managers, investors, creditors and users of accounting information from these three sectors need to be aware of cyclical economic changes for decision making, since in the analyzed period these sectors showed ROCE behaviors according to the phases of the Economic Cycles, that is, these sectors were more vulnerable than the other sectors.

Keywords: Return on investment. Sectors. Business Cycles Theory.

Verônica Rosa Tempesta

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Economista pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal). E-mail: veronicatempesta@hotmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1943-2052>. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9882340429467558>

Gilberto José Miranda

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Administração de Empresas e Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFU. E-mail: gilbertojm@ufu.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1543-611X>. LATTES: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4511438Y9>

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade tem o objetivo de gerar informações úteis para tomadas de decisões dos usuários internos e externos à empresa. Nesse sentido, Martins, Diniz e Miranda (2018) ressaltam que a contabilidade é uma aproximação da realidade, um “modelo” de representação da situação econômico-financeira das organizações. Por definição, a representação não se confunde com a realidade, sendo mais simples e limitada. Entre as principais limitações da Contabilidade estão: a desconsideração dos efeitos inflacionários; ausência de adequados instrumentos de mensuração (intangíveis, por exemplo); fraudes; embelezamento das demonstrações contábeis entre outros (Martins, Diniz & Miranda, 2018).

As limitações inerentes à contabilidade devem ser consideradas para que as demonstrações produzam informações pertinentes às decisões dos seus diversos usuários (Martins et al., 2018), caso contrário, tais limitações poderiam levar os usuários à tomada de decisões incorretas. Nesse sentido, compete às organizações conhecer o comportamento da Economia, visto que a análise do ambiente externo é parte importante nas tomadas de decisões. Assim, tem-se nos Ciclos Econômicos uma das principais características das economias capitalistas, que são as oscilações das variáveis macroeconômicas em torno da sua linha de tendência (Santos, Teixeira, Coimbra & Dalmacio, 2008).

Na perspectiva da Teoria dos Ciclos Econômicos (TCE), os referidos ciclos consistem em variações que acabam por afetar as empresas de uma economia em dado período. Dessa forma, os ciclos influenciam, conseqüentemente, as atividades empresariais no nível microeconômico. Ressalta-se, ainda, que cada empresa pode ser afetada de maneira diferente, quanto à frequência e à intensidade pelos Ciclos Econômicos, em função do setor em que atua e as estratégias que adota (Mitchell, 1927).

Diante da possibilidade de influências extrínsecas nos setores econômicos, este trabalho tem o intuito de analisar o comportamento dos indicadores de Retorno do Investimento (ROCE) setoriais conforme as variações dos Ciclos Econômicos, no contexto brasileiro, entre os anos 2000 e 2018. A análise setorial do ROCE é relevante, uma vez que este é um dos indicadores mais importantes na análise de desempenho de um negócio, pois foca no resultado operacional, independentemente da forma como é financiado. Sua interação com a análise setorial permite investigar elementos que caracterizam o desempenho econômico de um conjunto de empresas com características semelhantes (Martins, 2001).

Para os usuários da informação contábil, a análise do comportamento do ROCE em relação aos Ciclos Econômicos poderá gerar informações para subsidiar decisões diversas, como investimentos, concessão de crédito, entre outros aspectos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Teoria dos Ciclos Econômicos

Estudos sobre a Teoria dos Ciclos Econômicos começaram a ser desenvolvidos na segunda metade do Século XIX, mas eram estudos com visões amplamente diversas, pois o objetivo consistia em identificar as causas e os modos do comportamento cíclico (Carvalho, 1988). Entender as razões do movimento cíclico das economias de mercado é um dos principais desafios da pesquisa macroeconômica, além do fato de que a conjuntura macroeconômica exerce efeitos diferenciados sobre os agentes econômicos de acordo com suas características (Martini, Jayme Júnior, & Oliveira, 2011).

Assim, a Teoria dos Ciclos Econômicos (TCE) é estudada na linha de pesquisa macroeconômica, primordialmente nos cursos de Ciências Econômicas. Sua fundamentação baseia-se nas variações que os países sofrem em suas atividades econômicas decorrentes de oscilações cíclicas, ou seja, flutuações das variáveis macroeconômicas em torno da sua linha de tendência (Santos et al., 2008).

As flutuações das variáveis macroeconômicas são vistas de maneiras diferentes entre as duas correntes de pensamentos da economia: clássicos e keynesianos. Na abordagem clássica, os teóricos aplicam as hipóteses do Modelo Clássico e pressupõem que preços e salários se ajustam para equilibrar automaticamente os mercados. Além disso, a política monetária, a flexibilidade de preços e os salários não influenciam as variáveis reais (Mankiw, 2004).

Dentro do arcabouço teórico da abordagem clássica, mais conhecida como Lei de Say (toda oferta gera sua própria demanda), não há espaço para estudos dos ciclos econômicos, porque não consideram a teoria das depressões. Na teoria clássica a moeda é neutra, a política monetária não afeta as variáveis reais, os agentes são racionais e conseguem antecipar qualquer intervenção do Governo, de modo que tais ações geram efeitos neutros (Deus, 2018). Esse fato decorre de sua fundamentação de equilíbrio, pois a economia estava adaptada ao equilíbrio com pleno emprego e não poderia existir uma escassez de demanda. Assim, uma depressão é uma ocasião em que as mercadorias se acumulam por falta de compradores (Galbraith, 1989).

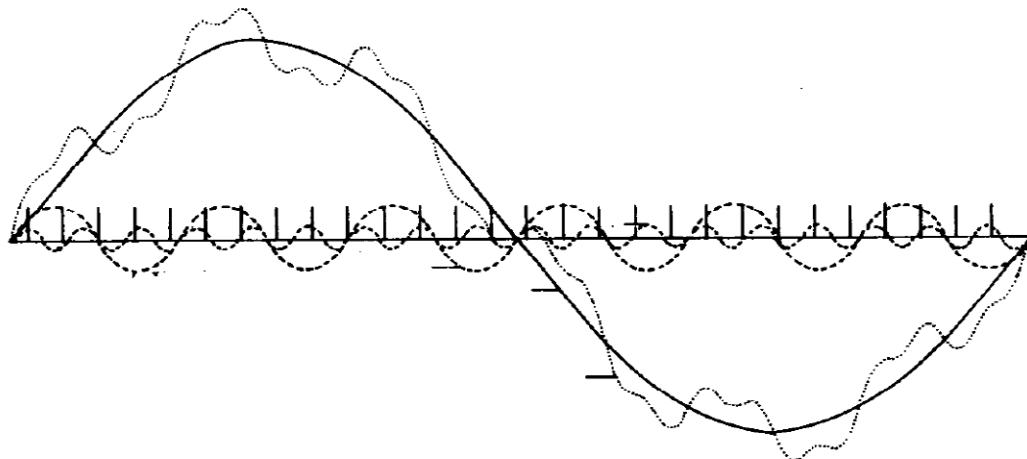
Por outro lado, tem-se a abordagem keynesiana que crítica esse regime, primeiro, por não considerar adequado o funcionamento de economias monetárias, em que a moeda importa, e por entenderem que a inflação é um processo causado por muitos fatores, devendo-se incluir mais componentes em sua explicação (Deus, 2018). Os teóricos utilizam as hipóteses do Modelo Keynesiano, baseado na Teoria Geral, em que os salários e os preços não se ajustam automaticamente e a demanda agregada determina a produção e o emprego de uma economia, incluindo a rigidez de preços e salários no curto prazo (Mankiw, 2004).

Para Keynes, a chave para a compreensão dos movimentos cíclicos está nas flutuações do nível de investimento. De acordo com ele, investimento significava aquisição de equipamentos do setor produtor de bens de capital, ampliação da capacidade produtiva e, por fim, expansão da produção corrente de bens de capital. Corroborando essa ideia, Kalecki também

considera o investimento como a variável que determina o nível da renda nacional em um dado ano e suas variações cíclicas e crescimento no decorrer do tempo (Lima, 2011). Mesmo diante dessas diferentes visões acerca dos ciclos econômicos, verifica-se a existência desses ciclos como importantes proponentes das mudanças na economia.

Quanto à periodicidade, os ciclos não apresentam uma ondulação única, mas, sim, ondas superpostas (Ekerman & Zerkowski, 1984), conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 - Ciclos Econômicos



Fonte: Ekerman e Zerkowski (1984).

As ondas longas são denominadas Kondratieff, tendo como característica principal a duração de 50 a 60 anos. Já as ondas intermediárias são denominadas Kuznets, abarcando periodicidades de 15 a 20 anos. Por fim, as ondas curtas são denominadas Juglar, com duração em torno de 10 anos. Além disso, há hipótese de que cada ciclo de Juglar contém três ciclos de Kitchin, tendo esta duração de 3 a 4 anos (Ekerman & Zerkowski, 1984).

Para Schumpeter (1934), o processo cíclico, das ondas longas de Kondratieff, divide-se em quatro fases: expansão, recessão, contração e recuperação. Assim, o ciclo consiste em expansão que leva à recessão que, por sua vez, leva à contração e à recuperação para, novamente, ocorrerem períodos de expansão, recessão, contração e recuperação e, assim, sucessivamente.

O entendimento e a mensuração do comportamento dos ciclos de negócios tem sido de suma importância nas economias avançadas, pois há amplo interesse em conhecer o comportamento econômico atual e futuro. De acordo com Lima (2011), diversos são os agentes e os motivos de interesse, como indivíduos e empresários, os quais têm o intuito de conseguir um melhor planejamento e rentabilidade de seus investimentos, ou o governo, por questões previdenciárias, orçamentárias, fiscais e, até mesmo, intervencionistas.

As pesquisas sobre Ciclos Econômicos podem ser divididas em dois grupos, conforme a natureza do trabalho. Tem-se o modelo acelerador/multiplicador que considera que as oscilações nasceram com o capitalismo, não podendo ser eliminadas sem que o próprio sistema passe por mudanças profundas, são entendidas como uma forma da evolução natural da economia capitalista. E o modelo de propagação, que considera que cada ciclo é visto como único, começando quando um estado de repouso na economia sofre perturbações advindas de choques exógenos e a absorção desses choques exógenos determina os ciclos (Lima, 2011).

Mas, há um consenso entre as correntes de pensamentos sobre os ciclos: as flutuações no produto agregado são vistas como desvios temporários em torno da tendência de crescimento da economia; a instabilidade agregada na forma de Ciclos Econômicos assumida como socialmente indesejável, pois reduz o bem-estar econômico; e a taxa de crescimento da oferta de moeda produz efeitos reais sobre a economia e desempenha um importante papel na explicação das flutuações do produto (Lima, 2011).

De acordo com Mitchell (1927), os Ciclos Econômicos afetam a atividade econômica das empresas de forma diferenciada, podendo ser, em algumas empresas, mais relevantes do que em outras. O autor define Ciclos Econômicos como um tipo de flutuação encontrada na atividade econômica das nações, mas que afetam as empresas.

Schumpeter (1934, 1939) complementa a abordagem de Mitchell (1927) ao apontar que, além de fatores internos do sistema econômico, como alterações no gosto dos consumidores, na quantidade ou qualidade da produção e na modificação no fornecimento de commodities, há fatores externos à economia que são causadores dos ciclos. Dentre os exemplos apresentados pelo autor estão: o clima, a descoberta de metais preciosos, as terras inexploradas, a abertura de novos países, entre outros, os quais foram causadores dos ciclos de negócios anteriormente. Nesse sentido, Schumpeter (1939) reforça que o ciclo consiste em variações que acabam por afetar todos os setores de uma economia.

Dessa forma, verifica-se pela Teoria dos Ciclos Econômicos, que existem flutuações na economia por diversos

fatores e, nesse sentido, as pessoas, as empresas, bem como os setores, são afetados pelas mudanças dadas as diversas magnitudes que um ciclo pode impactar ou perpetuar. Condizente com isso, Schumpeter (1911 citado por Ekerman & Zerkowski, 1984) ainda apresenta que os dados do sistema econômico são elementos que as empresas têm que aceitar e, de alguma forma, a eles se adaptarem.

Dado que os Ciclos Econômicos afetam as empresas e os setores com suas devidas particularidades, conforme a TCE, buscar ferramentas que apliquem essas teorias no ambiente organizacional torna-se pertinente.

Entre os escassos estudos nacionais sobre o tema, destacam-se os estudos de Mota (2018) e Paulo e Mota (2019). O primeiro analisou o comportamento do gerenciamento de resultados contábeis por meio dos accruals (AEM) e das decisões operacionais (REM), observando-se as quatro fases do ciclo econômico - expansão, recessão, contração e recuperação. A amostra foi composta de empresas de 35 países-membros e seis países convidados ou parceiros da Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento Econômico (OECD), tendo sido analisados os anos de 2000 a 2015. Os resultados indicaram que as firmas que buscam atingir a previsão de lucro dos analistas utilizaram AEM na fase de recessão. Em contrapartida, há indícios do uso de REM na fase de contração com o intuito de manter a performance de lucro do período anterior.

Ademais, a análise das firmas que buscam reportar lucro próximo a zero indica que os gestores usam ambas as estratégias de gerenciamento de resultados (AEM e REM) de forma complementar e não em função dos custos associados a cada estratégia. Os resultados indicaram que as estratégias de gerenciamento de resultados são impactadas pelo ambiente econômico, dependendo do país analisado, da fase do ciclo econômico e do incentivo associado.

Paulo e Mota (2019) avaliaram a influência do ambiente econômico sobre as estratégias de gerenciamento de resultados nas companhias abertas brasileiras, no período de 2000 a 2015. Os resultados indicaram que as informações contábeis reportadas devem ser analisadas com maior cautela por seus usuários, principalmente em períodos de grandes oscilações econômicas, quando os gestores podem aumentar ou reduzir o comportamento oportunístico. Os resultados evidenciam que as estratégias de gerenciamento de resultados contábeis, seja por meio dos accruals discricionários ou pelas decisões operacionais, bem como a escolha dentre essas estratégias, são impactadas pelo ambiente econômico.

2.2 Análise das Demonstrações Contábeis: Abordagem Setorial

A análise das demonstrações contábeis é um conjunto de esforços sistemáticos para determinar o significado e o sentido das demonstrações financeiras com vistas a permitir a realização de previsão da liquidez, da solvência, do endividamento, da estrutura de capital e da rentabilidade de uma entidade (Matarazzo, 2010).

Já o setor econômico é uma subdivisão do mercado, ou seja, são agrupamentos das empresas que atuam no mercado a partir das características que têm em comum, como: principais atividades econômicas desenvolvidas, participação de cada atividade no faturamento da empresa, entre outros (Martins, 2001). Para Ludicibus e Lisboa (2007), as empresas que pertencem ao mesmo setor econômico apresentam em seus demonstrativos contábeis semelhanças devido a suas estruturas patrimoniais e econômicas.

Assim, na mesma vertente da análise das demonstrações contábeis, a análise setorial das demonstrações contábeis é feita a partir da definição e interpretação de um conjunto de índices econômico-financeiros médios, sendo a média calculada pelas empresas que compõem o setor analisado (Martins, 2001). Isso significa que, para a análise dos indicadores setoriais de Retorno do Investimento, considera-se o desempenho médio dos indicadores de Retorno do Investimento das empresas que compõem o setor.

A partir da análise setorial, é possível identificar características e comportamentos de cada setor, pois esse é um procedimento analítico que viabiliza a avaliação de evolução e composição da estrutura patrimonial, financeira e econômica de um grupo de empresas (Martins et al., 2018). Silva (2008) destaca a importância de se conhecer o comportamento dos diversos setores de atividade econômica e, também, a correlação entre os setores, pois empresas de um mesmo ramo de negócios tendem a ser influenciadas de formas semelhantes pelo macroambiente.

Ainda pela análise setorial, há a possibilidade de se verificarem os parâmetros econômicos, financeiros e sociais das empresas. Dessa forma, pode-se comparar o desempenho de cada empresa com o desempenho médio do setor, possibilitando que tanto os analistas quanto os demais usuários das informações identifiquem o posicionamento de cada empresa diante da média setorial (Martins et al., 2018). Assim, é possível observar se o comportamento dos indicadores de uma empresa específica é semelhante, inferior ou superior ao comportamento médio de seus pares.

Para Pandini, Stupp e Fabre (2018), as principais variáveis macroeconômicas, identificadas em pesquisas anteriores, relacionadas com as atividades dos setores da economia são: inflação, emprego, câmbio, taxa de juros e produto interno bruto (PIB).

Na pesquisa de Guidini et al. (2007), que teve o propósito de captar a percepção de gestores diante dos impactos macroeconômicos, por segmento, verificou-se que, de modo geral, os setores sentem, com maior ênfase, os efeitos de variáveis como inflação, taxa de Juros, PIB, câmbio, importações e exportações.

Jacques, Borges e Miranda (2020) realizaram uma pesquisa com o propósito de investigar relações entre o ambiente macroeconômico e os indicadores econômico-financeiros dos segmentos empresariais listados na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Os resultados da pesquisa mostraram que o Câmbio e o PIB foram as variáveis que mostraram maior associação com os indicadores econômico-financeiros dos segmentos empresariais, seguidos pelas variáveis Juros, Emprego e Inflação.

Diante da importância de conhecer o comportamento setorial para tomada de decisões empresariais, cabe verificar

se existem relações entre os indicadores setoriais de Retorno do Investimento e os Ciclos Econômicos, uma vez que as empresas sofrem influência do ambiente externo de forma diferenciada, dadas as particularidades de cada setor.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem o propósito de identificar se as fases dos Ciclos Econômicos apresentam relações com os indicadores de retorno do investimento (ROCE) setoriais, no contexto brasileiro, entre os anos 2000 e 2018. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio das seguintes técnicas de análise: identificação dos Ciclos Econômicos pelo PIB Real e testes de medianas.

A população do estudo é composta por todos os setores econômico-financeiros brasileiros, categorizados conforme o Instituto Assaf Neto (2019): Aço, Água e Esgoto, Alimentos e Bebidas, Autopeças, Calçados, Cimentos e Agregados, Comércio em Geral, Concessionária de Transporte, Construção Civil, Cultivos da Natureza, Distribuição de Gás Natural, Eletrodomésticos, Eletrônicos, Energia Elétrica, Extração e Distribuição de Petróleo, Ferrovia, Hotelaria, Indústrias de Materiais Diversos, Lazer, Cultura e Entretenimento, Máquinas, Metais, Mineração, Papel e Celulose, Perfumaria e Cosméticos, Química básica, Química Diversificada, Serviços de Saúde, Serviços de Telecomunicações, Serviços de Transportes, Serviços Diversos, Serviços Educacionais, Softwares e Serviços Computacionais, Varejo Linhas Especiais, Veículos Terrestres e Aéreos e Vestuário.

Quadro 1 - Variáveis do estudo

Definição	Especificação	Mensuração	Referência	Fonte
Retorno do Investimento (ROCE)	Relação entre o Resultado Operacional Amplo (líquido do IR) e o Investimento Total. Retorno oferecido aos proprietários de capital (credores e acionistas) pelo investimento realizado na empresa.	Contínua em porcentagem	Assaf Neto (2015)	Instituto Assaf Neto
Produto Interno Bruto (PIB)	Variação real do Produto Interno Bruto Real nacional.	Contínua em porcentagem	Mota (2018)	BACEN

Fonte: Elaboração própria.

Cabe ressaltar a diferença entre os indicadores Retorno do Investimento (ROCE) utilizado na pesquisa e o Retorno sobre o Investimento (ROI), indicador esse popularmente conhecido na literatura. A diferença desses indicadores está na sua composição, sendo o ROI calculado da relação do lucro operacional líquido ajustado e o investimento (Martins, Miranda & Diniz, 2018) e o ROCE relação entre o resultado operacional amplo (líquido do IR) e o investimento total (Assaf Neto, 2015).

3.1 TESTES

Por meio do teste de normalidade Shapiro-Wilk foi constatado que os dados não apresentavam distribuição normal. Assim, para avaliar a existência de diferenças estatísticas nos indicadores setoriais de Retorno do Investimento, referentes aos Ciclos Econômicos, foi utilizado o teste não paramétrico Kruskal-Wallis, por intermédio do programa Action, versão 2.8, pois esse teste é utilizado para comparação das variáveis contínuas ou ordenáveis entre três ou mais grupos independentes (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009).

Para calcular os Ciclos Econômicos foi utilizado o PIB Real, conforme Santos et al. (2008), Claessens, Kose e Terones (2012) e Mota (2018). E, para identificação das oscilações cíclicas, utilizou-se o mesmo algoritmo aplicado por Claessens et al. (2012) e Mota (2018). O algoritmo compreende: a média da taxa de crescimento do PIB Real ao longo do período estudado, em relação ao crescimento anual do PIB; e também procura os máximos (picos) e mínimos (vales) em uma série do crescimento do PIB Real (y) ao longo de um determinado período de tempo (t).

1) **Pico**: ocorre um pico em uma série de tempo no momento (t) se:

$$\{(y_t - y_{t-2}) > 0, (y_t - y_{t-1}) > 0\} \text{ e } \{(y_{t+2} - y_t) < 0, (y_{t+1} - y_t) < 0\}$$

De forma a imprimir mais clareza, descreve-se o cálculo dessa expressão para o ano de 2000, ou seja, (t) = 2000. Se o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) menos o crescimento do PIB Real no ano 1998 = (y_{t-2}) for maior que zero e o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) menos o crescimento do PIB Real no ano 1999 = (y_{t-1}) for também maior que zero, essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

Na sequência, se o crescimento do PIB Real no ano 2002 = (y_{t+2}) menos o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) for menor que zero e o crescimento do PIB Real no ano 2001 = (y_{t+1}) menos o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) for também menor que zero, essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

Assim, se ambos os casos receberem o número 1 (um), ocorreu um pico na série de tempo, caso contrário, se em uma ou nas duas expressões receberem o número 0 (zero), não houve pico.

2) **Vale**: o vale em uma série de tempo (t) ocorre se:

$$\{[(y_t - y_{t-2}) < 0, (y_t - y_{t-1}) < 0]\} \text{ e } \{[(y_{t+2} - y_t) > 0, (y_{t+1} - y_t) > 0]\}$$

Ainda exemplificando a expressão no que se refere ao ano de 2000, tem-se: se o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) menos o crescimento do PIB Real no ano 1998 = (y_{t-2}) for menor que zero e o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) menos o crescimento do PIB Real no ano 1999 = (y_{t-1}) for também menor que zero, essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

Na sequência, se o crescimento do PIB Real no ano 2002 = (y_{t+2}) menos o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) for maior que zero e o crescimento do PIB Real no ano 2001 = (y_{t+1}) menos o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) for também maior que zero, essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

Assim, se ambos os casos receberem o número 1 (um), ocorreu um vale na série de tempo, caso contrário, se uma ou duas expressões receberem o número 0 (zero), não houve vale.

Assim, a partir dos picos e vales, é possível identificar as oscilações cíclicas, mas outros passos foram necessários para verificar o comportamento cíclico de 2000 a 2018.

Posteriormente, analisa-se a variação do crescimento do PIB Real em relação ao ano anterior, ou seja, verificam-se os anos que obtiveram crescimento ou decréscimo em relação ao ano anterior.

3) Crescimento do PIB Real em relação ao ano anterior, quando:

$$[(y_t - y_{t-1}) > 0]$$

Quanto ao ano de 2000, se o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) menos o crescimento do PIB Real no ano 1999 = (y_{t-1}) for maior que zero, há crescimento e, assim, essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

4) Decréscimo do PIB Real em relação ao ano anterior, quando:

$$[(y_t - y_{t-1}) < 0]$$

No que diz respeito ao ano de 2000, se o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) menos o crescimento do PIB Real no ano 1999 = (y_{t-1}) for menor que zero tem decréscimo, assim, essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

Outro fator a ser considerado é o crescimento do PIB Real em relação à média do crescimento do PIB Real. Assim, pode-se identificar se o crescimento tem sido maior ou menor que a média do crescimento do PIB real de 2000 a 2018, sendo a média denominada ($y_{média}$).

5) PIB Real maior do que a média: tem-se o crescimento do PIB Real maior do que a média do PIB Real de 2000 a 2018, quando:

$$(y_t > y_{média})$$

Quanto ao ano de 2000, se o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) for maior do que a média do crescimento do PIB Real = ($y_{média}$), essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

6) PIB Real menor do que a média: tem-se o crescimento do PIB Real menor do que a média do PIB Real de 2000 a 2018, quando:

$$(y_t < y_{média})$$

Para o ano de 2000, se o crescimento do PIB Real no ano 2000 = (y_t) for menor do que a média do crescimento do PIB Real = ($y_{média}$), essa expressão recebe o número 1 (um), caso contrário, recebe 0 (zero).

A partir dessas relações, têm-se quatro situações para as oscilações cíclicas e as referências que serão utilizadas na presente pesquisa:

- a) **Expansão:** Crescimento do PIB Real em relação ao PIB Real do ano anterior (3); PIB Real maior do que a média do PIB Real de 2000 a 2018 (5);
- b) **Recessão:** Decréscimo do PIB Real em relação ao PIB Real do ano anterior (4); PIB Real maior do que a média do PIB Real de 2000 a 2018 (5);
- c) **Contração:** Decréscimo do PIB Real em relação ao PIB Real do ano anterior (4); PIB Real menor do que a média do PIB Real de 2000 a 2018 (6);
- d) **Recuperação:** Crescimento do PIB Real em relação ao PIB Real do ano anterior (3); PIB Real menor do que a média do PIB Real de 2000 a 2018 (6).

Depois da identificação das fases das oscilações cíclicas¹ em: expansão, recessão, contração e recuperação, tem-se a segregação de quatro grupos que compõem os ciclos, para os anos de 2000 a 2018, para testar as seguintes hipóteses:

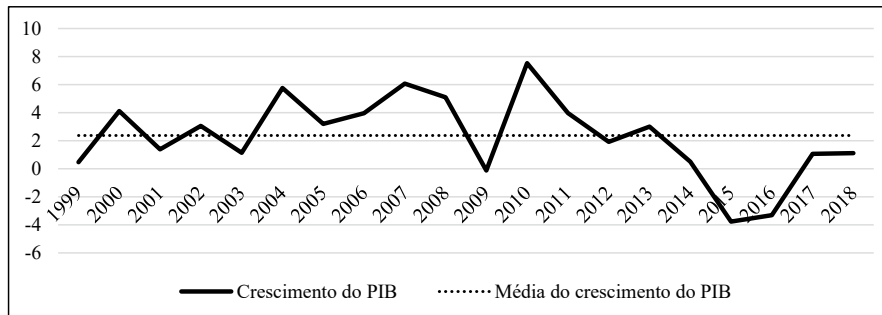
$$H_0: \text{Há diferença estatística no ROCE entre as fases dos ciclos econômicos;} \\ H_1: \text{Não há diferença estatística no ROCE entre as fases dos ciclos econômicos;}$$

¹ Embora Schumpeter tenha usado as fases das oscilações cíclicas em expansão, recessão, contração e recuperação para os grandes ciclos, usa-se essa classificação nessa pesquisa para os pequenos ciclos.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise das oscilações econômicas consiste em identificar se o indicador ROCE setorial apresenta diferenças significativas nos períodos de 2000 a 2018. Nesse período, foram identificadas as fases dos Ciclos Econômicos. Essas fases apresentam as oscilações cíclicas do crescimento do PIB Real em quatro categorias, sendo: expansão nos anos 2000, 2002, 2004, 2006, 2007, 2010 e 2013; recuperação nos anos 2016 a 2018; recessão nos anos 2005, 2008 e 2011; e contração nos anos 2001, 2003, 2009, 2012, 2014 e 2015. No Gráfico 1, apresenta-se essas oscilações cíclicas.

Gráfico 1 - Crescimento anual do PIB em relação ao ano anterior de 2000 – 2018



Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se que essas fases retratam as oscilações cíclicas da economia brasileira, conforme os achados de Paula e Pires (2017). Segundo os autores, a economia brasileira, a partir de 1980, tem alternado pequenos ciclos de crescimento com desacelerações econômicas. Dessa forma, identifica-se um breve panorama do Brasil, conforme Paula e Pires (2017) em relação aos achados da presente pesquisa:

- 2000 (expansão); 2001 (contração); 2002 (expansão); 2003 (contração): Em 2000, o PIB cresceu 4,3%; entre 2001 e 2003 houve uma forte desaceleração (nesse período, o PIB cresceu a uma taxa média de 1,7% ao ano), além da crise de confiança em 2002.
- 2004 (expansão); 2005 (recessão); 2006 (expansão); e 2007 (expansão): Recuperação a partir de 2004, inicialmente, pelo *boom* de *commodities* e, em seguida, pelo aumento no consumo das famílias devido ao maior estímulo ao crédito bancário e ao aumento da renda real das famílias. Em face dos enormes influxos de capitais externos e do superávit comercial, houve uma significativa apreciação da moeda, o que contribuiu para a política de redução da inflação.
- 2008 (recessão): O contágio da crise de 2008 foi rápido: saída de capitais estrangeiros aplicados em bolsa; redução da oferta de crédito externo para bancos e firmas; aumento das remessas de lucros e dividendos por parte de subsidiárias de empresas multinacionais; retração do mercado de crédito doméstico; e "empocamento" de liquidez no mercado interbancário. O governo respondeu com uma grande variedade de instrumentos, incluindo: medidas de reforço à liquidez do setor bancário; linha temporária de crédito para as exportações; intervenções do Banco Central do Brasil no mercado cambial; estímulo à expansão do crédito por parte dos bancos públicos; redução do IPI para automóveis, eletrodomésticos e produtos de construção; aumento do período de concessão do seguro-desemprego; e criação do programa de construção de moradia popular "Minha Casa, Minha Vida".
- 2009 (contração); 2010 (expansão): O governo conseguiu evitar uma deterioração mais drástica das expectativas, recuperando a economia a partir de meados de 2009. Dentre os aspectos que contribuíram para a recuperação da economia no segundo semestre, tem-se o crescimento da formação bruta de capital fixo e do consumo. Em resposta à restauração da confiança dos agentes e à ampliação do nível de utilização da capacidade instalada da indústria, o investimento cresceu de 17% do PIB no 1º trimestre de 2009 para 20,5% no 3º trimestre de 2010. As exportações foram favorecidas pela forte melhora nos termos de troca devido, principalmente, à retomada da economia chinesa, em 2009, e à recuperação da economia mundial, em 2010.
- 2011 (recessão): O crescimento econômico a partir de 2011 desapontou e o que mais contribuiu para a desaceleração da economia foi o mau desempenho da formação bruta de capital fixo.
- 2012 (contração): No 2º trimestre, foram adotadas medidas adicionais no âmbito do "Plano Brasil Maior", como a ampliação da desoneração da folha de pagamento para outros setores, a redução do IPI de alguns bens duráveis, a postergação do recolhimento do PIS/Cofins e a redução da alíquota de IOF sobre operações de crédito a pessoas físicas.
- 2013 (expansão): Algumas medidas de incentivos fiscais foram mantidas, porém, por um lado, o governo sinalizou um ligeiro ajuste fiscal e, por outro, o BCB voltou a elevar a Selic, fechando o ano em 10%.

- 2014 (contração). Verificou-se uma tendência de deterioração fiscal em função da queda das receitas tributárias (desonerações fiscais e redução do PIB) e do impacto dos juros sobre a dívida pública, fechando o ano de 2014 com um déficit primário de 0,57% do PIB.
- 2015 (contração): Após a reeleição de Dilma Rousseff, o governo alterou sua condução econômica para políticas mais ortodoxas, com objetivo de implementar ajuste fiscal, principalmente das despesas públicas, que eram entendidas como fundamentais para retomar a confiança dos agentes e tidas como necessárias para recuperação da economia.
- 2016 (recuperação): Período de crise política, o que afetou as ações do governo, não tendo sido possível implementar qualquer agenda da política econômica.
- 2017 (recuperação); 2018 (recuperação): Ocorre o crescimento da economia por vários fatores, dentre eles, a política monetária cada vez mais expansionista, a safra agrícola extremamente positiva e também um contexto internacional favorável, além da confiança dos agentes na política econômica executada pelo novo governo (Horta & Giambiagi, 2018).

Após a identificação das fases das oscilações cíclicas e do panorama geral do Brasil, realizou-se o teste de mediana de *Kruskal-Wallis* para avaliar a existência de diferenças significativas das medianas dos indicadores de retorno setoriais (ROCE) conforme as fases dos ciclos econômicos. Os resultados estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Teste de mediana de *Kruskal-Wallis* dos índices ROCE de todos os setores em relação as oscilações cíclicas

Fatores Comparados/ Mediana	Diferença Estatística	P-Valor
Expansão (mediana: 11,4%) - Recessão (mediana: 13,0%)	Não	0,0015***
Expansão (mediana: 11,4%) - Contração (mediana: 9,7%)	Não	
Expansão (mediana: 11,4%) - Recuperação (mediana: 10,4%)	Não	
Recessão (mediana: 13,0%) - Contração (mediana: 9,7%)	Sim	
Recessão (mediana: 13,0%) - Recuperação (mediana: 10,4%)	Sim	
Contração (mediana: 9,7%) - Recuperação (mediana: 10,4%)	Não	

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: significativo a 1%: ***, significativo a 5%: **, significativo a 10%: *.

O índice Retorno do Investimento apresentou diferença significativa em relação às fases dos Ciclos Econômicos para todos os setores, ou seja, não se pode rejeitar a hipótese H_0 . O teste de mediana apresentou um p-valor de 0,0015, assim, ao nível de significância de 1%, os fatores de comparação, oscilações cíclicas do PIB Real em relação aos setores, são estatisticamente diferentes no período de 2000 a 2018. Esses resultados mostram que os setores, de uma forma geral, são mais sensíveis às oscilações cíclicas da economia.

Analisando possíveis diferenças entre as fases, nota-se conforme a Tabela 1, que o indicador ROCE é estatisticamente diferente entre as fases recessão e contração, bem como entre as fases recessão e recuperação. Assim, a recessão e a contração são momentos de maior vulnerabilidade dos setores, bem como nos momentos de recessão e recuperação.

Ao comparar a recessão e a contração, observa-se que o ROCE apresenta valores superiores nos períodos de recessão (mediana de 13,0%) quando comparado aos períodos de contração (mediana de 9,7%). Já em relação às fases de recessão e recuperação, o ROCE obteve valores maiores na recessão (mediana de 13%) e menores na recuperação (mediana de 10,4%).

Diante de tais resultados, verifica-se que o ROCE apresenta retornos melhores nas fases de recessão em relação às fases de contração e recuperação, o que faz sentido, pois, no momento de contração da economia, espera-se que caiam os retornos da empresa e, posteriormente a essa fase, em um momento de retomada da economia, espera-se que os retornos da empresa voltem a crescer, como é o caso da recuperação.

Tais achados condizem com a literatura, pois, independentemente da corrente de pensamento sobre a Teoria dos Ciclos Econômicos, há um consenso de que há flutuações no produto agregado em torno da tendência de crescimento da economia, sendo a instabilidade gerada pelo ciclo indesejável pelos agentes por reduzir o bem-estar (Lima, 2011). Assim, sejam as oscilações cíclicas causadas pelo modo de produção das economias de mercado ou por choques externos de demanda e de oferta, essas mudanças macroeconômicas afetam os setores e os mesmos se comportam de forma diferente dadas as suas particularidades. Por isso, tais oscilações devem ser mapeadas e consideradas nos processos decisórios dos usuários.

O próximo passo é verificar em quais setores os efeitos dos Ciclos Econômicos ocorrem com maior intensidade. Assim, a Tabela 2 tem o propósito de apresentar os resultados do teste de mediana *Kruskal-Wallis*, sendo evidenciados apenas os setores que tiveram diferenças significativas ao nível de 5%.

Tabela 2 - Teste de mediana de Kruskal - Wallis dos índices ROCE em relação as oscilações cíclicas dos setores significativos

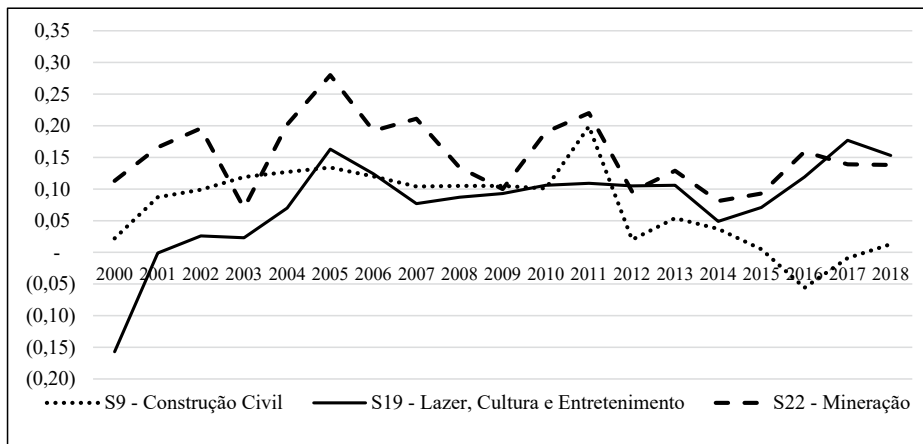
Setor	Fatores Comparados / Mediana	Dif. Estat.	P-Valor
Construção Civil	Expansão (mediana: 10,1%) - Recessão (mediana: 13,4%)	não	0,0132**
	Expansão (mediana: 10,1%) - Contração (mediana: 6,2%)	não	
	Expansão (mediana: 10,1%) - Recuperação (mediana: - 0,9%)	não	
	Recessão (mediana: 13,4%) - Contração (mediana: 6,2%)	não	
	Recessão (mediana: 13,4%) - Recuperação (mediana: - 0,9%)	sim	
	Contração (mediana: 6,2%) - Recuperação (mediana: - 0,9%)	não	
Lazer, Cultura e Entretenimento	Expansão (mediana: 7,7%) - Recessão (mediana: 10,9%)	não	0,0303**
	Expansão (mediana: 7,7%) - Contração (mediana: 6,0%)	não	
	Expansão (mediana: 7,7%) - Recuperação (15,3%)	não	
	Recessão (mediana: 10,9%) - Contração (mediana: 6,0%)	não	
	Recessão (mediana: 10,9%) - Recuperação (mediana: 15,3%)	não	
	Contração (6,0%) - Recuperação (mediana: 15,3%)	sim	
Mineração	Expansão (mediana: 19,2%) - Recessão (mediana: 22,0%)	não	0,0227**
	Expansão (19,2%) - Contração (mediana: 9,5%)	não	
	Expansão (mediana: 19,2%) - Recuperação (mediana: 13,9%)	não	
	Recessão (mediana: 22,0%) - Contração (mediana: 9,5%)	sim	
	Recessão (mediana: 22,0%) - Recuperação (mediana: 13,9%)	não	
	Contração (mediana: 9,5%) - Recuperação (mediana: 13,9%)	não	

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: significativo a 1%: ***, significativo a 5%: **, significativo a 10%: *; Dif Estat: Diferença Estatística.

O índice Retorno do Investimento apresentou diferença significativa em relação às fases dos Ciclos Econômicos para três setores: Construção Civil; Lazer, Cultura e Entretenimento e Mineração. Os testes de mediana dos três setores têm significância ao nível de 5% para o período de análise de 2000 a 2018. Assim, pode-se dizer que cada setor apresentou diferença significativa em dois momentos distintos dos ciclos econômicos. Tais resultados demonstram que esses três setores apresentam retornos mais sensíveis às oscilações cíclicas do PIB Real. No Gráfico 2, apresenta-se o comportamento cíclico do ROCE dos respectivos setores.

Gráfico 2 - Comportamento do ROCE dos setores Construção Civil, Lazer, Cultura e Entretenimento, e Mineração: Brasil 2000 a 2018.



Fonte: Elaboração própria.

Os setores Construção Civil, Lazer, Cultura e Entretenimento e Mineração apresentaram características relativamente semelhantes, como crescimento no ano de 2000 e maiores valores do ROCE entre o período de 2004 a 2011. Nota-se que o setor Construção Civil apresentou diferença estatisticamente significativa com p-valor de 0,0132 ao nível de 5% de significância, entre recessão nos anos 2005, 2008 e 2011, com uma mediana de 13,4% e recuperação nos anos 2016 a 2018, com uma mediana de -0,9%. Assim, têm-se retornos maiores quando ocorre uma queda no decréscimo do PIB Real e retornos menores quando ocorre um crescimento após um momento de contração da economia. Esses resultados podem ser decorrentes das mudanças econômicas anteriores a esses períodos.

Conclui-se, a partir das oscilações do setor Construção Civil, que os resultados condizem com a caracterização do setor de que ele é afetado pelas crises políticas nacionais (Pinto, Pinto, Saludjian, Nogueira, Balanco, Schonerwald, & Baruco, 2017). Além disso, sabe-se que esse setor é dependente do crescimento interno do país, conseqüentemente, depende do consumo das famílias, ficando demonstrada, assim, a dependência do setor e sua propensão a ser afetado pelas oscilações cíclicas da economia.

Como se pode perceber, são dois os períodos bem distintos da economia nacional que apresentaram diferenças significativas. O período considerado de recessão compreende: o ano de 2005, quando o governo se encontrava em uma fase pós-crise de confiança em 2002; 2008, com a criação do programa de construção de moradia popular ("Minha Casa, Minha Vida"); e 2011, com o crescimento desapontado pelo mau desempenho da formação bruta de capital fixo (Paula & Pires, 2017). Esses são fatores que impulsionaram o setor positivamente, pois os mesmos apresentaram altos retornos sobre o investimento mediano, de 13,4%, 10,5% e 19,9% para os respectivos anos 2005, 2008 e 2011.

Já o período considerado de recuperação compreende o ano de 2016, o qual passou por crises políticas que afetaram toda a economia, bem como os anos de 2017 e 2018, nos quais houve a retomada do crescimento (Horta & Giambiagi, 2018). Esse período, denominado recuperação, foi acompanhado pelo setor de Construção Civil com os menores ROCE, ou seja, de -5,6%, em 2016, de -0,9%, em 2017 e 1,3%, em 2018, ou seja, momento de recuperação do setor acompanhando a economia nacional. Esse setor é um dos mais afetados diante de crises e, por isso, sua recuperação é mais lenta como apresentado nos anos dessa fase dos ciclos econômicos. Esses resultados são condizentes com os resultados de Santos et al. (2008).

Já o setor Lazer, Cultura e Entretenimento (S19) apresentou diferença entre as oscilações cíclicas das fases de contração nos anos 2001, 2003, 2009, 2012, 2014 e 2015, com mediana de 6% e recuperação nos anos 2016, 2017 e 2018, com mediana de 15,3% e um P-valor de 0,0303 ao nível de 5% de significância. Assim, pode-se dizer que esse setor tem maiores retornos nos momentos de recuperação da economia e menores retornos nos momentos de contração da economia.

Na fase de contração, entre 2001 e 2003, houve uma forte desaceleração no crescimento. Já o ano de 2009 foi um período de recuperação dados os aspectos como crescimento da formação bruta de capital fixo e do consumo. No ano de 2012, foram adotadas medidas no âmbito do "Plano Brasil Maior", como a ampliação da desoneração da folha de pagamento para outros setores, além da redução do IPI de alguns bens duráveis, postergação do recolhimento do PIS/Cofins e a redução da alíquota de IOF sobre operações de crédito a pessoas físicas. Em 2014, ocorreu uma deterioração fiscal em função da queda das receitas tributárias e do impacto dos juros sobre dívida pública e o ano de 2015 foi um período de mudanças na implementação de políticas ortodoxas com a reeleição da presidente Dilma Rousseff (Paula & Pires, 2017). Esse período de contração econômica fez com que esse setor se contrair e, mesmo diante dessas políticas e incentivos, têm-se nesse período os menores retornos do setor: -0,1%; 2,3%; 9,3%; 10,5%; 4,9% e 7,1% para os respectivos anos 2001, 2003, 2009, 2012, 2014, 2015.

Quanto à fase de recuperação, o ano de 2016 compreende um período de crises políticas que afetaram a economia e os anos de 2017 e 2018 assistiram a uma retomada do crescimento com mudanças políticas (Horta & Giambiagi, 2018). Assim, esse período de recuperação presenciou os maiores retornos do setor de Lazer, Cultura e Entretenimento, com 11,9%; 17,7% e 15,3%, ou seja, esse setor também se comportou conforme as oscilações cíclicas da economia Brasileira.

Destaca-se que esse setor não faz parte do consumo não cíclico da população, ou seja, diante de crises, empresas de consumo cíclico são mais afetadas (Pandini, Stüpp, & Fabre, 2018). Assim, esse setor tende a ser mais dependente do comportamento da economia. Dado que esse setor depende do consumo das famílias, principalmente, em momentos de crescimento econômico nacional, esse resultado é condizente com as características do setor.

Por fim, o setor de Mineração (S22) apresentou diferença estatisticamente significativa com um P-valor de 0,0227 ao nível de 5% de significância. Essa diferença ocorreu entre as fases de recessão (2005, 2008, 2011) e contração (2001, 2003, 2009, 2012, 2014, 2015). Como esse setor teve aumento da demanda por minérios a partir de 2000, impulsionando o valor da produção mineral brasileira e fazendo com que apresentasse crescimento significativo (Ministério da Economia, 2012), faz sentido tal relação entre as fases de recessão e contração.

Como apresentado anteriormente, acerca do setor de Construção Civil, a fase de recessão compreende momentos de estagnação, principalmente, com a crise de 2008 e a desaceleração da economia, e a fase de contração compreende períodos de desaceleração da economia e incentivos políticos constantes para a retomada. Têm-se, no período de recessão, os maiores ROCEs, com pico, em 2005, com 28% de retorno e pico, em 2011, com 22% de retorno. Já a fase de contração apresenta os menores ROCEs do setor, com 16,6%, em 2001, 7%, em 2003, 10% em 2009, 9,6%, em 2012, 8,1%, em 2014, e 9,3%, em 2015. Verifica-se, portanto, que esse setor acompanhou as oscilações, obtendo maiores retornos nas fases de recessão e menores retornos nas fases de contração. Tal fato pode ter ocorrido em razão da dependência do setor de Mineração com outros segmentos em virtude da demanda de minérios, assim, seu

crescimento acompanha a economia nacional e as oscilações dos outros setores. Tais resultados são condizentes com os achados de Santos et al. (2008).

Diante dos resultados sobre o comportamento do ROCE em relação às oscilações cíclicas dos setores Construção Civil, Lazer, Cultura e Entretenimento e Mineração, pode-se dizer que esses setores são mais sensíveis que os demais às mudanças macroeconômicas dos ciclos econômicos. Considerando-se esses achados, não se pode rejeitar H0. Esses resultados corroboram, portanto, o preconizado pela Teoria dos Ciclos Econômicos, em linha com os achados de Paulo e Mota (2019), Mota (2018), Cavalca et al. (2017) e Santos et al. (2008).

Como Mitchell (1927) relata, os Ciclos Econômicos afetam a atividade econômica das empresas de forma diferenciada, podendo ser, em algumas empresas, mais relevantes do que em outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido com o propósito de analisar se o indicador de Retorno do Investimento Setorial se comporta conforme as oscilações dos Ciclos Econômicos, no contexto brasileiro, no período de 2000 a 2018.

Verificou-se que os indicadores setoriais de Retorno do Investimento (ROCE) apresentam diferenças significativas segundo as fases dos Ciclos Econômicos, ou seja, em alguns momentos, ocorre comportamento do retorno conforme as mudanças cíclicas. Observa-se, assim, a importância das empresas se atentarem às mudanças macroeconômicas cíclicas, as quais podem influenciar os retornos das empresas.

Nas análises das oscilações dos Ciclos Econômicos com o ROCE, foi observado que os setores Construção Civil, Mineração e Lazer, Cultura e Entretenimento apresentam diferenças significativas em relação às fases dos Ciclos Econômicos, isto significa que os efeitos dos Ciclos Econômicos ocorrem com maior intensidade nesses três setores. Diante desse resultado, pode-se dizer que esses setores são mais propícios às flutuações de seus retornos conforme as oscilações macroeconômicas do PIB.

Dessa forma, em termos de contribuição prática, pode-se dizer que gestores, credores e investidores dos setores Construção Civil, Mineração e Lazer, Cultura e Entretenimento precisam se atentarem aos fatores cíclicos para a tomada de decisões. As evidências condizem com Schumpeter (1939), pois os ciclos consistem em variações que acabam por afetar todos os setores de uma economia, embora de forma diferenciada. Portanto, em momentos de crise, como a vivenciada atualmente (Pandemia do COVID-19), esses são setores que merecem maior atenção, seja por parte de gestores, investidores, sociedade e, principalmente, por parte do governo, para que políticas adequadas sejam implementadas de forma a proteger os empreendimentos durante períodos de crise aguda.

Além disso, dado que a contabilidade é um modelo de representação da realidade e que possui limitações inerentes, saber que os setores Construção Civil, Mineração e Lazer, Cultura e Entretenimento são mais suscetíveis às oscilações econômicas pode ajudar o tomador de decisões a se precaver em cenários de instabilidade para variáveis macroeconômicas. Pode-se dizer, por exemplo, que a maior sensibilidade desses setores deve ser considerada por credores e investidores na análise de riscos envolvendo relações com empresas desses setores.

Em termos teóricos, o estudo se soma a outros no sentido de mostrar que a Contabilidade, no seu papel de representar a realidade tem limitações importantes, que podem ser superadas pelos usuários ao complementar as informações contábeis com informações ambientais, interna e externamente, à empresa, tornado mais acuradas as decisões dos seus usuários. Para futuras pesquisas, sugere-se analisar a influência macroeconômica, à luz da Teoria dos Ciclos Econômicos, nos setores mais sensíveis, Construção Civil, Mineração e Lazer, Cultura e Entretenimento, considerando o período de Pandemia do COVID-19. Sugere-se também aprofundar as análises aqui realizadas em outros indicadores econômico-financeiros, como os de estrutura de capital. Por fim, sugere-se estudos junto a gestores empresariais para se analisar como têm sido considerados os efeitos dos ciclos econômicos nos planejamentos estratégicos das empresas.

6 REFERÊNCIAS

Alves, Y. B., & Boechat, A. M. F. (2011). Análise de índices contábeis e macroeconomia: um estudo de caso. *Anais do Encontro Internacional de Produção Científica (EPC)*, Maringá, PR, Brasil, 7. Recuperado de: http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/analais/yony_brugnolo_alves.pdf.

Assaf Neto, A. (2015). *Finanças corporativas e valor*. São Paulo: Atlas.

Barth, M., Faveri, D. B., & Stüpp, D. R. (2021). A Influência dos Indicadores Contábil-Financeiros, Variáveis Macroeconômicas e Governança Corporativa sobre o Valor das Ações das Empresas Listadas na BM&FBovespa no Período de 2014 a 2017. *Revista de Administração da Unimep*, 19(3), 201-226. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/63979/a-influencia-dos-indicadores-contabil-financeiros--variaveis-macroeconomicas-e-governanca-corporativa-sobre-o-valor-das-aco-es-das-empresas-listadas-na-bm-fbovespa-no-periodo-de-2014-a-2017-/i/pt-br>

Barth, M., Faveri, D. B., & Stüpp, D. R. (2021). A Influência dos Indicadores Contábil-Financeiros, Variáveis Macroeconômicas e Governança Corporativa sobre o Valor das Ações das Empresas Listadas na BM&FBovespa no Período de 2014 a 2017. *Revista de Administração da Unimep*, 19(3), 201-226. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/63979/a-influencia-dos-indicadores-contabil-financeiros--variaveis-macroeconomicas-e-governanca-corporativa-sobre-o-valor-das-aco-es-das-empresas-listadas-na-bm-fbovespa-no-periodo-de-2014-a-2017-/i/pt-br>

- Bernardelli, L. V., Borges, M. J., Sanches, S. L. R., Araujo, E., & Castro, G. H. L. (2020). A Relação entre as Variáveis Macroeconômicas e o Ibovespa: Novas Evidências para o Brasil. *Revista Mineira de Contabilidade*, 21(3), 97-112. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/60282/a-relacao-entre-as-variaveis-macroeconomicas-e-o-ibovespa--novas-evidencias-para-o-brasil/i/pt-br>.
- Cardoso, V. R. D. S., & Pinheiro, M. C. (2020). Influência da Recessão e das Variáveis Macroeconômicas sobre a Estrutura de Capital Setorial. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 31(84), 392-408. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/59165/influencia-da-recessao-e-das-variaveis-macroeconomicas-sobre-a-estrutura-de-capital-setorial/i/pt-br>.
- Carvalho, F. J. (1988). Keynes, a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos. *Pesq. Plan. Econ.*, 18(3), 741-764. Recuperado de: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5942/1/PPE_v18_n03_Keynes.pdf.
- Cavalca, R. B., Klotzle, M. C., Silva, P. V. J. G., & Pinto, A. C. F. (2017). A relação entre ciclos econômicos com o desempenho das empresas no mercado brasileiro. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, 17(1), 21-37. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/318883282_A_relacao_entre_ciclos_economicos_com_o_desempenho_das_empresas_no_mercado_brasileirohttps://bit.ly/38m2osb.
- Claessens, S., Kose, M. A., & Terrones, M. E. (2012). How do business and financial cycles interact? *Journal of International Economics*, 87(1), 178-190. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2011.11.008>.
- Deus, L. N. (2018). Dinâmica da Inflação e Política Monetária no Brasil: Uma Leitura Pós-Keynesiana com Uso da Metodologia de Vetores Autorregressivos (VARs). *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 17(1), 275-304.
- Eckerman, R., & Zerkowski, R. M. (1984). A análise teórica schumpeteriana do ciclo econômico. *Revista Brasileira de Economia*, 38(3), 205-228. Recuperado de: <https://bit.ly/2H0jf8S>.
- Fávero, L. P., Belfiore, P. P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Galbraith, J. K. (1989). *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica* (5a ed.). São Paulo: Pioneira.
- Guidini, M. B.; Bone, R. B. B.; Ribeiro, E. P. (2007). O impacto do macroambiente sobre o resultado Econômico em empresas brasileiras. In: XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. *Anais...* Foz do Iguaçu, RS, Brasil.
- Horta, G. T. L., & Giambiagi, F. (2018). *Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Recuperado de: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14760>.
- Iudícibus, S., & Lisboa, L. P. (2007). Contabilidade: entre umas e outras. *Revista de Informação Contábil*, 1, 1-6, set/2007. Recuperado de: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7723>.
- Jacques, K. A. S., Borges, S. R. P., & Miranda, G. J. (2020). Relações entre os Indicadores Econômico-financeiros e as Variáveis Macroeconômicas dos Segmentos Empresariais da B3. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, 11(1), 40-59. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/58341/relacoes-entre-os-indicadores-economicofinanceiros-e-as-variaveis-macroeconomicas-dos-segmentos-empresariais-da-b3/i/pt-br>.
- Lima, I. C. (2011). Ciclos Econômicos: Teoria e Evidência. *Anais do Encontro Nacional de Economia*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 39. Recuperado de: <https://bit.ly/2PIP3Uk>.
- Mankiw, N. G. (2004). *Macroeconomia* (5a ed.). Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Martini, R. A., Jayme Júnior, F. G., & Oliveira, A. M. H. C. O ambiente macroeconômico e o bem-estar social: uma revisão bibliográfica sobre relações e controvérsias. *Revista de Economia Contemporânea*, 17(2), 324-351. doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482013000200006>.
- Martins, E., Diniz, J., & Miranda, G. (2018). *Análise Avançada das Demonstrações Contábeis* (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, F. A. (2001). *Uma contribuição para a análise setorial de empresas: o uso de questionário*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/80315>.
- Matarazzo, D. C. (2010). *Análise Financeira de Balanços*. São Paulo: Atlas.
- Ministério da Economia. (2012). *Dados consolidados da indústria brasileira de mineração – 2012*. Indústria, comércio exterior e serviços. Recuperado em 10 novembro, 2019, de: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/mdic/comercio-exterior/metarlurgia-e-siderurgia-10>.
- Mitchell, W. C. (1927). Business Cycles: The Problem and Its Setting. *Journal of the American Statistical Association*, 23(161), 89-94. doi: <https://doi.org/10.2307/2277416>.
- Mota, R. H. G. (2018). *A influência dos ciclos econômicos no gerenciamento de resultados contábeis*. Tese de doutorado em Ciências Contábeis, Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Recuperado de: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31957/1/2018_RenatoHenriqueGurgelMota.pdf.
- Pandini, J., Stüpp, D. R., & Fabre, V. V. (2018). Análise do impacto das variáveis macroeconômicas no desempenho econômico-financeiro das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico da BM&FBovespa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(51), 7-22. doi: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n51.2606>.
- Paula, L. F., & Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, 31(89), 125-144. doi: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>.

Pinto, E. C., Pinto, J. P. G., Saludjian, A., Nogueira, I., Balanco, P., Schonerwald, C., & Baruco, G. (2017). *A guerra de todos contra todos: a crise econômica brasileira*. Texto para discussão, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de: <https://bit.ly/3atFjF9>.

Santos, F. M., Teixeira, A., Coimbra, P. C., & Dalmacio, F. Z. (2008). Impacto das flutuações econômicas no desempenho das empresas: estudo intra-setorial sob a perspectiva da teoria dos ciclos econômicos. *Anais do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT)*, Salvador, BA, Brasil, 2.

Schumpeter, J. A. (1934). *Theory of economic development*. Cambridge: Harvard University Press.

Schumpeter, J. A. (1939). *Business Cycles: a Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. New York: McGraw-Hill.

Silva, J. P. (2008). *Gestão e Análise de Risco de Crédito* (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Takamatsu, R. T. (2015). *Indicadores contábeis, ambiente informacional de mercados emergentes e retorno das ações*. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi: <https://doi.org/10.11606/T.12.2015.tde-17092015-152048>.

GERENCIAMENTO DE IMPRESSÃO DAS NARRATIVAS CONTÁBEIS DA VALE S.A. EM DETRIMENTO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO

IMPRESSION MANAGEMENT OF VALE'S ACCOUNTING NARRATIVES REGARDING THE BRUMADINHO DAM DISRUPTION

O artigo foi aprovado e apresentado no XXII ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, realizado pela Universidade de São Paulo, nos dias 23 e 24 de novembro de 2020.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar como estão representadas as estratégias de gerenciamento de impressão de dissimulação, pela manipulação da facilidade de leitura e manipulação temática, nas narrativas contábeis na comunicação corporativa, quando do rompimento da barragem de Brumadinho (25 de janeiro de 2019), pertencente à empresa Vale S.A. A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo de narrativas contábeis em comunicados divulgados à imprensa e relatórios anuais disponibilizados no *website* da empresa, publicados entre 2018 e 2019. Os resultados da pesquisa apontam que o índice de legibilidade – medido pelo Índice de Leitura de Flesch (FLF) – em todos os relatórios da empresa no período estudado é de fácil leitura. Ficou comprovada, de igual modo, a utilidade das narrativas para repassar informações econômicas baseadas na maximização da utilidade, bem como explicações comportamentais baseadas no emprego de frases emotivas e na inserção da narrativa na prática social. Os resultados são consistentes com a literatura sobre uso da facilidade de leitura e ênfase nas boas notícias, como forma de ocultar informações negativas.

Palavras-chave: Brumadinho. Narrativas Contábeis. Gerenciamento de Impressões.

ABSTRACT

This work aims to investigate how the impression management strategies of dissimulation are represented, by the manipulation of the readability and thematic manipulation, in the accounting narratives in corporate communication, when the Brumadinho dam collapsed (January 25, 2019), belonging to the company Vale S.A. The methodology applied was the content analysis of accounting narratives in press releases and annual reports made available on the company's website, published between 2018 and 2019. The survey results indicate that the readability index - measured by the Flesch Reading Index (FLF) – of all company reports during the analyzed period is easy to read. The usefulness of narratives to pass on economic information based on the maximization of utility, as well as behavioral explanations based on the use of emotional phrases and the insertion of narrative in social practice, was also proven. The results are consistent with the literature on the use of readability and emphasis on good news as a way of hiding negative information.

Keywords: Brumadinho. Accounting Narratives. Impression Management.

Jonas Rosso Cadorin

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua na área contábil e fiscal desde 2015, com foco em escritórios contábeis. Atualmente é aluno do curso de Especialização em Controladoria e Finanças pela USP- Esalq. E-mail: jonasjrcadorin@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6339334336964127>. ORCID: 0000-0002-8041-155X

Viviane Theiss

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB (2010), mestrado em Ciências Contábeis pela FURB (2012) e doutorado em Contabilidade pela UFSC (2019). Atua como professora Adjunta - DE no Departamento de Ciências Contábeis da UFSC e também do mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Controle de Gestão (PPGG). E-mail: theissviviane@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2395046366658515>. ORCID: 0000-0002-2450-9704

1. INTRODUÇÃO

As narrativas contábeis correspondem às palavras empregadas no processo de comunicação da empresa com seus stakeholders, existindo muitas partes envolvidas na cadeia de fornecimento de informações que cercam os preparadores das narrativas, auditores, analistas, investidores, mídia e imprensa de negócios (Beattie, 2014). Entretanto, grande parte das narrativas elaboradas não passam por auditorias específicas e, conseqüentemente, ficam sujeitas a manipulações.

Analisar as divulgações narrativas contábeis é importante para esclarecer se informações mais complexas são enviadas pelos gerentes para alterar as percepções dos leitores (Clatworthy & Jones, 2001; Rutherford, 2003). Nesse contexto, o oportunismo gerencial incentivado pela hipótese de ofuscação da administração - onde a complexidade textual é usada para ofuscar resultados negativos - pode culminar em informações mais complexas (Bloomfield, 2002).

O comportamento dos atores humanos pode ser oportunista em ambiente de incerteza em decorrência de um evento negativo para a empresa, pois coexistem múltiplas motivações de natureza econômica e social para a realização do gerenciamento de impressão (Festré, 2009). Os gestores podem usar o gerenciamento de ganhos em narrativas, gráficos e figuras/fotografias para gerenciar a impressão, que também pode transmitir aos usuários algo positivo nos relatórios financeiros publicados (Beattie, Dhanani & Jones, 2008).

Por meio da comunicação, a gerência é motivada pelo desejo de apresentar uma visão egoísta do desempenho corporativo (Neu, Warsame, & Pedwell, 1998). Isso se torna evidente em comportamentos do gerenciamento de impressões descritos por Merkl-Davies e Brennan (2007), referentes à dissimulação e a atribuição. A dissimulação visa ocultar o fraco desempenho da empresa e ressaltar os sucessos, seja pela narrativa que ofusca a má notícia, pela narrativa que dá ênfase para as boas notícias nas informações verbais, ou ainda pela narrativa que dá ênfase para as boas notícias da informação numérica. O comportamento de atribuição caracteriza as narrativas que atribui a fatores externos (ou fatores fora do controle da gerência) o baixo desempenho, enquanto que o bom desempenho é atribuído a fatores internos, como as estratégias da própria gerência (Hellmann, Ang, & Sood, 2020).

Para Clatworthy e Jones (2001), o gerenciamento de impressão pode estar relacionado com a tendência de indivíduos ou organizações de usarem a informação de forma seletiva para apresentar-se favoravelmente à sua contabilidade, como se fosse uma fotografia que demonstra a sua situação atual editada para parecer melhor. Isso pode ser motivado pelo desejo dos gerentes de utilizar os relatórios financeiros como agenda e apresentar uma visão positiva de seu desempenho. Essa prática é verificada em todas as empresas, porém, com mais frequência naquelas com baixo desempenho econômico-financeiro. As evidências demonstram uma relação de fraude com o gerenciamento de impressões nos casos de colapso das empresas norte-americanas Enron e Worldcom em 2003, no qual o gerenciamento inadequado de impressões teve conseqüências econômicas danosas aos investidores e para outros interessados (Clatworthy & Jones, 2001).

O gerenciamento de impressões foi introduzido pela primeira vez por Goffman na década de 1950, no qual descreve sobre os esforços de um ator (isto é, uma pessoa envolvida), que usa narrativas para criar, proteger, manter ou alterar uma imagem mantida por uma audiência (ou seja, um indivíduo ou grupo interagindo com o ator). Essas imagens são de qualquer personagem ou comportamento que um ator procura projetar para um público, tendo em mente que o objetivo do ator é controlar a opinião ou impressão de um público por meio do controle de informações durante situações sociais.

Goffman considera que na cultura anglo-americana existem dois tipos de bom senso, dos quais ele formula seu conceito de comportamento: (1) a representação verdadeira, sincera e honesta, e (2) a falsa. Deve-se encarar as representações verdadeiras como algo não organizado e não intencional em relação aos fatos. A identidade é estabelecida e estimulada para melhorar, sustentar ou defender uma imagem (Bolino, Kacmar, Turnley, & Gilstrap, 2008).

Entretanto, dependendo da forma como esse gerenciamento de impressão é usado, pode persuadir os interessados na organização a tomarem decisões conforme a sua necessidade, como um meio de fornecer informação tendenciosa e enganar o investidor (Merkl-Davies, Brennan, & Mcleay, 2011).

O estudo de Leung, Parker e Curtis (2015) examinou o comportamento de ocultação de divulgação narrativa mínima em relatórios anuais no contexto de gerenciamento de impressão. Os resultados indicaram que as empresas com mau desempenho e maior risco de dificuldades financeiras são as mais propensas a se envolver em comportamentos de divulgação de narrativa mínima. Tal evidência pode ser considerada uma estratégia de gerenciamento de impressão para ocultar informações, como explicações sobre o fraco desempenho da empresa, e apresentar perspectivas futuras para distrair a atenção dos investidores para longe de pontos fracos da empresa ou para notícias negativas.

Teixeira, Silva, Durso e Cunha (2017) verificaram se a recessão econômica vivenciada em 2015 foi utilizada nos Relatórios da Administração das companhias brasileiras como justificativa para o desempenho obtido no ano. Foram analisadas as empresas que compõem o índice IBRX 50 da BM&F Bovespa, por meio de análise de conteúdo, para classificar as justificativas do desempenho obtido conforme os fatores externos e internos das empresas. Os autores encontraram evidências de atribuições a fatores externos em 8 casos. Já a atribuição para fatores internos esteve presente em 16 casos, sendo que 82,3% atribuíram esse desempenho a fatores internos.

Cho, Roberts e Patten (2010) investigaram a linguagem tendenciosa e o tom verbal presente em divulgações ambientais corporativas de empresas dos US 10-K no ano de 2002. Os resultados mostraram que empresas com os piores desempenhos ambientais usam linguagem e tom verbal mais otimista, com atribuições de desempenho positivo para os esforços internos da empresa. Encontraram relação negativa entre a medida de desempenho ambiental e pontuações de certeza para as divulgações, ou seja, empresas com menor desempenho ambiental usaram linguagem complexa e menos

correta. Os autores concluíram que empresas com baixo desempenho ambiental enfatizam boas notícias, ofuscam más notícias e atribuem desempenho direcionado para as suas vantagens.

Beelitz e Merkl-Davies (2011) investigaram o discurso utilizado pelo Chief Executive Officer (CEO) após o incidente na usina nuclear da empresa Vattenfall, situada na Alemanha. A análise do caso baseou-se nos relatórios anuais após a crise, por meio de análise de discurso. A apresentação narrativa corporativa foi usada como meio de consolidar os interesses privados de corporações, em vez de aumentar a transparência e a responsabilidade. O CEO usou o discurso para fabricar o consentimento para os públicos-alvo da organização em relação ao funcionamento contínuo da empresa.

No Brasil, houve o enfrentamento de dois grandes desastres envolvendo a ruptura de barragens de rejeitos de minério de ferro: a barragem de Fundão (5 de novembro de 2015) e a barragem de Brumadinho (25 de janeiro de 2019). As falhas nas barragens de rejeitos costumavam ser consideradas eventos raros, mas nos últimos 20 anos o número de falhas nas barragens de rejeitos dobrou (Armstrong, Petter, & Petter, 2019).

Em 5 de novembro de 2015 a barragem de Fundão, de propriedade da Samarco e cuja propriedade é controlada pela BHP Billiton e pela Vale S.A, rompeu, derramando mais de 50 milhões de m3 de lama contendo rejeitos de minério no meio ambiente e matando 19 pessoas. Os impactos de curto prazo nas águas do Rio Doce incluíram um aumento na turbidez e no ferro e causaram alterações nos perfis metabólicos microbianos induzidos pelo rejeito de minério (Cordeiro, Garcia, & Rocha, 2019).

Os estudos citados levam a questões ligadas à imagem positiva da empresa no mercado. O mundo pós-moderno vive conectado. Atualmente, as relações se estabelecem de forma rápida e dinâmica, principalmente as notícias ruins. Dessa forma, a adoção de técnicas por parte das organizações que minimize e que inclusive altere a visão da realidade é muito importante e pode fazer toda a diferença nesse mundo neocapitalista (Assaf, 1997).

Diante do cenário apresentado, bem como a partir dos resultados de estudos anteriores, tem-se a seguinte problemática da pesquisa: como estão representadas as estratégias de gerenciamento de impressão de dissimulação, considerando a manipulação da facilidade de leitura e manipulação temática nas narrativas contábeis na comunicação corporativa, quando do rompimento da barragem de Brumadinho pertencente à empresa Vale S.A.?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gerenciamento de Impressão da Comunicação Corporativa

O gerenciamento de impressões envolve os processos pelos quais as pessoas controlam como são percebidas pelos outros. Segundo Mendonça, Vieira e Espírito Santo (1999), se refere ao controle das impressões por meio de seus comportamentos, motivações, moralidade e atributos. Isso demonstra a amplitude dos gerenciamentos de impressões, pois podem ser controlados por grupos e organizações como um todo. Entretanto, não há um consenso quanto à intenção por trás desse gerenciamento. Esse ato deve ser deliberado, pois o processo de comunicação apenas se consuma quando é pretendido pelos autores.

Nesse sentido, dentro da dinâmica empresarial, o gerenciamento da impressão diz respeito à possibilidade de construir uma imagem positiva da empresa frente ao mercado. A teoria do gerenciamento da impressão faz com que as pessoas compreendam o esforço promovido pelas empresas na construção de uma imagem positiva e na tentativa de influenciar outras pessoas a sua volta (Spear & Roper, 2013).

Uma técnica interessante para se promover uma boa influência dentro dessa dinâmica empresarial é tentar influenciar a impressão por meio da divulgação de índices de desempenho positivos obtidos pela organização em um determinado lugar, incluindo nesses dados índices contábeis. Por esse motivo, o gerenciamento da contabilidade pode ser fundamental na formação de uma imagem positiva na empresa. Assim, o crescimento da parte textual das demonstrações contábeis aumenta a oportunidade deste gerenciamento (Bonfim, Ilka, Silva, & Serafim, 2018).

De acordo com Healy e Palepu (2001), o gerenciamento da boa impressão está ligado à evidenciação voluntária. Assim, algumas ações promovidas pela empresa podem ampliar a sua imagem positiva, como aspectos positivos no ambiente de negócios, com destaque para: (i) transação, onde há a percepção de que a evidenciação voluntária é relevante para emitir ação ou para obter empréstimo ou para comprar outra empresa; (ii) atividades de controle, no qual os gestores usam a evidenciação voluntária para explicar desempenho ruim; (iii) compensação de bonificações por desempenho, que fornecem incentivos para evidenciação; (iv) litígio, em que há a possibilidade de criar incentivos para redução da evidenciação se os gestores acreditam que o sistema legal pode penalizar os atos de gestão; (v) habilidade de sinalização, onde a evidenciação informa aos investidores que os gestores são talentosos em antecipar as mudanças futuras; e (vi) risco, na qual há a evidenciação vinculada a competição com outras empresas.

É importante mencionar duas características distintas: as técnicas de gerenciamento de impressão e os comportamentos de gerenciamento estratégico de impressões. De acordo com Rosenfeld (1997), as técnicas de gerenciamento de impressões têm como objetivo criar no alvo uma impressão positiva fugaz de curto prazo. Por outro lado, comportamentos de gerenciamento estratégicos de impressões têm objetivos de mais longo prazo, a partir do qual procuram estabelecer identidades de longo prazo envolvendo credibilidade, competência e confiabilidade de uma pessoa ou de algo.

Stanton, Stanton e Pires (2004) mencionam a possibilidade de usar o gerenciamento de impressões de forma proativa ou protecionista, sendo que quando usada de forma proativa, tem a intenção de promover imagem da empresa. Nes-

ses casos, o conceito é de construção da imagem que conquiste aos *stakeholders*, bem como que consiga sua aprovação sobre o desempenho da empresa. De outra forma, quando feito de forma protecionista, o gerenciamento é usado para proteger a imagem da empresa frente à ameaça de desempenho ruim. A estratégia pode mudar a forma da narrativa para dissimular as causas de desempenho ruim, apresentando a empresa sob uma ótica positiva futura.

Empresas ligadas ao meio ambiente e com áreas de sustentabilidade chamam a atenção das autoridades públicas e de toda a população em geral. Percebe-se o apelo ao desenvolvimento de uma imagem positiva pela sustentabilidade, por isso essas empresas utilizam-se desse fator para favorecerem o gerenciamento da sua impressão diante da sociedade (Veiga, 2005).

Dentre as principais técnicas utilizadas pelas organizações para transmitir ao público em geral informações referentes ao seu desempenho na área econômica, social e ambiental, há a formulação de Relatórios Técnicos de Gestão, estando entre eles os Relatórios de Sustentabilidade empresarial (KPMG, 2011). Os dados apresentados nesses documentos possuem uma força vinculante que proporciona uma imagem positiva às empresas. Nesses documentos é comum a manipulação simbólica das informações, que se utilizam do processo de comunicação para transmitir às pessoas informações positivas e passar uma boa percepção da empresa (Moreira, 2002).

Para Mendonça et al. (1999), a manipulação simbólica faz uso do processo de comunicação para traduzir as ideias do emissor em símbolos a serem veiculados para o receptor. Os autores alertam para o fato de que não somente a mensagem está sujeita à manipulação, mas também o contexto que a envolve. Corroborando, Mendonça e Amantino-de-Andrade (2003), mencionam que as organizações desejam obter a legitimidade organizacional e engajam-se no gerenciamento de impressões, buscando criar e enviar a seu público mensagens que retratam estruturas ou ações, reais ou fictícias, congruentes com as demandas do ambiente técnico-institucional.

No relatório corporativo, o gerenciamento de impressões é considerado como fundamental para a empresa e apresenta como um de seus objetivos o controle da opinião que as pessoas apresentam da companhia (externa). Uma das formas de atingir esse objetivo é intervir nas impressões que as pessoas apresentam das informações contábeis. Isso pode ser feito de diversas maneiras, desde com a apresentação de dados e gráficos, bem como por outras alternativas (Clatworthy & Jones, 2001).

2.2 Estratégias de Dissimulação do Gerenciamento de Impressão

Entre as estratégias de gerenciamento de impressão que podem ser executadas pela organização, destaca-se a dissimulação pela ofuscação ou ocultação de informações e pela ênfase em boas notícias, manejadas de maneira verbal ou numérica, por meio da apresentação ou divulgação de informações (Merkl-Davies & Brennan, 2007).

O gerenciamento de impressões pode ser usado para ocultar informações por meio da manipulação das informações transmitidas. Os gerentes podem usar uma linguagem mais difícil de ler para ofuscar o desempenho corporativo negativo (manipulação sintática), podem também escolher palavras positivas ou negativas (manipulação temática) para persuadir ou impressionar os leitores e ocultar o desempenho negativo (Merkl-Davies & Brennan, 2007).

Em relatórios publicados, boas notícias tendem a ter maior legibilidade para os investidores, enquanto más notícias podem ser ofuscadas (Adelberg, 1979; Clatworthy & Jones, 2001; Courtis, 1998; Kohut & Sears, 1992; Subramanian, Insley & Blackwell, 1993). Outras técnicas dentro desse contexto podem ser utilizadas, como por exemplo, os comportamentos tático-defensivos, que incluem as desculpas, a responsabilização e a negação (Mohamed, Gardne & Paolillo, 1999). Nesse âmbito, também surgem as explicações que na maioria das vezes são muito positivas e consistem em esforços mobilizados pelas organizações para explicar e desfazer o embaraço, buscando assim, restaurar sua reputação (Mohamed et al., 1999).

Outro termo utilizado pelas empresas e que transmite uma característica muito positiva é a retratação. De acordo com Schlenker (1980), a retratação envolve explicações que são oferecidas antes de uma ação potencialmente embaraçosa com o objetivo de repelir qualquer repercussão negativa à imagem da organização. Mohamed et al. (1999) apontam que a retratação é uma tática usada na publicidade corporativa e em contratos para deixar claras as limitações dos produtos ou serviços de uma empresa e amenizar sua responsabilidade caso estes falhem em satisfazer as expectativas dos clientes.

Outra técnica gerencial é o *handicapping*. O *handicapping* organizacional descreve sobre ações empreendidas pela organização no sentido de criar a imagem de que o sucesso na realização de uma determinada atividade é improvável, ou talvez impossível de ser atingido. Assim, na eventualidade do fracasso, a organização já tem à sua disposição uma “desculpa pronta” e ainda diminui a expectativa de sucesso sobre a ação de determinado projeto (Mendonça & Amantino-de-Andrade, 2003).

Para Beattie et al. (2008), o gerenciamento de impressões relacionado a demonstrações contábeis pode ser dividido em gerenciamento dos números e gerenciamento da apresentação. O gerenciamento dos números envolve a manipulação e evidenciação de números específicos. O gerenciamento da apresentação diz respeito à manipulação do conteúdo ou sintaxe das narrativas contábeis ou de formatos de apresentação, como fotografias, figuras e gráficos.

Para Rutherford (2003), o personagem das narrativas contábeis pode apresentar a informação de modo diferente aos reguladores do que seria oferecido por números contábeis, devido à oportunidade de ofuscação que as narrativas oferecem. Por exemplo, se a entidade não for obrigada a divulgar o valor das vendas do período, inúmeras questões de

definição e medição serão detalhadas para minar a possibilidade de alcançar uma representação confiável. Por outro lado, na obrigatoriedade de dar esclarecimentos, um texto banal pode ser publicado ou oferecer pouca informação às partes interessadas.

Com respeito à manipulação visual e estrutural, esta apresenta como principal finalidade esconder as más notícias relacionadas à organização. Para atender esse propósito, os gerentes utilizam-se da ênfase visual. Para essa técnica ser eficaz, pode-se utilizar algumas ferramentas, como: repetição de informações, reforço de ideias, ordenação e localização estratégica de informações. Tudo isso contribui para criar ruídos e enfatizar o que pretende se transmitir (Andrade & Lucena, 2020).

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como descritivo, documental e qualitativo, a partir das narrativas contábeis divulgadas pela Vale S.A. no período de 2018 a 2019, em detrimento do rompimento da barragem de Brumadinho, ocorrida em 25 de janeiro de 2019. As narrativas examinadas são encontradas em documentos organizacionais disponibilizados no *website* da companhia, advindos de mensagens da presidência em relatórios anuais de sustentabilidade, relatório da administração e formulários de referência, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1 – Constructo da pesquisa

Categories de dissimulação	Subcategorias	Forma de análise
Ofusca as más notícias	Manipulação da facilidade de leitura	Através do Índice de Flesch, obtendo informações pelo site (<i>webfx.com</i>), que informa os índices (Facilidade de leitura de Flesch Kincaid, Nivel de Flesch Kincaid, <i>Gunning Fog Score</i> e estatísticas de texto), e o site <i>www.separasilaba.com</i> para a identificação da quantidade de sílabas.
Ênfase em boas notícias da informação verbal	Manipulação temática	Análise quantitativa de palavras-chaves positivas e negativas reportadas, obtida pelo site <i>www.semruich.com</i> .

Fonte: adaptado de Merkl-Davies & Brennan (2007) e Theiss (2019).

De acordo com o Quadro 1, as estratégias de dissimulação de gerenciamento de impressão abrangem os comportamentos para ofuscar as más notícias, o que pode tornar a leitura do relatório mais difícil (menos compreensível) de ler e dar ênfase em boas notícias derivadas da informação verbal, enfatizando palavras otimistas que ressaltam a apresentação visual. A técnica utilizada para a análise neste trabalho foi a análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), no qual se estabelece primeiramente a pré-análise dos relatórios (leitura, separação dos documentos e formulação das hipóteses). Na sequência, há uma exploração do material estabelecendo unidades de registro (palavras-chaves) e categorização.

Para aplicação dos testes de médias, foi utilizado o *software Minitab* (teste t pareado), para identificar diferenças entre os relatórios de 2018 e 2019.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a análise dos resultados da pesquisa, foi realizado o download dos relatórios integrados compostos por formulários de referências, relatórios de sustentabilidade e relatórios de administração disponibilizados pela entidade, todos emitidos entre os anos de 2018 e 2019 e disponibilizados em PDF, os quais foram convertidos para *Microsoft Word*®, sem perda de formatação, para que se pudesse realizar a contagem das palavras, frases e caracteres. A princípio, cogitou-se a exclusão dos cabeçalhos dos relatórios. Entretanto, após análise de legibilidade – uma com o texto completo e outra sem o índice e cabeçalho – foi observado que em nenhum dos casos a análise apresentou alterações significativas nas categorias de legibilidade. Assim, foi utilizado os relatórios em sua totalidade.

O índice de facilidade de leitura de Flesch, empregado no estudo para verificar a manipulação da facilidade de leitura, pode ser interpretado pela escala de sete pontos, conforme apresenta a Tabela 1, sendo que um texto padrão é aquele situado entre 60 e 70, partir da seguinte fórmula.

$$IFLF = 206,835 - ((1,015 \times \text{Comprimento médio das frases}) + 0,846 \times (\text{número de sílabas por 100 palavras}))''$$

Tabela 1 – Interpretação do índice de facilidade de leitura de Flesch

Valor do Índice	Leitura do texto
90-100	Muito fácil
80-90	Fácil
70-80	Razoavelmente fácil
60-70	Padrão
50-60	Razoavelmente difícil
40-50	Difícil
0-30	Muito difícil

Fonte: Goldim (2003).

A partir da fórmula e da tabela de interpretação, elaborou-se a análise de legibilidade dos relatórios de formulário de referências, sustentabilidade e de administração.

4.1 Manipulação da facilidade de leitura

Para a análise, considerou-se as seguintes estatísticas de legibilidade: quantidade de caracteres, quantidade de palavras, quantidade de sentenças, quantidade de parágrafos, média de sentenças por parágrafo, média de palavras por sentença, índice de legibilidade pelo método Flesch e categoria de legibilidade. Estas estatísticas foram obtidas no *Word*, do *Microsoft Office®*, conforme disposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Legibilidade dos relatórios analisados

	Formulário de Referência		Relatório de Sustentabilidade		Relatório de Administração	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Nº de palavras	149.288	142.325	45.399	42.239	13.899	8.221
Número de caracteres	820.866	795.056	253.225	218.852	76.346	43.862
Nº de parágrafos	3.964	3.571	902	810	1.151	367
Nº de frases	4.042	3.960	1.456	1.235	458	226
Nº de palavras complexas	247	205	135	86	121	95
% de palavras complexas	6,1	4,2	6,16	5,2	9,23	4,5
Média de frases por parágrafo	1,8	1,4	2,3	1,9	1,8	1,6
Comprimento médio da frase	31,1	28,9	29,2	25,9	24,8	29,5
Caracteres por palavra	5,2	4,9	5,4	3,9	5,1	5,1
Índice Flesch	27, 2185	35, 3735	73, 199	68, 0285	84,67	80,98

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com a Tabela 2, nos formulários de referências, constatou-se que a média do índice Flesch no ano de 2018 é aproximadamente 35,3735, sendo considerado uma leitura difícil, enquanto que em 2019 o índice foi de 27,2185. Aspecto que prova uma maior dificuldade na leitura. No formulário de referências, composto por informações sobre a Vale tais como atividades, fatores de risco, administradores, estrutura de capital, dados financeiros, valores mobiliários emitidos, entre outros, ao analisar sua legitimidade comparando os anos de 2018 e 2019, foi observado que o ano de 2019 possui mais dificuldade de leitura. Esse resultado sugere uma preocupação com esclarecimentos e detalhamentos das informações.

No relatório de sustentabilidade, a empresa pode apresentar seu desempenho ambiental, ao mencionar as metas de melhoria contínua para a operação mais sustentável. Quanto a sua legibilidade, pode-se observar que em 2018 o índice foi de 68,0285, enquanto que em 2019 foi de 73,139. Com base nos resultados, há indícios que em 2019 existiu maior preocupação com o esclarecimento quanto à disposição dos recursos ambientais. Até mesmo se compararmos o número

de páginas, observa-se o aumento de 32 páginas em 2019. Outro fator observado foi o aumento no número de parágrafos no relatório de 2019, no montante de 902, aumento este de 92 parágrafos se comparado ao ano de 2018.

A partir do índice Flesch dos relatórios de administração, conforme a Tabela 2, observa-se uma média no ano de 2018 de aproximadamente 80,98, enquanto que em 2019 o índice foi de 84,67, provando que a classificação média em ambos é considerada fácil. Ainda no relatório de administração, observa-se aumento de palavras no ano de 2019, assim como se pode observar que o grau de palavras complexas no referido ano era maior no que o ano de 2018. De modo geral, pode-se considerar que os relatórios após o acidente em Brumadinho passaram a trazer mais detalhes das medidas preventivas da companhia, comprovando que a legibilidade no ano de 2019 é maior, salvo o relatório de referências, que no ano de 2018 possui uma maior legibilidade.

Para analisar se há diferenças entre os anos pesquisados, realizou-se a comparação dos relatórios de referências, sustentabilidade e administração, em que foi realizado teste de médias a partir de testes estatísticos T pareado, conforme destaca a Tabela 3.

Tabela 3 – Teste de médias (testes estatísticos T pareado)

	2019	2018
Média	294,2567	171,048333
Variância	258908,3	88370,3549
Observações	6	6
Hipótese da diferença de média	0	
gl	8	
Stat t	0,512126	
P(T<=t) uni-caudal	0,311199	
t crítico uni-caudal	1,859548	
P(T<=t) bi-caudal	0,622398	
t crítico bi-caudal	2,306004	
Referências		
P(T<=t) bi-caudal	<0,05 rejeito a hipótese nula	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com a Tabela 3, há a comprovação de que houve diferença real entre os relatórios de 2018 e 2019 de modo não aleatório, o que comprova o aumento de páginas, palavras e figuras entres os anos.

Como se pode observar, a legibilidade dos relatórios da Vale S.A. apresenta grau de dificuldade de leitura, o que vai de encontro com os estudos de Silva e Fernandes (2009), no qual os autores relatam que somente 10% dos relatórios são considerados fáceis de ler. Assim como os relatórios da Vale, nos estudos de Theiss e Beuren (2018), que identificaram que após o rompimento da barragem de Fundão, administrada pela Samarco Mineração S.A., passou-se a transmitir narrativas com características de autovalorização e autoproteção após o evento.

4.2 Ênfase em boas notícias da informação verbal

Dentre os relatórios pesquisados, foram identificadas as palavras-chaves pela ferramenta *SemRuch*®. Entende-se como palavra-chave um termo presente na narrativa, que implique em um resultado. Para a análise foram separadas as palavras-chaves seguindo o método do *Google Ads*®, no qual se estabelece as palavras pela sua correspondência e variações. Entende-se por variações as expressões que se aproximam da palavras-chaves, e reforço como sendo os termos usados juntamente com outras palavras-chaves.

No relatório de referências, a palavra “segurança” apresentou maior reforço no ano de 2019, pela tentativa da companhia de justificar o evento ocorrido nas barragens administradas por ela. Referente às palavras negativas, pode ser observado que ambas possuem como chave a palavra “perda”. Para 2019, existe um aumento em 105 vezes da palavra “perda” em comparação com 2018, o que pode ser explicado, pois no relatório de 2019 existe uma prestação quantitativa do ocorrido em Brumadinho.

Tabela 4 – Palavras-Chaves – Formulário de Referências

2019					2018			
	Positiva	N	Negativa	N	Positiva	N	Negativa	N
Variação	Aumento	31	Perda	329	Ativo	1026	Perda	224
	Garantir	27	Rompimento	230	Desenvolvimento	133	Limite	137
	Aperfeiçoar	10	Redução	153	Força	45	Danos	85
Reforço	Segurança	190	Reparação	87	Maior	264	Diretamente	273
	Melhorar / Melhor	110	Adicionalmente	67	Seguro	138	Reparação	69
	Reforçar	53	Negativamente	30	Muito	37	Negativamente	27

Nota: N = Número de repetições. Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para os relatórios de sustentabilidade, pode-se observar palavras marcantes como “segurança” e “desenvolvimento”, que indicam elementos positivos, o que pode ser justificado pois ambos os relatórios trazem o acidente em Brumadinho e a necessidade de transmitir conforto e seguridade.

Tabela 5 – Palavras-Chaves – Relatório de Sustentabilidade

2019					2018			
	Positiva	N	Negativa	N	Positiva	N	Negativa	N
Variação	Desenvolvimento	102	Aumento Rompimento	28	Garantir	27	Rompimento	70
	Contribuir	49	Perda	99	Aumento	23	Redução	44
	Fortalecer	42		13	Aperfeiçoar	10	Danos	16
Reforço	Segurança	125	Reparação	83	Segurança	117	Reparação	30
	Melhor	84	Recuperação	50	Melhorar Melhor	50	Salvamento	10
	Apoio	55	Consideração	48	Reforçar	10	Totalmente	7

Nota: N = Número de repetições. Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nas análises das palavras-chaves do relatório de administração de 2019 e 2018 há a presença em ambos das palavras “garantir” e suas variantes, bem como “segurança”, conforme apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 – Palavras-Chaves – Relatório de administração

2019					2018			
	Positiva	N	Negativa	N	Positiva	N	Negativa	N
Variação	Ativo	19	Redução	23	Ativo	16	Redução Despesas	8
	Garantir	12	Despesas	25	Garantir	10	Impacto	14
	Ação	10	Impacto	30	Construir	13		30
Reforço	Segurança	30	Reparação	23	Segurança Melhorar	27	Atingir Reparação	21
	Melhorar	21	Evitar Rigorosamente	3	Reforçar	21	Recuperação	12
	Aumento	17		1		6		10

Nota: N = Número de repetições. Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os resultados aqui empregados são condizentes com os resultados mencionados por Dornelles e Sauerbronn (2019), ao analisarem os relatórios de empresas como a Unilever, que utiliza da linguagem emotiva. Assim como, as cartas dos presidentes aos acionistas como sendo as mais utilizadas nos relatórios de administração.

Nos relatórios pesquisados entre os anos de 2018 e 2019, as palavras-chave que houveram maior repetição foram “segurança”, “reparação”, “salvamento”, “apoio” e “ativo”. Ao todo, foram identificadas 38 palavras-chaves semelhantes entre os anos, sendo classificadas como palavras positivas ou negativas. Após identificação das palavras-chaves, foi utilizada a ferramenta *World Cloud* para criação da nuvem de palavras.

Figura 1 - Nuvem de palavras-chaves identificadas nos relatórios



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base na nuvem de palavras utilizadas pela empresa, há a tentativa de demonstrar compreensão e consideração pelos eventos ocorridos em Mariana em 2015, e em Brumadinho em 2019. Essas são narrativas que buscam amenizar o problema ocorrido.

6. CONCLUSÃO

Este estudo objetivou investigar como estão representadas as estratégias de gerenciamento de impressão de dissimulação, pela manipulação da facilidade de leitura e manipulação temática, nas narrativas contábeis na comunicação corporativa, quando do rompimento da barragem de Brumadinho, pertencente a empresa Vale S.A.

Os resultados da pesquisa apontaram que a manipulação pela facilidade de leitura, medido pelo índice de facilidade de leitura de Flesch, apresenta dificuldade de leitura no formulário de referências. Entretanto, as complexidades dos relatórios são distintas pela necessidade da empresa em emitir informações mais detalhadas. Desta maneira, nos relatórios de sustentabilidade e de administração a facilidade de leitura estava presente.

O estudo comprovou a utilidade das narrativas para repassar informações econômicas baseadas na maximização da utilidade, bem como explicações comportamentais baseadas no emprego de frases emotivas e na inserção da narrativa na prática social. Os achados são consistentes com a literatura sobre a ênfase nas boas notícias como forma de ocultar informações negativas. A utilização de palavras positivas como “segurança”, “reparação” e “salvamento” reforçam a necessidade da empresa em dar ênfase nas boas notícias por meio de palavras que trazem compreensão, consideração e maior confiança aos *stakeholders*.

Como limitação, o presente estudo analisou somente os documentos narrativos nomeados, divulgados pela Vale S.A. no período de janeiro de 2018 a 2019. Assim, outros documentos publicados pela empresa poderão ser objeto de estudos futuros.

Os possíveis resultados das análises não podem ser generalizados para outras empresas devido às particularidades do caso analisado. No entanto, conforme Mantere, Aula, Schildt e Vaara (2013), o estudo de uma única empresa permite desenvolver contribuições teóricas sobre estratégias narrativas mais ricas e em detalhes do que o implícito na literatura.

Recomenda-se o uso das outras estratégias de gerenciamento de impressão não utilizadas nesse estudo, a análise do desenvolvimento das narrativas contábeis por meio de pesquisa *in loco*, entrevistas com os preparadores das narrativas e a análise de documentos, inclusive com participação em reuniões da cúpula administrativa, até a publicação dos relatórios contábeis.

REFERÊNCIAS

- Adelberg, A. H. (1979). Narrative disclosures contained in financial reports: Means of communication or manipulation. *Accounting and Business Research*, 2(1), 179–189.
- Andrade, J. P. de, & Lucena, W. G. L. (2020). Práticas de Gerenciamento de Impressões em empresas de capital aberto do setor elétrico brasileiro. *Cuadernos de Contabilidade*, 21, 1–22. <https://doi.org/10.11144/javeriana.cc21.pgie>.
- Armstrong, M., Petter, R., & Petter, C. (2019). Why have so many tailings dams failed in recent years? *Resources Policy*, 63, 101412. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2019.101412>.
- Assaf, A., Neto (1997). A dinâmica das decisões financeiras. *Caderno de Estudos*, 16, 01–17. <https://doi.org/10.1590/s1413-92511997000300001>.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2010.
- Beattie, V. (2014). Accounting narratives and the narrative turn in accounting research: Issues, theory, methodology, methods and a research framework. *British Accounting Review*, 46, 111–134.
- Beattie, V., Dhanani, A., & Jones, M. J. (2008). Investigating presentational change in U.K. annual reports: A longitudinal perspective. *Journal of Business Communication*, 45(2), 181–222. <https://doi.org/10.1177/0021943607313993>.
- Beelitz, A., & Merkl-Davies, D. M. (2011). Using discourse to restore organisational legitimacy: ‘CEO-speak’ after an incident in a german nuclear power plant. *Journal of Business Ethics*, 108(1), 101–120. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1065-9>.
- Bloomfield, R. J. (2002). The “incomplete revelation hypothesis” and financial reporting. *SSRN Electronic Journal*. Published. <https://doi.org/10.2139/ssrn.312671>.
- Bolino, M. C., Kacmar, K. M., Turnley, W. H., & Gilstrap, J. B. (2008). A Multi-Level review of impression management motives and behaviors. *Journal of Management*, 34(6), 1080–1109. <https://doi.org/10.1177/0149206308324325>.
- Bonfim, M. P., Souza, I. G. D. M., Silva, C. A. T., & Serafim, A. D. O. (2018). Gerenciamento de impressão gráfica no processo decisório. *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 10(1), 71–87. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n1id10878>.
- Brennan, N., Guillamon-Saorin, E., & Pierce, A. (2009). Impression Management: Developing and Illustrating a Scheme of Analysis for Narrative Disclosures - A Methodological Note. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(5), 789–832. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1284904>.
- Cavalheiro, M. D. O. (2017). Gerenciamento de impressão: Um estudo sobre as publicações em periódicos internacionais de contabilidade. *Anais do Congresso de Contabilidade UFRS*, 1–15.
- Cho, C. H., Roberts, R. W., & Patten, D. M. (2010). The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, 35(4), 431–443. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.10.002>.
- Clatworthy, M., & Jones, M. J. (2001). The effect of thematic structure on the variability of annual report readability. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 14(3), 311–326. <https://doi.org/10.1108/09513570110399890>.
- Cordeiro, M. C., Garcia, G. D., Rocha, A. M., Tschoeke, D. A., Campeão, M. E., Appolinario, L. R., Soares, A. C., Leomil, L., Froes, A., Bahiense, L., Rezende, C. E., de Almeida, M. G., Rangel, T. P., Oliveira, B. C. V. de, Almeida, D. Q. de, Thompson, M. C., Thompson, C. C., & Thompson, F. L. (2019). Insights on the freshwater microbiomes metabolic changes associated with the world's largest mining disaster. *Science of The Total Environment*, 654, 1209–1217. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2018.11.112>.
- Courtis, J. K. (1998). Annual report readability variability: tests of the obfuscation hypothesis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 11(4), 459–472. <https://doi.org/10.1108/09513579810231457>.
- Dornelles, O. M., & Sauerbronn, F. F. (2019). Revisitando narrativas em busca de definição e usos em contabilidade. *Contabilidade e Gestão*, 14(4). https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v14i4.27082.
- Festré, A. (2009). Incentives and social norms: a motivation-based economic analysis of social norms. *Journal of Economic Surveys*, 24(3), 511–538. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2009.00594.x>.
- Freitas, C. M. D., Barcellos, C., Asmus, C. I. R. F., Silva, M. A. D., & Xavier, D. R. (2019). Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: Desastres em barragens de mineração e saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(5). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00052519>.
- Goldim, J. R. (2003, March 16). *Índices de legibilidade de Flesch-Kincaid e de facilidade de leitura de Flesch*. UFRS. <https://www.ufrgs.br/bioetica/ilfk.htm>.
- Healy, P. M., & Palepu, K. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *SSRN Electronic Journal*, 405–440. <https://doi.org/10.2139/ssrn.258514>.
- Hellmann, A., Ang, L., & Sood, S. (2020). Towards a conceptual framework for analysing impression management during face-to-face communication. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 25. <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2020.100265>.
- Kohut, G. F., & Segars, A. H. (1992). The President's Letter to Stockholders: An Examination of Corporate Communication Strategy. *Journal of Business Communication*, 29(1), 7–21. <https://doi.org/10.1177/002194369202900101>.
- KPMG. (2011). *The KPMG international survey of corporate responsibility reporting 2011*. KPMG. <http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/Documents/corporate-responsibility2011>.

- Leung, S., Parker, L., & Courtis, J. (2015). Impression management through minimal narrative disclosure in annual reports. *The British Accounting Review*, 47(3), 275–289. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2015.04.002>.
- Mantere, S., Aula, P., Schildt, H., & Vaara, E. (2013). Narrative attributions of entrepreneurial failure. *Journal of Business Venturing*, 28(4), 459–473. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2012.12.001>.
- Mendonça, J. R. C., Vieira, M. M. F., & Espírito Santo, T. M. V. (1999). Gerenciamento de impressões, comunicações e ações simbólicas como elementos facilitadores na gestão de processos de mudança. *Anais Do Encampada*. XXIII Encampada, Foz do Iguaçu.
- Mendonça, J. R. C., & Amantino-de-Andrade, J. (2003). Gerenciamento de impressões: em busca de legitimidade organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, 43(1), 36–48. <https://doi.org/10.1590/s0034-75902003000100005>.
- Merkel-Davies, Doris & Brennan, Niamh. (2007). Discretionary Disclosure Strategies in Corporate Narratives: Incremental Information or Impression Management?. *Journal of Accounting Literature*. 26. 116-196. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1089447.
- Merkel-Davies, D. M., Brennan, N. M., & McLeay, S. J. (2011). Impression management and retrospective sense-making in corporate narratives. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24(3), 315–344. <https://doi.org/10.1108/09513571111124036>.
- Mohamed, A. A., Gardner, W. L., & Paolillo, J. (1999). A Taxonomy of Organizational Impression Management Tactics. *Advances in Competitiveness Research*, 7, 108.
- Moreira, A. M. C. (2002). *Processos de comunicação interna e seus impactos no clima organizacional: Um estudo de caso*. Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84286/227561.pdf?sequence=%201&isAllowed=y>.
- Neu, D., Warsame, H., & Pedwell, K. (1998). Managing Public Impressions: Environmental Disclosures in Annual Reports. *Accounting, Organizations and Society*, 23(3), 265–282. [https://doi.org/10.1016/s0361-3682\(97\)00008-1](https://doi.org/10.1016/s0361-3682(97)00008-1).
- Rosenfeld, P. (1997). Impression management, fairness and the employment interview. *Journal of Business Ethics*, 16(8), 801–808. <https://doi.org/10.1023/a:1017972627516>.
- Rutherford, D. (2003). *Raiding the Land of the Foreigners*. Princeton University Press.
- Schlenker, B. R. (1980). *Impression Management: The Self-Concept, Social Identity, and Interpersonal Relations*. Brooks/Cole.
- Silva, C. A. T., & Fernandes, J. L. T. (2009). Legibilidade dos fatos relevantes no Brasil. *RAC-Eletrônica*, 3(1), 142–158. http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_818.pdf.
- Spear, S., & Roper, S. (2013). Using corporate stories to build the corporate brand: an impression management perspective. *Journal of Product & Brand Management*, 22(7), 491–501. <https://doi.org/10.1108/jpbm-09-2013-0387>.
- Stanton, P., Stanton, J., & Pires, G. (2004). Impressions of an annual report: an experimental study. *Corporate Communications: an International Journal*, 9(1), 57–69. <https://doi.org/10.1108/13563280410516500>.
- Subramanian, R., Insley, R. G., & Blackwell, R. D. (1993). Performance and readability: A comparison of annual reports of profitable and unprofitable corporations. *Journal of Business Communication*, 30(1), 49–61. <https://doi.org/10.1177/002194369303000103>.
- Teixeira, D. P., Silva, M. M., Durso, S. D. O., & Cunha, J. V. A. D. (2017). The economic crises of 2015 in the accounting narratives of Brazilian companies: an investigation of impression management in the management report. *Revista Capital Científico - Eletrônica*, 15(2). <https://doi.org/10.5935/2177-4153.20170012>.
- Theiss, V. (2019). *Alinhamento entre as racionalidades da teoria da atribuição e da legitimidade no gerenciamento de impressão: Uma análise das narrativas contábeis da Samarco Mineração S.A.* Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211466/PPGC0185-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>.
- Theiss, V., & Beuren, I. M. (2018). Análise de artigos publicados em periódicos internacionais sobre narrativas contábeis de empresas. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(4), 01–20. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i4.33585>.
- Veiga, J. E. (2005). O principal desafio do século XXI. *Ciência e Cultura*, 57(2), 4-5. Retrieved May 31, 2021, from http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200002&lng=en&tlng=pt.

PENSAMENTO CRÍTICO COMO UMA COMPETÊNCIA DOS MESTRANDOS DE CONTABILIDADE: ANÁLISE SOB A ÓTICA DE BLOOM

CRITICAL THINKING AS A COMPETENCY IN ACCOUNTING MASTERS: ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF BLOOM

O artigo foi aprovado e apresentado no XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019, 02 a 05 /10/2019, São Paulo.

RESUMO

A importância do pensamento crítico e de como esta competência é desenvolvida nos alunos dos mestrados brasileiros em Contabilidade é primordial para o amadurecimento dos programas nacionais. O objetivo dessa pesquisa consiste em demonstrar como o pensamento crítico é desenvolvido dentro da disciplina de Controladoria, nos programas de mestrado em Contabilidade, à luz da Taxonomia de Bloom revisada. Para isto, utilizou-se da lente da Taxonomia com análise bidimensional caracterizada pelo desenvolvimento do conhecimento e pelas dimensões do processo cognitivo. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa com entrevistas aos docentes do objeto do estudo. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo e os dados foram compilados com auxílio do sistema Atlas.ti. Como resultado, observou-se que o pensamento crítico está sendo desenvolvido com maior ênfase na dimensão do processo cognitivo no estágio “Aplicar” com interseção na dimensão conhecimento ao nível “Procedural”. Isso revela que os docentes desta disciplina têm maior enfoque na execução de metodologias dentro de um contexto único, característico do conhecimento “Procedural”. As demais ações predominantes dos docentes encontram-se em níveis intermediários do conhecimento e dispersos em diferentes estágios do processo cognitivo, o que demonstra a existência de um espaço a ser explorado tanto no nível “Metacognitivo”, quanto nos estágios do processo cognitivo “Avaliar” e “Criar”. Como contribuições à prática, esta pesquisa visa trazer à reflexão crítica as atividades e ações dos programas de pós-graduação em Contabilidade quanto ao desenvolvimento do pensar crítico necessário aos futuros pesquisadores e professores.

Palavras-chave: Pensamento Crítico. Taxonomia de Bloom. Desenvolvimento de Competências. Pós-Graduação em Contabilidade.

ABSTRACT

The importance of critical thinking and how this competency is developed in Brazilian master's degree students in accounting is crucial for the maturation of national programs. The objective of this research is to demonstrate how critical thinking is developed within the controllership discipline in the accounting master's programs under the light of the revised Bloom's Taxonomy, and by the dimensions of the cognitive process. It is a research with a qualitative approach with interviews with the professors of the object of study. The content analysis technique was used and the data were compiled using the Atlas.ti system. As a result, it was observed that critical thinking is being developed with greater emphasis on the dimension of the cognitive process in the “Apply” stage with intersection in the knowledge dimension at the “Procedural” level. This reveals that the professors of this discipline have the greatest focus on implementing methodologies within a single context, characteristic of “Procedural” knowledge. The other predominant actions of teachers are at intermediate levels of knowledge and dispersed in different stages of the cognitive process, which demonstrates that there is a space to be explored both at the “Metacognitive” level, and at the stages of the cognitive process “Evaluate” and “Create”. As contributions to practice, this research aims to bring to critical reflection the activities and actions of graduate programs in Accounting regarding the development of critical thinking necessary for future researchers and professors.

Keywords: Critical Thinking. Bloom's taxonomy. Skills Development. Postgraduate in Accounting.

Silvana Anita Walter

Doutora em Administração pela PUCPR. Mestre em Administração pela Universidade de Blumenau (FURB). Especialista em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Graduado em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Docente do curso de Administração e do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: silvanaanita.walter@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1684-5465>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6055446867536139>

Simone Boruck Klein

Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestre em Administração pela Fundação Dr. Pedro Leopoldo (FPL). Especialista em Gestão de Pessoas e em Marketing Digital pela Faculdade Dom Bosco e MBA em Gestão de Negócios pela USP. Graduada em Administração com habilitação em Marketing pela Fadec. Atuação profissional em Gestão Empresarial. E-mail: simoneboruck@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4956-7182>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1136477195165943>

Pâmila Eduarda Balsan Colla

Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Instituição de ensino Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialista em Planejamento Tributário, Financeiro, Perícia e Auditoria Contábil pela instituição de ensino União de Ensino do Sudoeste do Paraná (UNISEP). Graduação em Ciências Contábeis pela União de Ensino do Sudoeste do Paraná (UNISEP). Atuação profissional em escritório de contabilidade nas áreas fiscal/ contábil e de consultoria fiscal e de processos. E-mail: pami_eduarda@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3252-2500>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0076145033416435>

Thiago Cesar Bezerra Moreno

Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Especialista em Licitações e Contratos pelo Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto. Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: tmoreno2@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1398-2192>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0005459060731167>

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das competências dentro da educação universitária tem proporcionado estudos e pesquisas em campos distintos. Por competência, entende-se: as características de um indivíduo que permitem auto organizar componentes psicossociais e intelectuais para desfrutar de suas qualidades em diferentes contextos (Simonton, 2003). As competências são um conjunto de comportamentos que um indivíduo domina mais do que outros e o torna eficiente em circunstâncias adversas (Koc, 2012).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), em seu estudo das competências fundamentais aos novos aprendizes do Século XXI, apresentou resultados de que o pensamento crítico mostra-se como umas das principais competências a serem desenvolvidas nos programas educacionais e políticas públicas em seus países associados (Ananiadou & Claro, 2009).

Devido as habilidades do pensamento crítico serem consideradas de alta prioridade e fortemente demandadas pelo mercado de trabalho, há um consenso entre os educadores de que deveria haver uma implícita preocupação procedente das instituições de ensino em formar graduados com alto nível de raciocínio, e que essa competência deveria ser priorizada em todos os currículos escolares (Boa, Wattanatorn & Tagong, 2018). O progresso do pensamento crítico está ligado diretamente ao objetivo do Ensino Superior de graduação e pós-graduação, de formar cidadãos responsáveis para uma sociedade cada vez mais complexa, que exige dos indivíduos uma realização de julgamentos e decisões baseadas na avaliação cuidadosa das evidências (Behar-Horenstein & Niu, 2011). Neste contexto, o desenvolvimento da competência do pensamento crítico ganha seu valor na formação da contabilidade gerencial, haja vista que a necessidade de análise e reflexão das variáveis que influenciam a tomada de decisão é uma característica intrínseca à função (Defaveri, & Baldissera, 2016).

Diferentes estudos visaram identificar e analisar o desenvolvimento do pensamento crítico no ensino empresarial, dentre os estudos destacam-se: Boa, Wattanatorn & Tagong (2018) que apresentaram um modelo de ensino destinado a promover competência de pensamento crítico de estudantes de negócios em nível de graduação, desenvolvido a partir do Método Socrático Blended de Ensino (BSMT). Devido à apresentação deficitária de acadêmicos, os autores propuseram um modelo composto por seis elementos: foco, sintaxe, princípios de reação, sistema social, o sistema de suporte e a aplicação. Os autores Straková & Cimenová (2018) investigaram a possibilidade de aumentar a extensão da aplicação do pensamento crítico em mestrados por meio de estudos de caso. Os resultados do estudo fornecem evidências de um impacto positivo quanto ao uso de estudos de casos na formação do pensamento crítico dos mestrados. Já Zapalska et al., (2018a), estudaram o desenho de cinco projetos aplicados em diferentes disciplinas de uma graduação em Administração, sob o modelo da Taxonomia de Bloom revisado. As conclusões do estudo são de que o processo de pensamento e análise baseado na Taxonomia de Bloom são melhor desenvolvidos na análise de estudos de caso com orientações claras e precisas. Outro estudo, de Zapalska, Nowduri, Imbriale, Wroblewski, e Glinski (2018b) fornece um *framework* para o desenvolvimento de competência de pensamento crítico por atividades e avaliações, através de análise de um programa de graduação com currículo sequencial. Na literatura brasileira não foram identificados estudos que investigam o ensino do pensamento crítico na área de negócios, desta forma, esta pesquisa justifica-se por preencher tal lacuna de pesquisa.

A Taxonomia de Bloom revisada, lente de análise desta pesquisa, tem como objetivo auxiliar no planejamento e controle dos objetivos educacionais de um curso de graduação ou programa de pós-graduação. Alguns objetivos implícitos na aprendizagem estão relacionados a aspectos cognitivos de alta abstração, para isto, os procedimentos, as estratégias e os conteúdos ministrados devem estar alinhados a um processo bem planejado, definidos de acordo com os objetivos educacionais (Ferraz & Belhot, 2010). Sendo assim, utilizou-se da Taxonomia de Bloom revisada para analisar a disciplina de controladoria nos programas de mestrado em Contabilidade no Brasil, no qual busca-se verificar quais caminhos estão sendo desenvolvidos na busca pelo desenvolvimento do pensamento crítico. Optou-se por esta competência (pensamento crítico) por tratar-se de uma das habilidades fundamentais para o pesquisador e futuro professor universitário.

Diante do exposto, a pergunta de pesquisa é: **como o pensamento crítico é desenvolvido dentro da disciplina de Controladoria nos programas de mestrado em Contabilidade à luz da Taxonomia de Bloom?** Consequentemente, o objetivo desta pesquisa consiste em demonstrar como o pensamento crítico é desenvolvido dentro da disciplina de Controladoria nos programas de mestrado em contabilidade à luz da Taxonomia de Bloom revisada (Anderson et al., 2001), que estabelece uma estruturação dos objetivos educacionais e fornece um caminho a ser trilhado pelos níveis que relacionam a aquisição dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e competências.

Como justificativa dessa pesquisa, apresenta-se a importância e relevância do tema, visto que trata-se de uma das principais competências requisitadas no aprendizado para negócios (Chartrand, Ishikawa & Flander, 2013) além de apresentar poucos estudos na literatura brasileira, portanto, busca-se preencher esta lacuna de pesquisa. Este estudo visa contribuir com a academia por intermédio de uma pesquisa empírica sobre a competência do pensamento crítico e colaborar com o universo educacional ao fornecer uma classificação das intenções e ações dos docentes da disciplina de Controladoria para o desenvolvimento desta competência nos discentes da disciplina dos mestrados em Contabilidade brasileiros. Desta forma, visa-se oferecer caminhos para reflexão e possíveis ações no ensino para adultos dessa competência que utiliza padrões aprofundados e integrativos de habilidades cognitivas. Busca-se, também, contribuir com a literatura ao apresentar um estudo empírico da competência de pensamento crítico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Competência do Pensamento Crítico

As competências são um conjunto de comportamentos que o indivíduo domina mais do que outros e o torna efetivo em determinadas circunstâncias (Koc, 2012). A educação formal tem um papel necessário no desenvolvimento cognitivo dos alunos, entretanto, é frequente a percepção dos alunos de que os programas de formação gerencial convencionais, presentes nas graduações da área de negócios, geram uma lacuna entre as habilidades desenvolvidas e as competências necessárias na atividade profissional (Mintzberg, 2006). Dentre os dilemas da educação para o universo empresarial, estão os estudos do desenvolvimento do pensamento crítico, que retratam o ensino desta habilidade em capacitar os profissionais para solução de problemas (Behar-Horenstein & Niu, 2011).

Alguns especialistas debatem se o pensamento crítico pode ser aprendido ou se é um processo de desenvolvimento regido por motivações, disposições e traços de personalidade. Embora haja diferenças de opiniões, os pesquisadores admitem que o pensamento crítico é “intencional, com julgamento regulatório que resulta em interpretação, análise, avaliação e inferência, bem como explicação das considerações, evidências, conceitos, metodologias, critérios, lógicas ou contextos sobre os quais o julgamento é baseado” (Facione, 1990, p. 2).

Para tomar uma decisão, o indivíduo deve reunir, analisar, avaliar e sintetizar todas as informações necessárias, além de identificar as consequências do curso das alternativas disponíveis. Portanto, o pensamento crítico é reconhecido como imprescindível para vida pessoal e profissional dos indivíduos (Boa, Wattanatorn & Tagong, 2018).

Em uma pesquisa realizada por meio de entrevistas com 400 especialistas em departamentos de Recursos Humanos, o resultado revelou que o pensamento crítico é a competência considerada mais importante entre os recrutadores (Chartrand et al., 2013). Portanto, para um indivíduo ser bem-sucedido em ambientes de alta competitividade e rápida mutação, é necessário possuir a habilidade de pensamento crítico para tomar decisões eficientes e velozes (Boa, Wattanatorn & Tagong, 2018).

O Conselho Nacional para a Excelência no Pensamento Crítico - *National Council for Excellence in Critical Thinking* (2013) definiu o pensamento crítico como o processo intelectualmente disciplinado de conceituar, analisar, sintetizar e/ou avaliar de forma ativa e hábil as informações coletadas ou geradas por meio de observação, experiência, reflexão, raciocínio ou comunicação, que servem de direcionadores para crença e ação.

O pensamento crítico é um processo complexo e autocorretivo, baseado em padrões de objetividade, utilidade ou consistência, exigindo que os indivíduos defendam seus pensamentos com evidências, algo característico da pós-graduação strictu sensu. Neste ponto, os programas strictu sensu necessitam atender aos processos que constituem o pensamento crítico e fazer uso das atividades educacionais que os desenvolvam. Torna-se necessário que os professores organizem atividades para: definir e esclarecer informações; fazer perguntas apropriadas; esclarecer ou contestar declarações ou crenças; julgar a credibilidade das fontes e criar problemas que os resultados sejam encontrados logicamente ou por meio de dedução (Lipman, 1988). Estudiosos afirmam que o pensamento crítico não se desenvolve sem assistência instrucional durante o curso de estudo e não se origina apenas da leitura, de exames ou da escuta de uma palestra do professor (Zapalska, Mccarty, Young-Mclear & White, 2018a).

A capacidade de pensar criticamente se altera na medida que os alunos prosperam entre os estágios de desenvolvimento intelectual, portanto, os professores devem observar o nível de desenvolvimento intelectual dos seus estudantes (Kimmel, 1995). Os processos do pensamento crítico requerem argumentação, iniciativa, raciocínio, previsão, análise de alternativas complexas e julgamentos de valores (Simpson & Courtney, 2002). Desta forma, para os professores contribuírem com o desenvolvimento das futuras gerações, é necessário dominar as ferramentas que desbloqueiem o potencial dos estudantes mestrandos, o que requer uma formação sistemática destes professores-alunos para desenvolverem competências, inclusive do pensamento crítico (Straková & Cimermanová, 2018).

O sistema educacional tradicional tende a utilizar-se da replicação e da memorização de conhecimentos, que, segundo a visão do pensamento crítico, é considerada um aprendizado sem engajamento ativo pelos estudantes. Em contestação a isto, os alunos que serão futuros professores necessitam de espaço para desenvolverem o pensamento, a experimentação e a reflexão sobre experiências passadas. “O processo de internalizar novos fatos passa por um sistema fixo de esquemas, em que, conscientes ou não, os professores-alunos escolhem o que ressoa com seus princípios internos” (Straková & Cimermanová, 2018, p. 4). A maneira de “desconstruir” o sistema já existente de crenças para que novos princípios adentrem, apresenta-se complexo, pois os alunos mestrandos primeiro necessitam conscientizar-se de seus princípios subjacentes para então avaliar criticamente suas expectativas anteriores e conseguir refletir com um novo ponto de vista revisado (Cranton, 2006).

Para Facione (2015), a avaliação e o ato de repensar pontos de vista é uma direção a ignorar juízos associativos rápidos ou sistemas de tomada de decisão automáticos e reativos. Paul e Elder (2006) afirmam que os professores só serão capazes de desenvolver o pensamento crítico de seus alunos quando eles mesmos forem capazes de aplicá-lo em diferentes contextos. Discute-se a importância de fornecer aos alunos a oportunidade de aprender a pensar, isto é, aprender a “como pensar” ao invés de “o que pensar”, algo essencial nos programas de formação de pós-graduação, uma vez que a educação tem um papel para além da instrução, voltando-se à formação humana (Thomas, 2009).

Com o foco em permitir que os alunos, que serão futuros professores, cheguem o mais próximo possível de sua futura profissão, a formação acadêmica destes alunos tem abrangido uma ampla variedade de formas, tais como: palestras,

seminários, práticas de ensino, tutoriais, entre outros. Estes programas de formação de docentes a nível strictu sensu, em geral, deveriam oferecer uma transferência de conhecimento bidirecional, em que se espera dos alunos, futuros professores, não apenas a memorização do que precisa ser feito em situações particulares ou aplicação de métodos científicos mas o desenvolvimento das habilidades do pensamento crítico, que, na verdade, leva estes indivíduos a pensar, experimentar, refletir sobre as experiências passadas, conceitualizar e idealizar seus conhecimentos (Straková & Cimermanová, 2018). Com uma academia marcada em sua história pelo uso excessivo de positivismo, percebe-se a dificuldade de se pensar e aplicar pesquisas e métodos de ensino numa perspectiva crítica (Theóphilo & Iudicibus, 2009).

2.2 Taxonomia de Bloom

Na educação, a escolha e definição dos objetivos de aprendizagem constituem um passo fundamental na eficácia de um projeto educacional, pois visa oportunizar mudanças de pensamentos, ações e condutas. Os objetivos educacionais são destinados ao desenvolvimento da cognição, das ações atitudinais e das competências (Vaughan, 1980). Em 1948, a Associação Norte Americana de Psicologia idealizou um projeto em que seus membros criassem uma taxonomia (classificação, organização definida para discussões e análises) que auxiliasse na construção de análises dos objetivos de processos educacionais. O projeto foi liderado por Bloom e teve como resultado uma divisão por domínios específicos, sendo eles: domínio cognitivo, domínio afetivo e domínio psicomotor (Ferraz & Belhot, 2010). Embora os três domínios tenham sido estudados, o domínio cognitivo é o mais utilizado em pesquisas e na elaboração de planejamentos educacionais (Ferraz & Belhot, 2010).

O trabalho liderado por Bloom trouxe um grande achado ao meio educacional, pois diferente do que se pensava até então, verificou-se que nas mesmas condições de ensino (desconsiderando variáveis externas), todos os alunos aprendem, porém, a diferença encontra-se no nível de profundidade e na abstração do conhecimento adquirido (Bloom, Hastings & Madaus, 1971).

Essa descoberta deu suporte às pesquisas caracterizadas pelas estratégias educacionais que embasaram os estudos de estilos de ensino e aprendizagem, além dos estudos que investigam a organização dos processos de aprendizagem para estimular o desenvolvimento cognitivo. A Taxonomia de Bloom, apresentada em 1956, fornece uma classificação hierárquica dos objetivos de aprendizagem e constitui-se em uma das maiores contribuições acadêmicas para educadores que buscam desenvolver em seus discentes o raciocínio e um pensamento abstrato de alto nível sem comprometer os objetivos educacionais previamente propostos (Bloom, 1956; Conklin, 2005).

Na Taxonomia de Bloom, específica do domínio cognitivo, a estruturação apresenta-se em níveis de complexidade crescente, do mais simples ao mais complexo, desta forma, para se atingir o próximo nível, é necessário que o aluno tenha domínio cognitivo adquirido na etapa anterior. Os resultados da aprendizagem também se apresentam cumulativos, o que caracteriza uma relação de dependência entre os níveis. A estrutura da Taxonomia de Bloom, no domínio cognitivo, é formada por seis categorias: conhecimento, compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação.

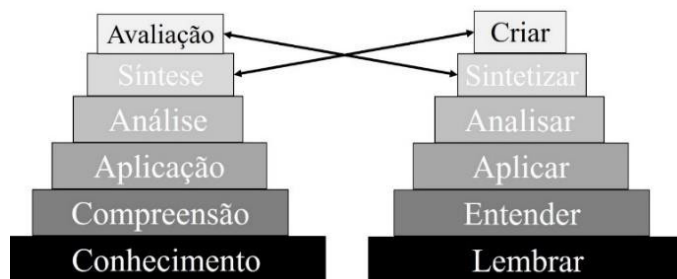
Após a divulgação desta taxonomia, muitos estudos foram desenvolvidos e tornou-se necessária uma revisão dos pressupostos teóricos da taxonomia, devido aos novos achados científicos no que tange aos avanços no campo educacional, psicopedagógicos e tecnológicos. Dessa forma, especialistas supervisionados por Krathwohl, publicaram um livro que mostra a revisão dos pressupostos diante dos novos conhecimentos educacionais (Anderson et al, 2001).

As distinções apresentadas são o resultado da reflexão de que a primeira abordagem da taxonomia declarava o esperado dos discentes, porém, não explicava coerentemente o que se esperava que o aluno realizasse com aquele conhecimento adquirido. Os objetivos eram descritos por verbos de ação e substantivos que descreviam os processos cognitivos desejados, porém não mostravam a aplicabilidade desse novo conhecimento. Assim, com a nova abordagem da Taxonomia, percebeu-se a necessidade de separar os verbos dos substantivos, no qual o substantivo adota a função base na dimensão conhecimento (o quê) e o verbo caracteriza a dimensão relacionada aos aspectos cognitivos (como) (Ferraz & Belhot, 2010). Outra contribuição realizada pela revisão da taxonomia são as alterações dos nomes das seis categorias, que ocorre devido à separação em duas dimensões: conhecimento e processo cognitivo.

Na atual Taxonomia de Bloom, a base das categorias e o desenho hierárquico são mantidos, porém, esta nova abordagem vê uma flexibilidade na interpolação das categorias, tendo em vista que alguns conteúdos, com características específicas, podem ser mais fáceis de serem aprendidos na aplicação, para posteriormente vir a explicação. Assim, o princípio da progressão da complexidade foi mantido: do mais simples para o complexo, do concreto para o abstrato, mas foi atribuída maior flexibilidade ao conceito cumulativo e relacional das categorias (Ferraz & Belhot, 2010).

A Figura 1 apresenta as diferenças entre as taxonomias, com as alterações nos nomes e também a alternância das últimas duas categorias.

Figura 1. Principais diferenças entre as taxonomias



Fonte: Adaptado de Anderson et al, (2001).

Devido à bidimensionalidade que se originou da Taxonomia de Bloom revisada, a dimensão conhecimento (conteúdo) e a dimensão processos cognitivos (complexidade do processo cognitivo) apresenta um novo modelo de utilização, exposta pela Tabela Bidimensional da Taxonomia de Bloom (Anderson et al, 2001), a qual é representada na Tabela 1. Essa Tabela também aborda a nova divisão da primeira categoria, denominada conhecimento, que antes era estruturada em três subdivisões e agora é composta por quatro subdivisões, que são:

- a) Conhecimento efetivo ou factual: está relacionado diretamente ao conteúdo básico, afatos que não necessitam de combinações de conceitos, apenas reprodução do conteúdo, conforme apresentado;
- b) Conhecimento conceitual: existe inter-relação dos conhecimentos básicos, conexões, esquemas, estruturas de comparação devem ser aprendidas;
- c) Conhecimento procedural: agora o conhecimento está relacionado ao “como se realiza algo”, utiliza-se métodos, critérios, porém, dentro de um único contexto;
- d) Conhecimento metacognitivo: conhecimento amplo e interdisciplinar de um determinado conteúdo que possibilita a resolução de problemas ou a escolha do melhor método ou estrutura a ser utilizada.

Tabela 1 - Processo cognitivo na taxonomia revisada com duas dimensões

Dimensão Conhecimento	Dimensão Processo Cognitivo					
	Lembrar	Entender	Aplicar	Analisar	Avaliar	Criar
Efetivo/Factual	Objetivo 1					
Conceitual		Objetivo 2				
Procedural			Objetivo 2			
Metacognitivo					Objetivo 3	
	Conhecimento		Competência		Habilidades	

Fonte: adaptado de acordo com Anderson et al., (2001); Ferraz & Belhot, (2010).

A formulação desta Tabela tem o propósito de estruturar os objetivos educacionais, pois fornece um vislumbre do que está sendo planejado e das escolhas adequadas para atingir os objetivos. Na coluna vertical deste modelo, encontra-se a dimensão conhecimento e seus quatro níveis, a dimensão processo cognitivo apresenta-se na coluna horizontal e está dividida em seis estágios, que conjuntamente formam a Taxonomia de Bloom revisada. Nas células que representam a intersecção das dimensões são apresentados os objetivos. Cabe ressaltar que apresenta uma situação hipotética de planejamento, em que um mesmo objetivo pode ser utilizado em diferentes intersecções, assim como é possível espaços em branco, a depender do conteúdo especificamente. Para identificar em qual intersecção os objetivos se enquadram, pode-se pensar no verbo no gerúndio e acrescentar os termos “o quê” e “como”, isto facilita a identificação de qual estágio se aplica a cada objetivo e se eles estão fornecendo um aprofundamento do conhecimento a um nível profundo. Esta Tabela de processos cognitivos possibilita classificar os objetivos educacionais e direcionar atividades, avaliações e escolha de estratégias (Krathwohl, 2002).

Não existe ordem hierárquica para o planejamento dos objetivos educacionais nos estágios, entretanto, a ordem dos níveis da dimensão conhecimento devem ser respeitadas de forma progressiva, pois isto fornece um controle maior do processo de aprendizagem. Com os verbos no gerúndio, o passo de inserção nos estágios torna-se facilitado, o desafio encontra-se na diferenciação desses objetivos nos níveis da dimensão conhecimento. Quando feito adequadamente, este processo exhibe todas as lacunas de aprendizado e os caminhos para suas reparações (Anderson et al. 2001; Ferraz & Belhot, 2010).

2.3 Estudos Anteriores

Diferentes estudos visaram identificar e analisar o desenvolvimento do pensamento crítico no ensino empresarial. Não foram identificados estudos que analisem o desenvolvimento desta competência nos programas de pós-graduação em Contabilidade. Dentre os estudos encontrados, destacam-se: Boa, Wattanatorn e Tagong (2018), os quais apresentaram um modelo de ensino destinado a promover competência de pensamento crítico de estudantes de negócios em nível de graduação, desenvolvido a partir do Método Socrático Blended de Ensino (BSMT). Devido aos acadêmicos apresentarem um pensamento crítico deficitário, os autores propuseram um modelo composto por seis elementos: foco, sintaxe, princípios de reação, sistema social, sistema de suporte e aplicação.

Os autores Straková e Cimenová (2018) investigaram a possibilidade de aumentar a extensão da aplicação do pensamento crítico em mestrados por meio de estudos de caso. Os resultados do estudo fornecem evidências de um impacto positivo quanto ao uso de estudos de casos na formação do pensamento crítico dos mestrados.

Zapalska et al. (2018a) estudaram o desenho de cinco projetos aplicados em diferentes disciplinas de uma graduação em Administração, sob o modelo da Taxonomia de Bloom revisado. As conclusões do estudo são de que o processo de pensamento e análise baseado na Taxonomia de Bloom são melhor desenvolvidos na análise de estudos de caso com orientações claras e precisas. Outro estudo de Zapalska, Nowduri, Imbriale, Wroblewski e Glinski (2018b) fornece um *framework* para o desenvolvimento de competência de pensamento crítico por atividades e avaliações, por meio de análise de um programa de graduação com currículo sequencial.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa delinea-se quanto ao seu objetivo como uma pesquisa exploratória, pois buscou-se demonstrar como o pensamento crítico é desenvolvido dentro da disciplina de controladoria nos programas de mestrado em contabilidade sob a luz da Taxonomia de Bloom revisada. Segundo Beuren (2009, p.81), as pesquisas exploratórias buscam “reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas”. Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa, pois, de acordo com Richardson (1999, p.8), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Referente ao procedimento, classifica-se como estudo de caso coletivo, devido ao fato de analisar, de forma agrupada, alguns casos, visando à investigação de um dado fenômeno. Optou-se por esses casos por acreditar-se que seu estudo permite a melhor compreensão, ou melhor teorização de um conjunto ainda maior de casos (Stake, 1995).

Foram entrevistados alguns docentes das disciplinas de controladoria nos programas de mestrado em contabilidade brasileiros, no período de fevereiro a março de 2017. A escolha da disciplina de controladoria deu-se pela característica inerente ao objeto da disciplina ocupar-se de pensamento crítico em sua aplicação empresarial. Após levantamento junto aos programas foram levantados 29 programas que ofertam a disciplina de Controladoria, todos os professores foram convidados para a entrevista, entretanto, por questões de acessibilidade e aceitação, 15 docentes participaram das entrevistas. As entrevistas foram semi-estruturadas e utilizou-se de um roteiro advindo das categorias apresentadas na teoria do pensamento crítico e das dimensões do processo cognitivo pertencente à Taxonomia de Bloom.

Tabela 2 - Universidades Entrevistadas

Região	Universidades Avaliadas
Nordeste	UFPB/J.P. (PB); UFPE (PE); UFRPE (PE);
Sudoeste	FUCAPE (ES); UNIFECAP (SP); PUC (SP); USP/RP (SP); UPM (SP); FIPECAFI (SP);
Sul	UNIOESTE (PR); UEM (PR); FURB (SC); UNOCHAPECÓ (SC).

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta as universidades que participaram desta pesquisa, sendo estas públicas e privadas, distribuídas entre a região Nordeste, Sudoeste e Sul, totalizando 13 instituições de ensino. As universidades Unifecap (SP) e UPM (SP) colaboraram com duas entrevistas de docentes distintos da disciplina de controladoria.

Todas as entrevistas foram gravadas e passaram pelo procedimento de transcrição na íntegra. Utilizou-se o sistema ATLAS.ti versão 7.5.18 para a organização das informações e a análise ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo. Para Godoy (1995, p. 44), a análise de conteúdo “consiste em um instrumento metodológico que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte”.

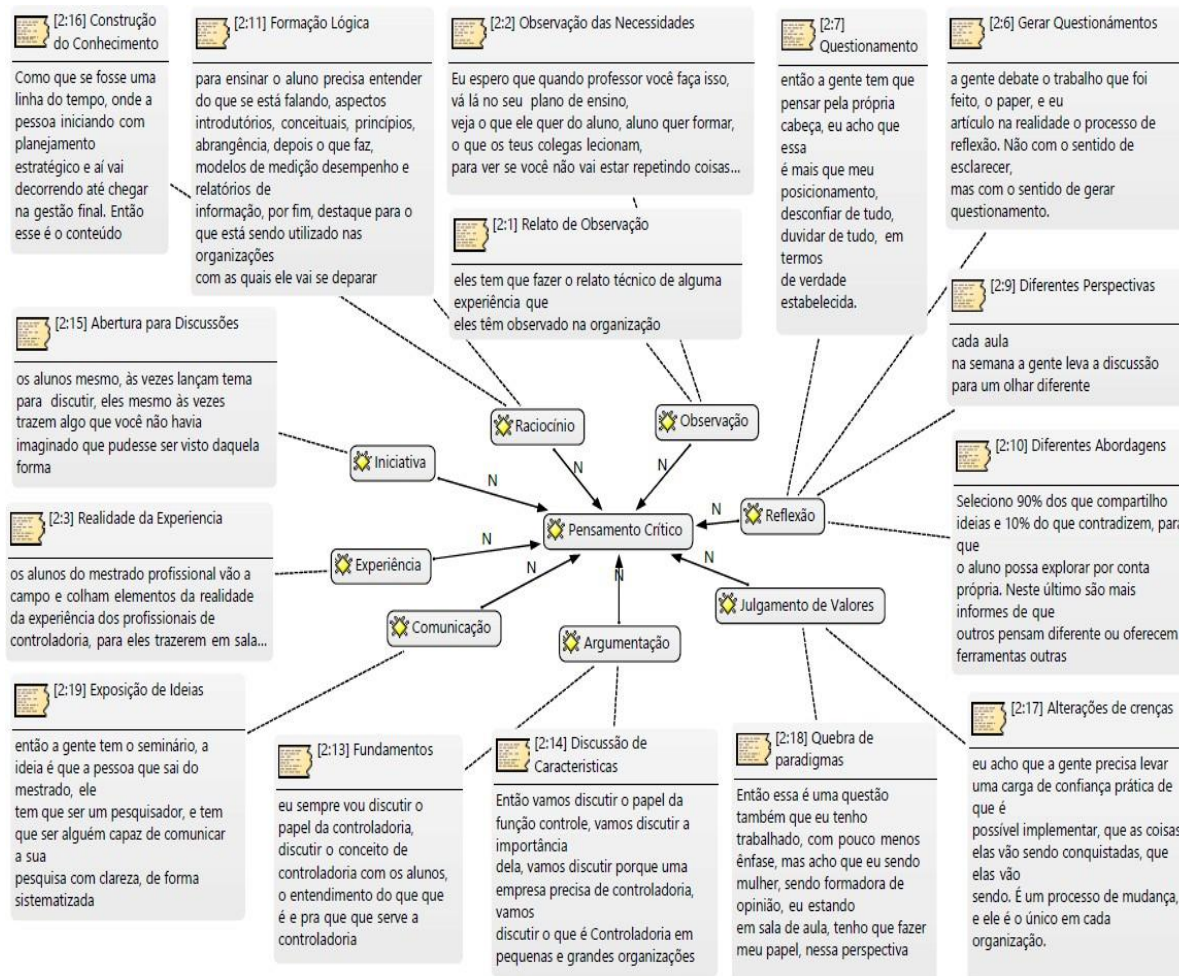
As categorias de análise que foram pré-definidas pela literatura são: iniciativa, raciocínio, observação, reflexão, julgamento de valores, argumentação, comunicação e experiência. Não emergiram novas categorias resultantes dos entrevistados. Quanto às categorias do processo cognitivo da Taxonomia de Bloom, essas não foram apresentadas abertamente nas entrevistas, mas buscadas nos *corpus* dos textos resultantes.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Seguindo a literatura estudada no referencial teórico, as categorias de análise referentes ao pensamento crítico emergiram do conhecimento da literatura dos autores: Lipman (1988), Facione (1990), Simpson e Courtney (2002), e do *National Council for Excellence in Critical Thinking* (2013), os quais podem possibilitar a compreensão de que o desenvolvimento do pensamento crítico é formado pela interação das seguintes categorias: raciocínio, observação, reflexão, julgamento de valores, argumentação, comunicação, experiência e iniciativa.

Foram buscados, na primeira rodada de análise das entrevistas dos docentes, indícios de ligação das intenções e ações dos docentes para com as categorias elencadas da literatura do pensamento crítico. Como resultado desta etapa originou-se a Figura 2, que apresenta trechos das entrevistas, em que foram identificadas intenções e ações propulsoras do pensamento crítico.

Figura 2. Intenções e ações dos docentes que auxiliam no desenvolvimento do pensamento crítico



Fonte: dados da pesquisa (Saída Atlas ti).

Na categoria Observação foram encontradas ações práticas ligadas a relatos de experiências, e ainda aconselhamentos de conduta para o desenvolvimento da atividade de docência, demonstrando a necessidade de desenvolver esta habilidade no futuro docente. Esta investigação visa fornecer ao professor-aluno a contextualização do conhecimento singular de cada realidade. Já na categoria Reflexão, os discursos se complementam e demonstram que os docentes se encontram preocupados em desenvolver nos discentes esta capacidade de concentração e indagação mais profunda e diversificada dos conteúdos vistos em sala.

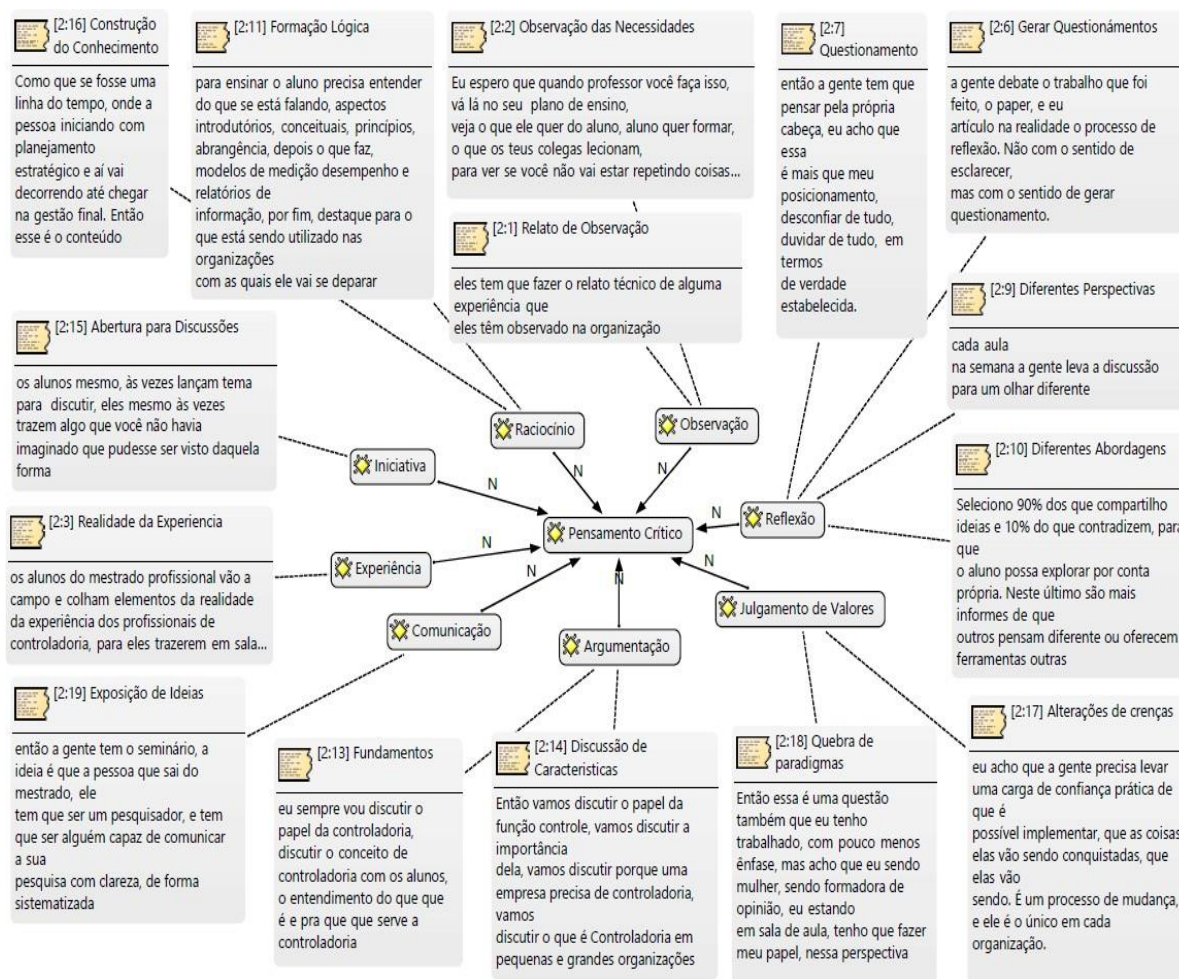
Quanto ao Julgamento de Valor, percebe-se a intenção de que são possíveis as alterações de crenças por intermédio da confiança no conhecimento científico e que o julgamento de valores pode proporcionar quebra de paradigmas. Estes achados corroboram com Lipman (1988) ao afirmar a necessidade de os professores elaborarem perguntas apropriadas para indução da reflexão, repensando crenças e gerando questionamentos críticos em relação às crenças enraizadas.

É notória a necessidade de comunicação exigida tanto no exercício da docência quanto na pesquisa. Neste quesito, é possível avaliar as categorias de Argumentação e Comunicação de forma conjunta. Enquanto na argumentação é possível identificar ações voltadas para discussões que abrangem funções específicas da disciplina, conteúdos e a sua implantação nas organizações, na categoria comunicação é reforçada a habilidade de exposição de ideias de forma sistematizada, exigida para o exercício da profissão docente e da divulgação das pesquisas realizadas no meio científico, demonstrando o desenvolvimento da capacidade de arguição dos discentes.

Na categoria Raciocínio, os docentes apresentaram a necessidade da construção do conhecimento de forma lógica, processual e linear, dessa forma, o desenvolvimento do raciocínio é aplicado na construção dos conteúdos. Na categoria Iniciativa, observa-se que a abertura para discussões não estruturadas propicia iniciativas que contribuem para a aula, além de fomentar a capacidade de desenvolvimento da competência relacionada à atitude. Os autores Straková e Cimermanová (2018) mencionam a necessidade dos discentes passarem por processos de experimentação e, em seguida, reflexão de experiências passadas, para o desenvolvimento do pensamento crítico. Este fato é encontrado na categoria Experiência, em que as entrevistas remetem à utilização dos elementos da experiência para a análise da realidade.

A segunda rodada de análise das entrevistas dos docentes concentrou-se em categorias específicas do processo cognitivo da Taxonomia de Bloom revisada (Anderson et al, 2001), sendo elas: Lembrar, Entender, Aplicar, Analisar, Avaliar e Criar, na busca de identificar nos discursos os elementos que fornecem ligação das intenções e ações dos docentes para com o desenvolvimento do pensamento crítico sob a ótica da taxonomia. Neste momento, optou-se por priorizar a dimensão processo cognitivo (como desenvolver o conhecimento) referente à tabela bidimensional de Anderson et al (2001). Na Figura 3 são evidenciados os recortes dos discursos dos entrevistados em que se apresenta o desenvolvimento da competência do pensamento crítico à luz da Taxonomia.

Figura 3. Dimensão do processo cognitivo no desenvolvimento da competência do pensamento crítico pela Taxonomia de Bloom



Fonte: Dados da pesquisa (Saída Atlas ti).

Na categoria Lembrar, foi identificado que o reconhecimento de conteúdos ocorre pela exposição de artigos, teses e dissertações, com o intuito de selecionar determinadas informações, buscando o reconhecimento e a distinção de uma determinada informação. Na categoria Entender, a interpretação do conhecimento é apresentada pelos docentes pela colocação de questões-problema e classificação de conceitos enriquecidas por debates, com a intenção de comparar o conhecimento pré-existente com o novo.

Quanto à categoria Aplicar, os entrevistados ressaltam a necessidade da orientação à aplicação, à união com a prática executadas com a utilização de estudos de casos, às implementações nas empresas e às práticas de pesquisa científica, relacionando a execução do conhecimento com a prática em situações específicas. Já na categoria Analisar, o desenvolvimento da visão crítica é estimulado pela interpretação de artigos, exercícios estruturados de análise de artigo com debates, apreciação de conteúdo, metodologias e objetos de estudo.

Para a categoria Avaliar, em que se busca desenvolver julgamentos baseados em critérios, os docentes apresentaram ferramentas que proporcionam uma imersão no processo cognitivo por meio das atividades: verificação de contextos (visão ampla), checagem de alternativas (verificação de situações distintas) e apreciação crítica (geração de questionamentos). A categoria Criar resume-se ao estágio de concepção de uma nova visão, envolve o desenvolvimento de novas ideias e soluções. Nos conteúdos analisados, identificou-se que este critério ocorre por intermédio dos estímulos à produção científica para o meio acadêmico, e também pela geração de soluções para a sociedade. Todas as categorias emergentes da tabela de Anderson et al. (2001) foram contempladas em algum momento nos discursos dos docentes entrevistados, o que demonstra a pluralidade de abordagens e aprofundamentos dos programas pesquisados.

A partir dos resultados encontrados com as categorias analisadas, desenvolveu-se a Tabela 3, que apresenta as intenções e as ações da disciplina da controladoria dos Programas de Mestrado em Contabilidade no Brasil. Utilizou-se da bidimensionalidade da Taxonomia de Bloom revisada, que se constitui da dimensão do processo cognitivo e da dimensão conhecimento com suas respectivas subdivisões. Foram utilizadas as ações mencionadas pelos entrevistados e relacionadas com a teoria da Taxonomia revisada, realizando, assim, a classificação do desenvolvimento do pensamento crítico dos programas analisados.

Tabela 3 - Classificação das ações dos cursos de controladoria para o desenvolvimento da competência do pensamento crítico

		Dimensão Processo Cognitivo					
		Lembrar	Entender	Aplicar	Analisar	Avaliar	Criar
	Efetivo	Aspectos Introdutórios (E16)					Produção Científica (E2)
	Conceitual	Reconhecimento de conteúdo (E4)	Orientação do Aprendizado (E5) Interpretação de Conteúdo (10) Comparando (15) Classificação de Conceitos (E13)		Desenvolver a visão Crítica (E13) Investigação Apreciativa (E13) Análise de Fatos Reais (E8) Conhecimento das diferenças (E16)		
	Procedural		Compreensão de Ações de Ensino (E3)	Desenvolvimento de Competência (E1) Orientação e Aplicação (E11) União com a Prática (E1) Execução da Teoria (E12) Execução Prática e Científica (E15) Demonstra como fazer (E12) Aplicação dos Conceitos em Laboratórios (E14) Prática do Instrumento (E6)		Análise Crítica (E10)	
	Metacognitivo			Utilização de casos Práticos (E12)	Exploração de Conteúdo (E10) Visão Crítica Explicativa (E7)	Verificação de Contextos (E5) Checagem de alternativas (E5) Apreciação Crítica (E4)	Gerar Soluções (E9)
		Conhecimento		Competência		Habilidade	

*E = Entrevistado

Fonte: Dados da pesquisa.

A composição da Tabela 3 consiste na classificação das ações dos docentes voltadas ao desenvolvimento da competência do pensamento crítico nos Programas de Mestrado em Contabilidade. Buscou-se identificar a interação das Dimensões: Conhecimento e Processo Cognitivo, que consiste na caracterização da bidimensionalidade da Taxonomia de Bloom revisada.

Analisando a Tabela 3, é possível verificar que a maior concentração de ações dos docentes encontra-se na dimensão do processo cognitivo está no estágio “Aplicar”, interligada com a dimensão conhecimento no nível “Procedural”. Esta intersecção demonstra que o conhecimento do pensamento crítico tem sido desenvolvido por ações dos docentes que buscam a aplicação orientada por “executar” e “como realizar”, utilizando-se de métodos, critérios, algoritmos e técnicas em um contexto específico que determina o “como” e “quando” realizar.

As ações elencadas nesta interseção desenvolvem o pensamento crítico de maneira linear com características não interdisciplinares, concentrando-se na aplicação ou replicação do conhecimento em forma de processos. Esta característica mostra que o desenvolvimento do pensamento crítico não atingiu, nas dimensões, os estágios e níveis mais profundos do conhecimento sob ótica da Taxonomia de Bloom revisada.

A segunda maior concentração de ações dos docentes ocorreu na interseção das dimensões: no estágio “Analisar” (processo cognitivo) e no nível “Conceitual” (conhecimento), o que caracteriza um aprofundamento no processo cognitivo, entretanto, com a utilização de níveis iniciais na dimensão conhecimento. Estes níveis são necessários para o embasamento estrutural inicial sobre os conteúdos abordados, contudo, não atendem ao desenvolvimento da competência de pensamento crítico de forma plena, sendo necessário atingir níveis mais profundos da dimensão conhecimento, do contrário estas ligações acarretaram em um desenvolvimento incompleto da competência do pensamento crítico. Contudo, o estágio “Analisar” demonstra um aprofundamento na dimensão do processo cognitivo, pois trata-se do quarto estágio desta dimensão.

Todavia, foram encontradas ações que se utilizam do conhecimento de um nível mais avançado na dimensão do conhecimento, que é o “Metacognitivo”. Essas ações estão dispersas na dimensão cognitiva nos estágios: Aplicar, Analisar, Avaliar e Criar. Este achado evidencia que, mesmo que parcialmente, os docentes da disciplina de Controladoria têm utilizado moderadas ações para o desenvolvimento do pensamento crítico em níveis de conhecimento mais abrangentes e profundos.

Um ponto a salientar são as poucas ações para o desenvolvimento da dimensão conhecimento no nível “Efetivo”, em que o discente deve dominar o conteúdo básico. Este ponto pode ser justificado pela característica da amostra, por tratar-se de programas de pós-graduação. Cabe ressaltar, ainda, que os dois últimos estágios da dimensão do processo cognitivo apresentaram poucas menções de ações pelos docentes, o que pode levar ao entendimento de que o desenvolvimento da competência do pensamento crítico não tem atingido todos os estágios do processo cognitivo da Taxonomia de Bloom.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento do pensamento crítico tem se destacado nos últimos anos, e a discussão de como se desenvolve esta competência é primordial para o amadurecimento dos programas de mestrados brasileiros. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi demonstrar como o pensamento crítico é desenvolvido dentro da disciplina de controladoria nos programas de mestrado em Contabilidade à luz da Taxonomia de Bloom revisada. A fim de atender ao objetivo desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com os docentes desta disciplina.

Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo, com auxílio do programa Atlas.ti, e os resultados encontrados corroboram com a literatura referente ao pensamento crítico. À luz da Taxonomia de Bloom revisada, as ações desenvolvidas pelos docentes revelam que o pensamento crítico está sendo desenvolvido com maior ênfase na dimensão do processo cognitivo no estágio “Aplicar”, na interseção com a dimensão conhecimento no nível “Procedural”. Isso revela que os docentes desta disciplina têm maior enfoque na execução de metodologias dentro de um contexto único, característico do conhecimento “Procedural”. As demais ações predominantes dos docentes encontram-se em níveis intermediários do conhecimento e dispersos em diferentes estágios do processo cognitivo, o que demonstra a existência de um espaço a ser explorado tanto no nível “Metacognitivo”, quanto nos estágios do processo cognitivo “Avaliar” e “Criar”.

De acordo com os achados e constatações encontradas, os programas de pós-graduação da disciplina proposta deixam de utilizar níveis mais profundos do desenvolvimento cognitivo do conhecimento, o que pode vir a ser replicado pelos futuros docentes em seus métodos e estratégias de ensino futuro. O fundamento do “como” pensar e não “o que pensar” está fundamentado nas dimensões cognitivas de avaliar no nível metacognitivo, o que, de acordo com a literatura, é essencial para o papel de professor que busca desenvolver altas cognições.

Como o objetivo do estudo de caso coletivo é permitir uma melhor compreensão, ou mesmo teorização sobre um conjunto maior de casos, busca-se verificar se os resultados favorecem ou contestam uma generalização aceita, o que nesse caso mostrou-se presente, visto que as disciplinas de controladoria utilizam-se predominantemente de um estágio da taxonomia de Bloom, apresentada nessas considerações.

Como contribuições à prática, esta pesquisa visa promover uma reflexão crítica acerca das atividades e ações das disciplinas de Controladoria em mestrados brasileiros em Contabilidade, quanto ao desenvolvimento do pensar crítico necessário aos futuros pesquisadores e professores. Percebe-se, de acordo com os dados, que os estágios do desenvolvimento do processo cognitivo estão parcialmente sendo desenvolvidos, com menores ênfases nos estágios “Avaliar” e “Criar”, ambos processos mais profundos do nível cognitivo humano, de acordo com a Taxonomia utilizada. Quanto à dimensão “Conhecimento”, o nível “Metacognitivo” também se apresenta como ponto a ser melhor explorado, pois foram citados por somente dois entrevistados. A contribuição à literatura ocorre ao se aplicar uma pesquisa empírica sobre o tema da competência do pensamento crítico à luz da Taxonomia de Bloom.

Como limitação desta pesquisa, cita-se a não triangulação das entrevistas com os objetivos educacionais de cada uma das disciplinas de controladoria dos Programas de Mestrado em Contabilidade, além da não realização das entrevistas com alunos e ex-alunos da disciplina ou dos professores entrevistados. Sugere-se, então, que pesquisas futuras contemplem a análise dos objetivos educacionais e dos das APCN (Propostas de Projetos de Cursos Novos) dos Programas de Mestrado em Contabilidade no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Ananiadou, K. & Claro, M. (2009). *21st Century Skills and Competences for New Millennium Learners in OECD Countries*, OECD Education Working Papers, No. 41, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/218525261154>.
- Anderson, L. W., Krathwohl, D. R., Airasian, P. W., Cruikshank, K. A., Mayer, R. E., Pintrich, P. R., ... & Wittrock, M. C. (2001). A taxonomy for learning, teaching, and assessing: A revision of Bloom's taxonomy of educational objectives, abridged edition. *White Plains, NY: Longman*.
- Beuren, I. M. I. (2009). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. Editora Atlas SA.
- Behar-Horenstein, L. S., & Niu, L. (2011). Teaching critical thinking skills in higher education: A review of the literature. *Journal of College Teaching & Learning*, 8(2), 25-42.
- Bloom, B. S. (1956). Taxonomy of educational objectives. Vol. 1: Cognitive domain. *New York: McKay*, 20-24.
- Bloom, B. S. Hastings & Madaus (1971). *Handbook on Formative and Sumative Evaluation of Student Learning*. New York: McGraw-Hill.
- Boa, E. A., Wattanatorn, A., & Tagong, K. (2018). The development and validation of the Blended Socratic Method of Teaching (BSMT): An instructional model to enhance critical thinking skills of undergraduate business students. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 39(1), 81-89.
- Chartrand, J., Ishikawa, J., & Flander, S. (2013). Critical thinking means business: Lean to apply and develop the new #1 workplace skill. TalentLens. Retrieved from http://thinkwatson.com/downloads/Pearson_TalentLens_Critical_Thinking_Means_Business.pdf.
- Conklin, J. (2005). A taxonomy for learning, teaching, and assessing: a revision of bloom's taxonomy of educational objectives. *Educational Horizons*, V.83, n.3, p.153-159. Complete Edition.
- Cranton, P. (2006). *Understanding and Promoting Transformative Learning: A Guide for Educators of Adults*, 2nd ed.; Jossey-Bass: San Francisco, CA, USA; ISBN 978- 0787976682.
- Defaveri, I. R., & Baldissera, J. F. (2016). A influência dos sistemas de controle gerencial na tomada de decisão dos gestores de MPES. In *X Congresso ANPCONT, Ribeirão Preto*.
- Facione, P. (1990). Critical thinking: A statement of expert consensus for purposes of educational assessment and instruction. Retrieved from <http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/contentdelivery/servlet/ERICServlet?accno=ED 315423>
- Facione, P. A. (2015). *Critical Thinking: What It Is and Why It counts*. Measured Reasons LLC, Hermosa Beach, CA. *Journal*.
- Ferraz, A. P. C. M., & Belhot, R. V. (2010). Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos educacionais. *Gest. Prod., São Carlos*, 17(2), 421-431.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, maio/jun.
- Koc, M. (2012), "Pedagogical Knowledge Representation Through Concept Mapping as a Study and Collaboration Tool in Teacher Education", *Australian Journal of Educational Technology*, 28(4); pp. 656-670. <https://doi.org/10.14742/ajet.833>.
- Krathwohl, D. R. (2002). A revision of Bloom's taxonomy: An overview. *Theory into practice*, 41(4), 212-218.
- Lipman, M. (1988). Critical thinking: What can it be? *Educational Leadership*, 38-43.
- Mintzberg, H. (2006). *MBA? Não, obrigado. Uma visão crítica sobre a gestão e o desenvolvimento de gerentes*. Porto Alegre: Bookman.
- National Council for Excellence in Critical Thinking. (2013). *Critical thinking*. Retrieved from <http://www.criticalthinking.org/pages/thenational-council-for-excellence-in-critical-thinking/406>.
- Paul, R., & Elder, L. (2006). *A guide to critical thinking competency standards: Standards, principles, performance indicators, and outcomes with a critical thinking master rubric*. Dillon Beach, CA: Foundation for Critical Thinking.
- Richardson, R.J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ed. São Paulo: Atlas.
- Simonton, D. K. (2003). Expertise, competence, and creative ability. *The psychology of abilities, competencies, and expertise*, 213-240.
- Simpson E. & Courtney, M. (2002). Critical thinking in nursing education: Literature review. *International Journal of Nursing Practice*, 8(2), 89-98.
- Stake, Robert E. *The art of case study research*. London: Sage Publications, 1995.
- Straková, Z., & Cimermanová, I. (2018). Critical thinking development—A necessary step in higher education transformation towards Sustainability. *Sustainability*, 10(10), 3366.
- Theóphilo, C. R., & Iudicibus, S. (2009). Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. *Journal of Accounting, Management and Governance*, 8(2).
- Thomas, I. (2009). Critical Thinking, Transformative Learning, Sustainable Education, and Problem-Based Learning in Universities. *J. Transform. Educ.* (7), 245–264.

Vaughan, C. A. (1980). Identifying course goals: domains and levels of learning. *Teaching Sociology*, 265-279.

Zapalska, A.M., McCarty, M. D., Young-McLear, k. & White,J. (2018a). Design of assignments using the 21st century bloom's revised taxonomy model for development of critical thinking skills. *Problems and Perspectives in Management*, 16(2), 291-305. doi:10.21511/ppm.16(2).2018.27.

Zapalska, A. M., Nowduri, S., Imbriale, P., Wroblewski, B., & Glinski, M. (2018b). A Framework for Critical Thinking Skills Development Across Business Curriculum Using the st 21 Century Bloom's Taxonomy. *Interdisciplinary Education and Psychology*, 2(2), 2.

ENSINO REMOTO NA CONTABILIDADE: DIFICULDADES E ADAPTAÇÕES DOS PROFESSORES E ESTUDANTES NA PANDEMIA

REMOTE TEACHING IN ACCOUNTING: DIFFICULTIES AND ADAPTATIONS OF TEACHERS AND STUDENTS IN THE PANDEMIC

RESUMO

O ensino remoto transformou as atividades pedagógicas pela utilização massiva dos recursos tecnológicos no ensino durante a pandemia. A pandemia do coronavírus trouxe desafios para os professores e estudantes do ensino superior: estabelecer uma conexão entre a rotina do isolamento social e a continuidade da aprendizagem com o ensino remoto. O objetivo deste estudo foi avaliar a percepção dos professores e estudantes do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Maranhão, identificando as dificuldades e adaptações enfrentadas no ensino remoto durante a pandemia. Aplicou-se um questionário combinando métodos de coleta projetiva, utilizando estímulo indutor e perguntas abertas. Fora coletadas respostas de 19 professores e 69 estudantes de dois campi da universidade entre maio e julho de 2020. A análise cruzada dos dados permitiu associações e inferências relacionais entre as evocações dos participantes. Fez-se uso da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2004) utilizando a Técnica de Análise Livre de Palavras (Vergès, 1992). Dentre as análises aplicadas realizou-se a lematização das matrizes de conteúdo; Análise de Similitude utilizando grafos e Análise Prototípica. Os resultados da análise da frequência de palavras (f) e da Ordem Média de Evocação (OME) evidenciaram similaridades entre a percepção dos professores e estudantes nos núcleos centrais das representações sociais. Os professores evocaram predominantemente os termos: “desafios” ($f=8$) e “flexibilidade” ($f=7$), enquanto os estudantes evocaram “internet” ($f=23$), “disciplina” ($f=17$) e “usar tecnologia” ($f=11$). Os resultados representam preocupações de ambos os atores quanto à forma e a estrutura de acesso para as aulas remotas, refletindo problemas de infraestrutura tecnológica e necessidade de qualificação imediata.

Palavras-chave: Ensino remoto. Ciências contábeis. Representações Sociais. TALP. Percepções sobre o ensino.

ABSTRACT

Remote teaching transformed into pedagogical activities by the massive use of resources in teaching during the pandemic. The Coronavirus pandemic has brought challenges to higher education teachers and students: establishing a connection between the routine of social isolation and the continuity of learning with remote teaching. The objective was to know what student teachers do in the course of the Federal University of Maranhão, to identify the difficulties encountered during the pandemic. By combining the search results with the setup method, using the incentive stimulus, you will continue to deviate. The forums were posted by 19 professors and 69 students from the two university campuses between May and July 2020. A cross-data analysis allows associates to make relational inferences between participants' evocations. The Social Representations Theory (Moscovici, 2004) and the Free Word Analysis Technique (Vergès, 1992) was used. Among the applied analyses, the lemmatization of the matrices was carried out; Similarity Analysis using graphs and Prototypical Analysis. The results of the analysis of the frequency of words (f) and the Average Order of Evocation (OME) showed similarities between the perception of teachers and students in central cores of social representations. Teachers predominantly evoked the terms: “challenges” ($f=8$) and “flexibility” ($f=7$), while students evoked terms: “internet” ($f=23$), “discipline” ($f=17$) and “use technology” ($f=11$). Results represent concerns of both actors regarding the form and structure of access to remote classes, reflecting problems of technological infrastructure and the need for immediate qualification.

Keywords: Remote teaching. Accounting sciences. Social Representations. TALP. Teaching perceptions.

Cleber Augusto Pereira

Ph.D. em Engenharia Elétrica e de Computadores pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Mestre em Engenharia Elétrica (Inteligência Artificial) pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Maranhão. Professor Adjunto no curso de Ciências Contábeis da UFMA. e-mail: cleber.pereira@ufma.br ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7704-2343> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1026815362090928>

Walter Saraiva Lopes

Doutor em Engenharia Biomédica (Economia da Saúde) pela Universidade de Mogi das Cruzes. Mestre em Engenharia de Produção (Empreendedorismo de Base Tecnológica) pela Universidade Nove de Julho. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Taubaté. Professor Adjunto no curso de Ciências Contábeis da UFMA. e-mail: w.saraiva@yahoo.com.br ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4433-2384> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9682390959938846>

Pablo Francisco Sousa Carvalho

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão. e-mail: pablofsc97@gmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7146-9610> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8702320474544425>

Maria Daniela Alves Bezerra

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão. Contato: Rua 1o de Maio, 526, Vila Nova, Imperatriz, MA, CEP: 65912-210. e-mail: mariadaniela_09@gmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9278-3011> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7220074122039935>

Bárbara Alencar da Silva Mota

Graduanda no Curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão. Contato: Rua Urbano Santos, s/n - Campus Universitário da UFMA, Centro, Imperatriz, MA, CEP: 65900-410. e-mail: as.barbara21@gmail.com ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4893-2435> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3383601240906551>

1. INTRODUÇÃO

O cenário de isolamento social buscou evitar a rápida disseminação do SARS-CoV2, durante a pandemia, diversos impactos atingiram os setores econômicos, políticos e sociais, ocasionando mudanças nas rotinas e nos costumes cotidianos da população (Bispo, 2020). Nesse sentido, Bispo (2020) afirmou que na educação os desafios não foram diferentes, relatando que as medidas de distanciamento social causaram a suspensão das aulas presenciais no ensino superior em todo o Brasil.

Com a paralização das atividades acadêmicas, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou uma Portaria autorizando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nos cursos presenciais ([MEC] Ministério da Educação e Cultura, 2020). Com a Portaria nº 343/2020 e outras medidas de políticas públicas, as Instituições de Ensino Superior (IES) tiveram que adaptar as atividades pedagógicas pelo uso das TICs, implementando o ensino remoto. Essa tecnologia tem como principal característica o uso massivo da internet (Broilo & Broilo Neto, 2021).

As aulas pelo ensino remoto foram uma solução emergencial para a continuidade das atividades pedagógicas nas IES durante a pandemia. Os docentes tiveram de adaptar suas habilidades utilizadas nas aulas presenciais para suprir as demandas do ensino remoto (Schmitt, Bugalho, & Kruger, 2021), sendo que a maioria dos discentes possuem limitações de equipamentos tecnológicos e acesso à internet para participarem das aulas remotas (Barbosa, Viegas, & Batista, 2020). Diante do exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: Como foram enfrentados os desafios e adaptações do uso do ensino remoto pelos professores e estudantes durante a pandemia?

Realizou-se uma pesquisa de campo, com características explicativas e descritivas, buscando identificar, na percepção dos professores e alunos, quais os impactos e estratégias adotadas no ensino remoto durante pandemia do coronavírus. Dessa forma, o objetivo do estudo consistiu em avaliar a percepção dos professores e estudantes do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), identificando as dificuldades e adaptações enfrentadas no ensino remoto.

Esta pesquisa gerou contribuições que podem apontar caminhos para a efetivação do processo ensino-aprendizagem em tempos de diversidade, pois alinhou a inovação tecnológica ao ensino presencial. A relevância deste estudo foi justificada pela possibilidade de perceber a realidade a partir das experiências identificadas e relatadas pelos professores e estudantes. A contribuição principal reside na avaliação de como os atores envolvidos com o ensino remoto percebem e têm desenvolvido habilidades e conhecimentos que permitiram a continuidade do processo de ensino-aprendizagem em situação pandêmica.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Ensino remoto no contexto da pandemia

O SARS-CoV2 surgiu na China no final de 2019. Em março de 2020 ganhou *status* de pandemia e mudou drasticamente a rotina da população mundial (Arruda & Siqueira, 2021). Impactou no comércio em geral, indústrias, e especialmente nas escolas e universidades, que tiveram de se manter fechadas por um longo período, como forma de conter o avanço do contágio. A alternativa viável passou a ser a operação de forma remota. Com isto, o uso das TICs se tornou primordial para que muitas áreas impactadas pudessem continuar suas atividades, principalmente as universidades.

A pandemia afetou universidades, centros universitários e faculdades de todo o país, inicialmente paralisando as aulas por algum tempo. Enquanto isso passou-se a avaliar soluções viáveis para não cancelar as atividades acadêmicas, mantendo os professores e alunos com suas atividades de forma não presencial, o ensino remoto (Saraiva, Traversini, & Lockmann, 2020).

A partir dessa preocupação, o MEC publicou a Portaria nº 343/2020 em que autorizou a utilização de meios e tecnologias digitais para a substituição temporária das aulas presenciais nas IES ([MEC], 2020), mantendo o cumprimento da quantidade mínima de dias letivos da carga horária anual.

Com a autorização do MEC, as aulas presenciais foram impedidas de serem realizadas nos *campi* das IES e passaram a ser oferecidas de forma remota com auxílio das TICs. Estas aulas remotas no ensino superior aconteceram de forma síncrona e/ou assíncrona. Os professores e os estudantes conectavam-se ao mesmo tempo, por meio de *web* conferências ou de conteúdo disponibilizado na plataforma eletrônica (Arruda & Siqueira, 2021).

Com os instrumentos normativos autorizando as aulas de forma remota, surgiu a obrigação institucional de preparar os professores e alunos para adaptarem-se ao novo modelo, assim mantendo os atores em casa, buscando adaptação ao contexto (Morais, Carvalho, & Brito, 2020).

Neste cerne, Sallaberry et al. (2020) destacaram os desafios dos professores para aprender a usar as TICs no ensino remoto, principalmente pela falta de habilidades com as tecnologias digitais e utilizando o mínimo de recursos tecnológicos nas aulas presenciais. Santos et al. (2021) ressaltaram a necessidade da rápida adaptação pelos professores e alunos, evidenciando que as IES não estavam esperando uma mudança na dinâmica de realizar o ensino, pois não tinham recursos humanos preparados para o uso das ferramentas tecnológicas nas práticas pedagógicas.

2.2 Impactos no ensino remoto pelo uso das TICs

A pandemia do coronavírus impulsionou o uso massivo das TICs e provocou mudanças na adoção dessas tecnologias pela sociedade (Moreira, Henriques, & Barros, 2020). O MEC permitiu modificações nos cursos superiores de ensino presencial, autorizando a implementação de práticas do ensino remoto ([MEC], 2020), emergindo um novo cenário de recursos pedagógicos tecnológicos de ensino e aprendizagem.

No estudo de Bispo (2020) constatou que a educação superior utilizou as TICs para enfrentar os novos desafios do ensino remoto, apoiada nas medidas oficiais adotadas pelo governo pelas políticas de enfrentamento da pandemia. A adoção de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) mediados pelas TICs de forma *online* ou *off-line* tiveram de estar prontos e adaptados às práticas docentes em tempo recorde (Moreira et al., 2020).

Durante a transição, os professores tiveram que usar diferentes recursos tecnológicos para o preparo, gravação, ou para as aulas *online* em tempo real, mediadas pelas ferramentas das diversas plataformas de aprendizagem e sistemas de videoconferência. Dentre as principais ferramentas utilizadas pelos professores e alunos no ensino/aprendizagem remoto destacaram-se o *Whatsapp*, *Skype*, *Google Hangouts*, *Zoom*, *Google Classroom*, *Microsoft Teams*, *Google Meet*, *e-mail*, *YouTube*, *Big Blue Button*, entre outros recursos pedagógicos tecnológicos (Arruda & Siqueira, 2021; Moreira et al., 2020; Pereira, Lopes, Bortoluzzi, Londero, & Marques, 2020; Santos Junior & Monteiro, 2020; Souza, Martins, Nascimento, Pinto, & Ribeiro, 2020).

2.3 Impactos do ensino remoto na prática docente

O estudo de Rangni e Martins (2020) identificou os impactos do distanciamento social em 67 docentes do ensino superior brasileiro no período pandêmico da COVID-19. Como resultados apresentaram impactos de ordem emocional relativos ao distanciamento social e a mudança na dinâmica do trabalho, nomeadamente gerando sobrecarga de trabalho e dificuldades em aspectos ligados à sociabilidade.

No ensino de publicidade e propaganda, o estudo de Rabaioli e Hansen (2020) foi realizado com 283 docentes e demonstrou um impacto negativo durante a experiência de ensino remoto, apontando o desgaste e o engajamento docente, o despreparo das IES e os possíveis prejuízos à aprendizagem e à qualidade do ensino.

Na prática docente, além dos esgotamentos emocionais e físicos, os docentes enfrentaram algumas dificuldades de trabalhar no ensino remoto. Com a mudança de paradigmas, “deixaram de resistir ao uso dos meios tecnológicos”, sendo quase obrigados ao uso dos recursos pedagógicos tecnológicos, despertando grandes dificuldades de adaptação às mudanças das aulas presenciais para o formato do ensino remoto (Bispo, 2020). Ressalta-se que os professores não tiveram tempo suficiente para treinamento completo antes de iniciarem as aulas remotas, com as atividades de qualificação acontecendo ao mesmo tempo em que ocorreria o andamento das atividades acadêmicas no formato remoto, obrigando a prática, muitas vezes, ocorrer antes ou ao mesmo tempo em que entendiam a teoria.

Schmitt et al. (2021) avaliaram as principais estratégias docentes aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem por 52 docentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas em quatro IES da região Sul do país durante a pandemia da COVID-19. Os resultados evidenciam que 92% dos docentes realizaram adaptações pedagógicas que foram suportadas por 76% das IES (Schmitt et al., 2021). Na percepção de 46% dos docentes, as aulas realizadas de forma remota representaram prejuízos no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e não atingiram os objetivos de aprendizagem.

O desenvolvimento de habilidades para o uso dos recursos pedagógicos tecnológicos em curto espaço de tempo; atividades forçando o rápido entendimento do funcionamento dessas ferramentas entre professores e alunos; a nova forma de produção de aulas e de materiais instrucionais adaptados ao formato remoto; e, a nova forma de ensinar os alunos com baixa interatividade; foram e ainda são os principais desafios presenciados pelos professores ao ministrarem suas aulas no ensino remoto (Bispo, 2020). Essas combinações mal pensadas e pouco treinadas que inicialmente podem ter prejudicado professores e alunos, estão sendo superadas com as adaptações e experiências de ambas as partes, no decorrer das aulas do ensino remoto.

2.4 Impactos do ensino remoto na aprendizagem dos estudantes

Em um estudo que abordou os impactos da COVID-19 no modo de vida de 84 estudantes de graduação em Administração de uma IES pública de Minas Gerais, Farinha (2020) identificou que as relações sociais nas atividades escolares, foram provocando mudanças no estilo de vida dos estudantes e despertando sentimentos como tédio (82%) e ansiedade (80%) nos alunos. Para a autora, esses sentimentos são derivados da força coercitiva resultante da quarentena exercida sobre os estudantes diante as medidas de restrições adotadas para evitar a disseminação do coronavírus.

No estudo de Alves et al. (2020) realizado na Universidade Federal do Tocantins, com 241 estudantes universitários da modalidade de educação a distância (EaD), os resultados indicaram que 50% dos estudantes receberam o auxílio emergencial do Governo Federal. Identificou-se ainda que 46% tiveram o seu trabalho afetado e ainda tiveram redução na renda familiar. O acúmulo desses elementos foram as causas de relatos de sintomas de sofrimento emocional entre os estudantes. Note-se ainda que 73% dos alunos pesquisados conseguiram superar as dificuldades e cumprir com as atividades do curso.

Entre os desafios emocionais e financeiros acarretados pela pandemia do coronavírus, os alunos enfrentaram outras dificuldades relacionadas ao ensino remoto. O estudo de Bispo (2020, p.10) destacou dentre os desafios emergentes “o acesso à plataforma digital, o domínio dos aplicativos utilizados nas aulas, e a adaptação à metodologia de ensino que transitou do presencial para o digital utilizando as TICs”.

Uma pesquisa com estudantes da modalidade EAD mostrou que 41% desses alunos utilizam aparelhos móveis para participar das aulas, sendo que os demais declaram utilizar computadores *desktop* ou *laptop* (Alves et al., 2020). Esta situação no ensino presencial ainda é pior, pois dentre os 79% que declaram ter dispositivo eletrônico para acesso às aulas, 41,9% utilizam celulares para a aula e 37,1% utilizam computadores no ensino remoto. (Barbosa et al., 2020).

As dificuldades dos alunos vão além dos equipamentos, sendo que 33,9% não tem internet, ou não tem outros recursos essenciais para as aulas remotas, como câmera ou microfone. Embora tenham existido ações inclusivas para alunos que não possuem recursos para as aulas, estas não conseguiram contemplar 67,7% desses alunos (Barbosa, Viegas, & Batista, 2020).

2.5 Teoria das Representações Sociais e Técnica de Associação Livre de Palavras

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é estudada pela Psicologia e tem como autor seminal Serge Moscovici. Essa teoria foi difundida a partir da publicação do estudo *La Psychanalyse: son image et son public* (Moscovici, 2004), marcando a formação de uma percepção inovadora a respeito da integração entre fenômenos perceptivos individuais, coletivos e sociais (Vergès, 1992; Vergès, Tyszka, & Vergès, 1994). Nesse sentido, a presente pesquisa estudou dois grupos, um de professores e outro de estudantes, sobre ensino remoto durante a período de pandemia do coronavírus. Observou-se que, sob a perspectiva dos professores e estudantes, houve dificuldades relacionadas ao uso dos recursos tecnológicos pela in experiência. Em um estudo realizado por Sallaberry et al. (2020), foram as mesmas dificuldades encontradas com acadêmicos de contabilidade.

Moscovici (2004) orientou que as representações que habitam a esfera do senso comum podem ser observadas como ciência, pois tudo o que percebemos do mundo são respostas a estímulos do ambiente no qual vivemos. Segundo esse autor, as Representações Sociais não são criadas apenas por um indivíduo isoladamente, mas sim por uma coletividade, compreendendo a capacidade transformadora de sujeitos sociais. Os professores e alunos individualmente apresentaram os impactos da pandemia do Coronavírus no ensino e aprendizagem do curso de Ciências Contábeis (Sallaberry et al., 2020; Schmitt et al., 2021).

Além disso, Moscovici (2004) defende que a TRS tem como ponto de partida a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos que podem ser estranhos e imprevisíveis, e com isso, seu objetivo é descobrir como os sujeitos conseguem construir um mundo estável e previsível a partir de tal diversidade.

Neste contexto, os problemas enfrentados pela pandemia do Coronavírus no ensino superior, professores e alunos tiveram que se valer do ensino remoto, que ocasionou diversas mudanças, proporcionando a necessidade de reinvenção da humanidade, em que professores e estudantes foram obrigados a quebrar certos paradigmas e adentrarem na era digital (Bispo, 2020).

Neste momento, os professores e alunos mostraram a determinação e a persistência desse grupo social, que tem uma perspectiva de oportunidade e de enfrentar as dificuldades impostas com a pandemia (Ostemberg, Carraro, & Santos, 2020). Sendo professores e alunos, os responsáveis pelo desenvolvimento do ensino presencial no formato remoto, pois foram adaptados ao seu ambiente, conforme a realidade de cada usuário.

Vê-se que as representações sociais direcionam e organizam as condutas e as comunicações sociais, intervindo em processos variados como: difusão e assimilação do conhecimento, desenvolvimento individual e coletivo, definição das identidades pessoais e sociais, expressão de grupos e transformações sociais (Guerra, Shinzaki, Ichikawa, & Sachuk, 2011). Essas representações sociais são manifestadas sobre o processo de constituição, a partir da Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP).

A TALP é um procedimento aposto para a coleta de dados, sendo projetiva, por conseguir capturar por meio de induções e estímulos, verbais ou não, aspectos, personalidades e as características dos sujeitos, em relação ao objeto indutor (Tavares, Brito, Córdula, Silva, & Neve, 2014). Essa associação aconteceu neste estudo aplicada aos dois grupos: professores e estudantes.

Observando os estudos dirigidos por Coutinho e Bú (2017), verificou-se que a TALP é demonstrada sobre quatro categorias de avaliação projetivas: conectar, observar, registrar e conseguir a comunicação verbal. As distribuições das palavras constroem e permitem uma interpretação dos principais elementos-chave do estudo.

Na TALP, o termo indutor é a principal ferramenta para a coleta de dados. Nesta pesquisa foi utilizado um termo indutor aplicado aos estudantes e outro aplicado aos professores. Os termos indutores aplicados neste estudo são apresentados na seção de metodologia.

3. METODOLOGIA

O estudo realizou uma pesquisa de campo, estando relacionado ao acontecimento do seu objeto, onde se observa o fato (Vergara, 2016). Neste sentido, considerou-se a percepção dos professores e estudantes de dois *campi* em que são

ofertados os cursos de Ciências Contábeis da UFMA. A pesquisa tem características explicativa e descritiva por identificar os impactos causados pelo ensino remoto e por apresentar as estratégias adotadas.

A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionário com termos indutores e perguntas abertas aos professores e estudantes. Os questionários foram desenvolvidos e distribuídos pela plataforma do *Google forms*. Foram realizados convites e disponibilizados os *links* de acesso pelo *WhatsApp* e e-mail dos participantes da pesquisa.

A aplicação do questionário para os estudantes foi realizada de forma híbrida: por mensagens no *software WhatsApp* ou ligação telefônica incluindo a gravação do áudio das respostas e pelo *Google Form*. O período de coleta dos dados ocorreu entre maio a julho de 2020.

Do grupo de professores foram coletadas 19 respostas válidas que permitiram delinear o seguinte perfil:

- 8 participantes do sexo feminino, com idade entre 35 e 55 anos, sendo 37,5% com titulação de doutor e 62,5% mestres;
- 11 participantes do sexo masculino, com idade entre 31 e 65 anos, 9,1% com titulação de doutor, 81,8% mestres e 9,1% especialistas.
- Do grupo de estudantes foram coletadas 69 respostas válidas. Os pesquisados estavam matriculados entre o primeiro e o décimo período do curso. O perfil dos estudantes foi composto pelas características:
- 30 participantes do sexo feminino; idade média de 26,5 anos; a menor idade foi 19 e a maior foi 42 anos;
- 39 participantes do sexo masculino; idade média de 25,7 anos; a menor idade foi 18 e a maior foi 45 anos;

A coleta dos dados contemplou questões socioeconômicas, sobre o ensino remoto, e sobre os impactos da pandemia. Para cada grupo distinto, entre professores e estudantes, adotou-se uma questão aberta com a proposição de um termo indutor. A resposta deveria contemplar os cinco termos que viessem primeiro à mente dos respondentes.

Aos docentes foi aplicado o termo indutor: “Ao ler a frase: ‘Ensinar em tempos de pandemia e isolamento social’ quais são as primeiras 5 palavras que veem à sua mente?”. Aos estudantes foi aplicado o termo indutor: “Quais as cinco primeiras palavras que veem a sua mente quando você lê ou escuta a palavra Ensino Remoto?”. As respostas aos termos indutores foram tratadas com base na TRS e TALP.

Com os dados coletados, os áudios foram transcritos em bloco de notas e armazenados no *software Excel*, para organização das respostas. Utilizou-se o *software Iramuteq* para a elaboração das análises de frequências simples e múltiplas de ocorrência de palavras; elaboração dos diagramas de análise de similitude; e para a construção das matrizes prototípicas.

3.1 Análise de similitude e análise prototípica aplicadas às respostas

Duas análises foram aplicadas às respostas: Análise de Similitude e a Análise Prototípica.

A Análise de Similitude, de acordo com Donato et al. (2017), apresenta a relação e o grau de conectividade entre os termos da estrutura da representação social e pode ser ilustrada por um grafo utilizando árvore máxima. Cada palavra é apresentada dentro de uma circunferência conectada por ramificações e o seu tamanho varia de acordo com a sua importância, facilitando o reconhecimento dos temas de maior relevância dentro da análise.

A Análise Prototípica é um método desenvolvido com intuito de tratar/analisar as Representações Sociais (Wachelke & Wolter, 2011). Essa análise é representada por um diagrama composto por quatro quadrantes: Núcleo Central, Primeira Periferia, Segunda Periferia e Zona de Contraste, cada um com uma função significativa. Em suma, representam quatro quadrantes de 25% cada.

3.1.1 Elementos da análise prototípica

O Núcleo Central compõe o primeiro quadrante e pode ser considerado o principal da análise por conter as palavras mais importantes e que dão forma a Representação Social. No segundo quadrante, a Primeira Periferia, em que ficam as palavras que dão sustentação ao Núcleo Central. O terceiro quadrante é a Segunda Periferia, em que residem as palavras com menor importância da análise. O Quarto quadrante é a Zona de Contraste, com as respostas minoritárias que podem indicar algumas possibilidades; ou complementos da primeira periferia; podendo indicar o início de uma representação social futura; ou a existência de um subgrupo que valoriza consistentemente alguns elementos distintos da maioria, talvez até mesmo com um núcleo central diferente (Abriç, 2005).

Para classificar as palavras dentro dos quadrantes são utilizados dois critérios: a Ordem Média de Evocação (OME) e a frequência das palavras (*f*). A frequência das palavras representa a quantidade de vezes que o termo foi evocado pelos pesquisados. De acordo com Correia e Joia (2014) para o cálculo da OME emprega-se a Equação 1.

$$OME = \frac{(f1 * 1) + (f2 * 2) + (f3 * 3) + (f4 * 4) + (f5 * 5)}{\sum f} \quad (1)$$

Os termos representados em *f1* são os que primeiro vieram à mente dos pesquisados, em *f2*, os que apareceram em segundo lugar, e assim sucessivamente.

3.2 Preparação e lematização das matrizes de respostas ajustadas por categoria de respondentes

Após a coleta dos dados foram feitas adequações ao universo das respostas no sentido de garantir o conteúdo e a similaridade semântica das palavras evocadas. Para isto, os termos foram reduzidos ao singular e à forma masculina. Também foi utilizado um dicionário de dados para garantir que os termos com significados homônimos fossem reduzidos ao mesmo radical.

As adaptações das respostas foram necessárias para garantir que as respostas com semânticas parecidas pudessem ser reduzidas ao mesmo radical. Esse procedimento **é realizado para garantir que os termos utilizados por respondentes diferentes pudessem ser transcritos**, preservando o sentido e contexto com base na semiótica das respostas.

Dentre as adaptações efetuadas podem-se exemplificar os ajustes: A palavra “tecnologia” foi substituída pelo termo composto “usar tecnologia”. A palavra “aprendizado” foi substituída pelo termo “aprendizagem”. As substituições foram feitas mantendo o critério semântico.

3.2.1 Matriz de respostas dos professores e estudantes

A Tabela 1 apresenta um recorte com os primeiros 22 termos da matriz de respostas do grupo de estudantes. Na Tabela 2 são apresentadas as respostas dos 19 professores.

Tabela 1: Respostas dos estudantes ao termo indutor

d	Palavra 1	Palavra 2	Palavra 3	Palavra 4	Palavra 5
1	Internet	Computador	Site	Video	Conhecimento
2	Usar tecnologia	Segurança	Autonomia	Interação	Economia
3	Longe	Virtual	Internet	Liberdade	Desconcentração
4	Fraco	Moderno	Rápido	Usar tecnologia	Simplicidade
5	Comprometimento	Disciplina	Atenção	Responsabilidade	Dedicação
6	Foco	Distância	Ensino	Internet	Aprendizagem
7	Internet	Remoto	Autonomia	Acessibilidade	Educação
8	Comodidade	Flexibilidade	Autonomia	Dedicação	Foco
9	Rapidez	Internet	Objetividade	Aprendizagem	Disciplina
10	Indisciplina	Internet	Economia de tempo	Video	Leitura
11	Chato	Internet	Lenta	Ao vivo	-
12	Video	Resumo	Cansaço	Pesquisa	Ensino
13	Computador	Internet	Distanciamento	Mecanizado	Estudo
14	Ensino	Comodidade	Estudo	Usar tecnologia	Futuro
15	Ensino	Distância	Professor	Video	Aula
16	Computador	Casa	Estudo	EAD	Ruim
17	Video aula	PDF	SIGA A	Skype	Internet
18	Disponibilidade	Virtual	Flexibilidade	Simples	Usar tecnologia
19	Usar tecnologia	Disciplina	Organização	Metodologia	Adaptação
20	Ensino	Estudo	Dedicação	Aprendizagem	Necessidade
21	Dificuldade	Economia de tempo	Ansiedade	Excesso	Atividades
22	Aprendizagem	Distância	Dificuldade	Flexibilidade	Educação

Tabela 2: Respostas dos professores ao termo indutor

d	Palavra 1	Palavra 2	Palavra 3	Palavra 4	Palavra 5
1	Usar tecnologia	Internet	Atualização	Desenvolvimento	Aprendizagem
2	Desafios	Flexibilidade	Usar tecnologia	Preocupação	Infraestrutura
3	Ensino	Aprendizagem	Usar tecnologia	Preocupação	Infraestrutura
4	Mudança	Aprendizagem	Desaprender	Atualização	Interação
5	Desafios	Usar tecnologia	Internet	Desigualdade	Dificuldade
6	Buscar inovação	Desafios	Reinvenção	Aprendizagem	Foco
7	Oportunidade	Flexibilidade	Desafios	Dificuldade	Atualização
8	Interação	Desafios	Virtual	Flexibilidade	Aproximar
9	Remoto	EAD	Virtual	Atualização	Aprendizagem
10	Crescimento	Internet	Alegria	Tarefa	Fraternidade
11	Criatividade	Flexibilidade	Qualidade	Ensino	Superação
12	Responsabilidade	Insegurança	Desafios	Aprendizagem	Incerteza
13	Desafios	Tarefa	Internet	Planejamento	Prova
14	Usar tecnologia	Flexibilidade	Planejamento	Dedicação	Superação
15	Atualização	Aceitar	Acreditar	Mudança	Buscar Inovação
16	Remoto	Distância	Usar tecnologia	Buscar inovação	Recursos
17	Doença	Medo	Morte	Desemprego	-
18	Mediação	Qualidade	Interação	Dedicação	Atualização
19	Remoto	Usar tecnologia	Flexibilidade	Desafios	Interação

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Percepção do grupo dos estudantes

A percepção do grupo dos estudantes é apresentada na Tabela 3 com base na análise prototípica das respostas. Foi realizado um corte seccional nos dados da matriz com resultados a partir de 4 repetições sendo considerados.

No Núcleo Central estão as palavras que apresentaram alta frequência e baixa OME. Nesse quadrante localizam-se as palavras mais citadas e as que primeiro vieram à mente dos pesquisados quando questionados sobre a problemática da pesquisa (Wachelke & Wolter, 2011).

Tabela 3: Análise prototípica do grupo dos estudantes

	Ordem Média de Evocações < 2,72			Ordem Média de Evocações >= 2,72		
	Núcleo Central			Primeira Periferia		
	Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
Frequência >= 8,25	Internet	23	2,6	Economia de tempo	10	3,1
	Disciplina	17	2,6			
	Usar tecnologia	11	2,6			
	Flexibilidade	11	2,2			
	Computador	10	1,6			

	Ordem Média de Evocações < 2,72			Ordem Média de Evocações >= 2,72		
	Zona de Contraste			Segunda Periferia		
	Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
Frequência < 8,25	Ensino	7	1,9	Aprendizagem	8	3,1
	Distância	6	1,8	Estudo	8	3,5
	Dificuldade	5	2,2	Casa	8	2,8
	Comodidade	4	1,5	Video	6	3,3
				Adaptação	6	4
				Dedicação	6	3,2
				Autonomia	5	2,8
				Facilidade	5	4
				Acessibilidade	5	3,6
				Foco	4	3,2

O termo mais citado no Núcleo Central foi “internet” com $f=23$ e $OME=2,6$, este vocábulo está relacionado à forma de acesso as aulas, pois para assistir as aulas remotas é uma condição *sine qua non* ter a conexão de internet. Esse termo infere à problemática da preocupação com a infraestrutura de acesso: muitos alunos não possuíam acesso à internet ou, quando possuem, a conexão poderia ser limitada não permitindo o acesso adequado, apresentando limitações de vídeo e áudio como atrasos de áudio, congelamento de vídeo e queda de conexão (Santos & Mendonça, 2021; Schmitt et al., 2021).

Considere-se ainda que os aplicativos e plataformas utilizadas para a transmissão das aulas exigem uma boa conexão de internet. Por outro lado, a internet tem a vantagem de romper barreiras geográficas, sendo uma ferramenta que possibilita o ensino e aprendizagem independente da distância, entre o aluno e o professor, com a flexibilidade do tempo e na localização do espaço (Almeida, 2003).

Pode-se exemplificar a utilização dos termos “internet” e “usar tecnologia” posicionada no Núcleo Central da Matriz Prototípica, com base nas respostas dos estudantes a partir dos excertos:

Por mais que eu tenha o privilégio de ter acesso a um eletrônico bom e **internet**, nem sempre a **internet** está a 100%, o que pode prejudicar em algum ensino (grifo nosso). Estudante 7.

É preciso **usar as tecnologias** a nossa disposição para correremos contra o prejuízo, mas é claro, sem deixar de considerar os alunos em situação de exclusão digital (grifo nosso). Estudante 9.

O segundo termo mais evocado deste quadrante foi “disciplina” com $f=17$ e $OME=2,6$, estando ligada a obediência em cursar as matérias, como assistir as aulas, fazer as atividades, trabalhos, entre outros. Nota-se que a cobrança dos professores no ensino remoto é maior quando comparada ao presencial.

O termo “flexibilidade” com $f=11$ e $OME=2,2$ não foi o mais citado na análise, mas chama a atenção por estar relacionada à flexibilidade em cursar uma disciplina remotamente. Este tipo de aprendizagem permite ao aluno adaptar o ritmo da graduação à sua rotina, sendo possível estudar em casa, no horário mais conveniente, podendo conciliar com o trabalho e outras atividades do cotidiano.

Em suma, o núcleo central da representação evidenciou a preocupação dos estudantes com os desafios de ajustes de sua própria infraestrutura de acesso à internet e de sua capacidade pessoal de adaptação aos recursos exigidos pelo ambiente de ensino mediado por tecnologia.

Na Primeira Periferia encontram-se as palavras com alta frequência e OME mediana. Elas dão sustentação ao Núcleo Central. A única palavra apresentada nessa periferia foi “economia de tempo” com $f=10$ e $OME=3,1$.

Esse resultado infere que, na visão dos estudantes, o estudo baseado em ensino mediado por tecnologia, pode proporcionar certa economia de tempo ao estudante. Existem diversas variáveis que poderiam ocasionar a perda de tempo do aluno ao comparar o ensino remoto com o presencial, porém, a mais justificável seria a economia de tempo de trajeto para a universidade, pois grande parte dos universitários reside longe de seu local de estudo. Outro problema relacionado à “economia de tempo”. Essa confirmação está apresentada na Tabela 3 com os termos: “distância”, “flexibilidade”, “casa”, “adaptação” e “acessibilidade”, esses termos representam uma relação com a associação de economia de tempo. Sendo os termos considerados como evocações implicitamente relacionadas com a economia de tempo para os alunos, pois é o ganho do tempo para outras atividades, em especial, com ensino e aprendizagem.

Os elementos da Segunda Periferia têm baixa frequência e alta OME, ou seja, apareceram poucas vezes e em último caso nas evocações dos estudantes. Nesse contexto, as palavras que mais se destacaram foram “aprendizagem” com $f=8$ e $OME=3,1$; “estudo” com $f=8$ e $OME=3,5$; “casa” com $f=8$ e $OME=2,8$ e “vídeo” com $f=6$ e $OME=3,3$. O termo “aprendizagem” apresentou o significado, na análise, da forma de absorção do conhecimento derivada das aulas ministrada remotamente pelo professor. “Estudo” está relacionado ao desempenho do estudante, pois o ensino mediado por tecnologia exige um pouco mais do aluno, fazendo com que ele desenvolva certa autonomia desde o início das disciplinas.

Nas respostas dos estudantes, o termo “aprendizagem” esteve relacionado com comparação entre os modelos de aula presencial e os modelos mais modernos que utilizam mediação por tecnologia, colocando a impressão de que o modelo remoto pode “deixar a desejar” como no excerto:

[...] em *aulas remotas (a distância)* não tenho o mesmo nível de *aprendizado* que uma aula presencial (*grifo nosso*). Estudante 11.

Diferente da percepção dos estudantes do estudo realizado por Schmitt et al. (2021, p. 2), os quais demonstram que, “as aulas realizadas de forma remota não representam prejuízos no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes e atingiram os objetivos”. O uso dos recursos pedagógicos tecnológicos pode gerar resultados positivos, assim melhorando e aumentando a qualidade do processo ensino e aprendizagem (Pereira et al., 2020).

O elemento “casa” refere-se à comodidade do aluno em estudar no seu próprio ambiente doméstico. Esse termo tornou-se importante principalmente após o surgimento da pandemia do Covid-19, onde diversos estudantes tiveram que se distanciar da universidade com o intuito de diminuir a disseminação do novo coronavírus. Nesse sentido, o uso do ensino remoto mediado por tecnologia foi a opção encontrada pelo Governo ([MEC], 2020) e IES para continuar o ano letivo. O termo “vídeo” é o quarto mais citado dessa periferia. Infere-se que o motivo dessa palavra estar entre as mais evocadas desse quadrante seria o fato de o vídeo ser a ferramenta mais comumente utilizada no ensino remoto, pois é através dele que as aulas são transmitidas no estilo de vídeo aula, de forma ao vivo, ou gravada.

Outra palavra que chama atenção neste quadrante é “adaptação” com $f=6$ e $OME=4$. Esse termo mostra que é necessária uma adaptação ao formato de ensino remoto. Toda mudança requer adaptação, principalmente quando envolve tecnologia. O ensino a distância trouxe consigo diversas funcionalidades e ferramentas novas antes desconhecidas por muitos de seus usuários. O vocábulo “dedicação” com $f=6$ e $OME=3,2$ constantes na análise remete à noção de esforço e confirma o sentido de necessidade de “adaptação”. Nos estudos é necessário dedicação, que é o esforço para se assimilar o conhecimento.

Na Zona de Contraste encontraram-se as palavras com baixa frequência e baixa OME. Nesse quadrante, as palavras que mais se destacaram foram “ensino” com $f=7$ e $OME=1,9$, “distância” com $f=6$ e $OME=1,8$ e “dificuldade” com $f=5$ e $OME=2,2$. Infere-se que, o vocábulo “ensino” está relacionado com a transmissão de conhecimento, bem como a didática do professor adaptada a nova forma de ensinar o aluno do ensino remoto. O termo “distância” refere-se à forma como o ensino é oferecido, ou seja, a distância entre professor e aluno. O terceiro termo que mais se destaca é “dificuldade”. Tal resultado indica a dificuldade dos alunos em assistir as aulas remotas, seja por falta de disciplina do discente em administrar o tempo, seja por falta de conexão com a internet ou até mesmo não possuir um computador (Schmitt et al., 2021).

4.1.1 Análise de similitude no grupo dos estudantes

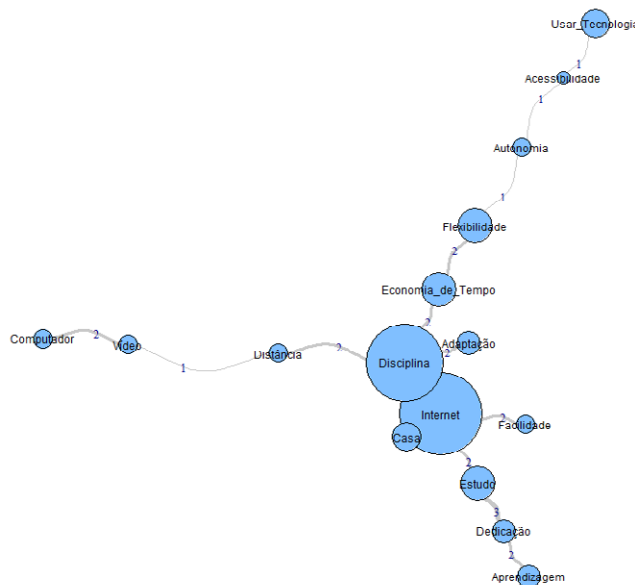
Segundo Donato et. al. (2017), a Análise de Similitude é a conexão dos elementos evocados, sintetizada por uma estrutura na árvore máxima e expressa a força de ligação entre todos os elementos, no que é demonstrado visualmente as relações mais fortes de similaridade entre os pares de elementos. Onde serão expostas as conexões e associações que tiveram maior grau de relevância mutuamente.

Como pode ser observado na Figura 1, os resultados indicam que os termos que mais apresentaram ligações foram: “disciplina”, “internet”, “economia de tempo”, “flexibilidade”, “estudo”, “usar tecnologia”, “dedicação”, “aprendizagem”, “facilidade”, “dedicação” e “casa”. A palavra “internet” teve considerável grau de conexão com “disciplina” e “casa”, demonstrando que esses elementos são essenciais para o ensino remoto, sendo de caráter indispensável que o discente tenha acesso à internet, que possua organização e administração do tempo de estudo, pois são elementos que envolvem disciplina.

Verificou-se que os elementos “adaptação”, “distância” e “economia de tempo” se conectaram com “disciplina”. O termo “economia de tempo” também se ligou a “flexibilidade” que, por sua vez, se conectou com “autonomia”. O termo “autonomia” se relacionou com “acessibilidade” e derivou “usar tecnologia”.

A partir desse resultado, pode-se inferir que o ensino remoto exige adaptação, e, apesar da economia de tempo proporcionada por essa tecnologia, é necessário ter organização e administração das horas de estudo, reforçando a ideia de disciplina. O resultado também sugere que o uso da tecnologia permite maior acessibilidade, autonomia, flexibilidade, e, conseqüentemente, grande economia de tempo do estudante, pois não existe mais o tempo gasto com deslocamento até a universidade.

Figura 1 Análise de similitude do grupo dos estudantes



Na Figura 1, a palavra “facilidade” conectou-se com “internet” que se ligou com “casa”. Com isso, pode-se afirmar que os participantes da pesquisa acreditam que usar a internet para o estudo por meio do ensino remoto permite ao usuário assistir as aulas em casa, oportunizando maior facilidade e comodidade ao usuário. Observou-se que o termo “estudo” se conectou com “dedicação”, que por fim, se ligou com “aprendizagem”, evidenciando a visão de que a dedicação pode ser um dos principais impulsionadores da aprendizagem nos estudantes que utilizam o ensino remoto (Santos Junior & Monteiro, 2020).

4.2 Percepção do grupo dos professores

4.2.1 Análise prototípica e de similitude do grupo dos professores

Essa análise divide, por meio de quadrantes, as respostas do grupo dos professores que tiveram maior importância. No Núcleo Central, o termo mais citado foi “desafios” com $f=8$ e $OME=2,1$. Esse termo relacionou-se com a situação atípica envolvendo o novo formato encontrado pelos professores que se deparam com vários desafios ao ministrar as aulas de forma remota. O resultado mostra que essa é a problemática central das respostas, pois foi a primeira palavra evocada pela maioria dos respondentes ao serem indagados pelo termo indutor (Tabela 4).

Tabela 4: Análise prototípica do grupo dos professores

	Ordem Média de Evocações < 2,91			Ordem Média de Evocações >= 2,91		
	Núcleo Central			Primeira Periferia		
	Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
Frequência >= 3,56	Desafios	8	2,1	Atualização	6	3,7
	Flexibilidade	7	2,4	Aprendizagem	5	4
	Usar tecnologia	6	2	Interação	4	3,5
	Internet	4	2,5			

	Ordem Média de Evocações < 2,91			Ordem Média de Evocações >= 2,91		
	Zona de Contraste			Segunda Periferia		
	Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
Frequência < 3,56	Remoto	3	1	Buscar Inovação	3	3,3
	Mudança	2	2,5	Dedicação	2	4
	Qualidade	2	2,5	Tarefa	2	3
	Ensino	2	2,5	Dificuldade	2	4,5
				Virtual	2	3
				Superação	2	5
				Planejamento	2	3,5

Nota-se também que, ao comparar com a análise do grupo dos estudantes, a palavra mais importante do Núcleo Central foi “internet”, e na análise do grupo dos professores a palavra mais importante foi “desafio”. Nesse sentido, percebeu-se que existe um contraste entre os dois grupos. Para os professores o desafio de dar aulas nesse formato se sobressaiu a qualquer outro componente, enquanto para os alunos a internet apresentou maior relevância.

Em seguida, segundo e o terceiro termos mais evocados foram “flexibilidade” com $f=7$ e $OME=2,1$ e “usar tecnologia” com $f=6$ e $OME=2$, respectivamente. A palavra “flexibilidade” está relacionada com a maleabilidade e comodidade que o ensino remoto pode proporcionar aos professores, possibilitando-os ministrar aulas a distância, normalmente associado ao *locus* “casa” e organizar os horários mais convenientes. Um excerto apresenta a afirmação de um professor que associou a característica de flexibilidade à matriz curricular do curso.

Entendo que as graduações poderiam funcionar com a grade curricular contendo uma porcentagem *remota*. Professor 1, Doutor, 47 anos.

Esta fala sugerindo um percentual de atividades remotas, já é possível no ensino superior adotando um percentual de 20% das atividades semipresenciais desde que o curso apresente uma infraestrutura adequada e a proposta esteja formalmente registrada no projeto pedagógico do curso.

Esse mesmo vocábulo teve destaque na análise prototípica do grupo dos estudantes, encontrando-se também no Núcleo Central.

O vocábulo “usar tecnologia” pode estar associado à infraestrutura de rede e à adoção de determinada plataforma de ensino mediado por tecnologia, aqui o “ensino remoto”. A fala de um dos professores acrescentou um pontual contraste que se tornou comum durante a pandemia, as limitações impostas pela falta de infraestrutura nas residências.

[...] a falta de infraestrutura de apoio aos docentes tem sido um fator limitador, a universidade poderia pensar em alguma alternativa de apoio aos professores. Professor 2, Mestre, 45 anos.

Esse mesmo elemento também foi citado pelo grupo dos estudantes, e coincidentemente, posicionado no mesmo quadrante e com os mesmos valores de frequência e OME que o do grupo dos professores. Com isso, percebeu-se que ambos os grupos seguem uma linha de raciocínio semelhante em relação a esse tipo de ensino no que concerne à tecnologia e a flexibilidade.

Na Primeira Periferia, diferentemente do que foi apresentado pelo grupo dos estudantes, posicionaram-se três termos: o primeiro foi “atualização” com $f=6$ e $OME=3,7$; o segundo foi “aprendizagem” com $f=5$ e $OME=4$; o terceiro foi “interação” com $f=4$ e $OME=3,5$. O resultado apresentado demonstrou que, na percepção dos professores, é desafiante o trabalho remoto, principalmente para aqueles que nunca tiveram experiência com o EAD, pois envolve a aprendizagem das ferramentas tecnológicas existentes para ministrar aulas, exigindo que o professor se adapte e se atualize constantemente. Além disso, exige um maior dinamismo para os professores captarem e serem capazes de promover a interação entre os alunos remotamente. Todas as palavras apresentadas nessa periferia dão sustentação aos vocábulos do Núcleo Central, e nesse caso, complementam o principal termo do núcleo central: desafio.

Na Segunda Periferia, os elementos que mais se destacaram foram “Buscar Inovação” com $f=3$ e $OME=3,3$; “Dedicação” com $f=2$ e $OME=4$; “Tarefa” com $f=2$ e $OME=3$; “Dificuldade” com $f=2$ e $OME=4,5$; e “Superação” com $f=2$ e $OME=5$. Esse resultado aponta a necessidade de busca de inovação e de dedicação por parte dos professores, ao adaptarem seus métodos de ensino para que os alunos possam aprender melhor com as aulas *online*. Um excerto que apontou o uso de um aplicativo de comunicação instantânea como elemento de inovação para a comunicação.

A criação dos grupos de *WhatsApp* também contribuiu para a interação com os alunos. Apesar de não ser uma ferramenta institucional da Universidade, ajudou bastante na comunicação com os alunos. Professor 10, Doutor, 35 anos.

Pode-se inferir que a palavra “tarefa” está relacionada com as atividades que nesse formato tornam-se maiores, pois sem a possibilidade de aplicação de provas presenciais, o número de tarefas que os professores necessitam elaborar tende a aumentar significativamente.

Em seguida, entende-se que pelos termos “superação” e “dificuldade”, os professores possam estar se referindo às dificuldades encontradas com a nova rotina, que exige inovações, e/ou adaptações, que causam incerteza e insegurança, e que vencê-las não deixa de ser uma superação, ainda mais na fase de crise sanitária em que o mundo está vivendo, em especial o Brasil. Outro ponto que emergiu da análise das falas foi associado à falta de capacitação ou treinamento do professor nas ferramentas e sistemas institucionais ofertados pelas universidades.

O SIGAA é um ambiente que não traz leveza e nem resolutibilidade como está. Professor 12, Mestre, 54 anos.

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é uma solução compartilhada entre as instituições públicas do Brasil. O informatiza os procedimentos da área acadêmica e oferece um ambiente virtual de aprendizagem com turmas virtuais.

Na Zona de Contraste, encontraram-se os termos “remoto” com $f=3$ e $OME=1$; “mudança” com $f=2$ e $OME=2,5$; “qualidade” com $f=2$ e $OME=2,5$; e “ensino” $f=2$ e $OME=2,5$. Neste cerne posiciona-se o excerto.

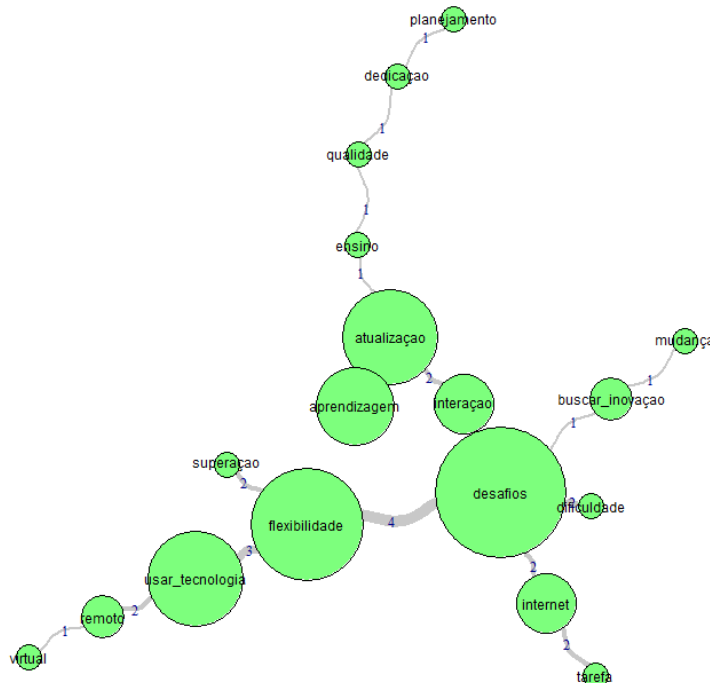
Estamos diante de uma **nova realidade** e, para isso, devemos pensar que a segurança e saúde de todos sejam prioridades, sendo possível no âmbito da universidade desenvolver o conhecimento e motivação aos alunos, mesmo com o ensino **remoto**. Professor 16, Mestre, 32 anos.

Diante da constatação de que o ensino remoto é uma novidade para muitos professores, esse modelo trouxe mudanças na forma de ensinar e de aprender, apesar de todas as dificuldades impostas por essa nova modalidade, a qualidade do ensino é algo a ser atingido. Santos & Mendonça, (2021) destacaram a necessidade de os professores utilizarem diferentes metodologias para reproduzir no ensino remoto, no sentido de aumentar o interesse e qualidade nas aulas.

4.2.2 Análise de similitude no grupo dos professores

O grafo apresentado na Figura 2 representa a árvore máxima das respostas. Foi gerada a partir das respostas ao termo indutor respondido pelo grupo dos professores. Pode-se observar a relevância e a conexão entre os termos evocados pelos entrevistados.

Figura 2 – Análise de similitude do grupo dos professores



De acordo com a Figura 2, notou-se que o termo “desafio” foi o elemento com maior relevância na análise. Isso demonstra que o ensino remoto é um grande desafio para os professores. O resultado obtido está em consonância com a análise prototípica desse grupo, onde a palavra “desafio” se encontrava no Núcleo Central.

Em segundo lugar, em termos de relevância e conexão, tem-se a palavra “flexibilidade”. Ela se conectou com “desafio” (4 associações), “usar tecnologia” (3 associações) e “superação” (2 associações). O termo “usar tecnologia” se conecta com “remoto” e “virtual”. A partir desses resultados, é possível entender que, na visão dos professores, usar tecnologia é um desafio e requer superação ao mesmo tempo em que proporciona flexibilidade em sua rotina (Souza et al., 2020). Esse dinamismo só é permitido por causa do acesso remoto as aulas, com o auxílio do uso das ferramentas tecnológicas pedagógicas para aulas remotas (E. A. dos Santos et al., 2021).

A palavra “interação” está conectada a “atualização” que possui uma conexão com “aprendizagem” e “ensino”, e esta por sua vez, se liga a “qualidade” que se junta a “dedicação” que se interliga a “planejamento”. Com isso, pode-se afirmar que, na percepção dos professores, manter a interação dos alunos requer constante atualização, aprendizagem, planejamento, dedicação, e que, todos esses elementos juntos, proporcionariam um ensino de qualidade aos alunos.

5 CONCLUSÕES

Diversas dificuldades e adaptações enfrentadas no ensino remoto durante a pandemia do coronavírus foram discutidas na revisão de literatura e confirmada também no estudo. É notório o impacto causado nas práticas docentes, na aprendizagem dos estudantes, e na adoção maciça das TICs durante as aulas remotas.

Ao avaliar a percepção dos professores e estudantes, este estudo pôde apresentar evidências das associações das evocações dos participantes e permitiu a prospecção de inferências capazes de apresentar a situação do ensino remoto nos cursos de ciências contábeis na universidade pública do Maranhão.

Os principais desfechos evidenciados pelos professores e alunos foram a preocupação com ensino remoto, destacando os desafios, necessidade de rápida atualização, mudanças na aprendizagem pela dinâmica dos ambientes virtuais, busca de elementos de inovação, uso intensivo de internet, novos recursos tecnológicos, dentre outras dificuldades enfrentadas para que as atividades pedagógicas pudessem ser realizadas de forma remota, em um momento atípico causado pela pandemia.

Os resultados dos professores, assim como dos estudantes, nas representações sociais detalharam as dificuldades iniciais com as aulas remotas. Os desafios originados pela nova experiência no curso de ciências contábeis, antes puramente presencial, que teve de transitar rapidamente para um ensino remoto e híbrido. As evocações dos núcleos centrais das representações sociais demonstram que o peso se concentrou nos elementos de transição, que tiveram de ser adaptados: os recursos pedagógicos tecnológicos do ensino remoto e o modo de ensinar.

Enquanto para os alunos, a análise de similitude refletiu as limitações tecnológicas e as novas exigências de disciplina e adaptação ao novo modelo ainda em desenvolvimento. Para os professores a análise de similitude despertou os desafios de mudança na didática associada à necessidade de adaptação, atualização em tecnologia e busca de inovação. O problema é que tudo isto teve de ser feito pelos docentes sem autorreflexão e retroalimentação do modelo, podendo-se comparar a uma manutenção de motor de avião durante o voo e com as turbinas em operação.

O uso de recursos pedagógicos tecnológicos constituiu uma mudança impactante no modelo didático das aulas do curso de Ciência Contábeis. Ficou evidente aos atores que muitos costumes antigos tiveram de ser superados e que o momento ainda pede ajustes neste cenário, porém, ao que tudo indica, parece ser um caminho sem volta.

Neste sentido, considera-se que o artigo trouxe contribuições para os alunos, professores e gestores. Para os alunos, como ele abordou o ensino remoto, um instrumento que teve e terá sua importância no ensino e aprendizagem de Ciências Contábeis com o uso dos recursos tecnológicos e mostrando-se como mais uma ferramenta de potencialização do ensino presencial. No que se refere aos professores, sendo uma ferramenta que vem somar no desenvolvimento da mediação do ensino e aprendizagem, com as experiências adquiridas no período da pandemia. Para os gestores, interessados no desenvolvimento em estruturar o ensino remoto como uma nova estratégia para garantir a qualidade do ensino e aprendizagem. É importante identificar como o uso dos recursos tecnológicos pedagógicos contribuíram na Ciências Contábeis, não é substituição das aulas presenciais, sendo mais um mecanismo de apoio estratégico. No momento da pandemia, foi uma solução para manter o distanciamento social. Após, aproveitamento de toda competência adquirida para desenvolver qualidade no ensino de contabilidade.

Por fim, como limitação do estudo, os resultados refletem o cenário do curso de ciências contábeis em uma universidade pública do Maranhão e não podem ser generalizados.

Com base nas contribuições e limitações também retratam novas oportunidades de estudo na ampliação do foco de pesquisa, abordando professores e alunos e identificando como ensino remoto pode ser aplicado no ensino presencial. Outro estudo, pesquisa comparação entre o ensino remoto e o ensino presencial, analisando pontos positivos e negativos para identificar a qualidade no ensino proposto.

REFERÊNCIAS

- [MEC] Ministério da Educação e Cultura. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 (2020). Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília/DF.
- [MEC] Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 343 de março de 2020, Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. (2020). Brasil: Brasília/DF.
- Abric, J.-C. (2005). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. In Jean-Claude Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (p. 59–80). Toulouse, France: Érès. <https://doi.org/https://doi.org/10.3917/eres.abric.2003.01.0059>
- Almeida, M. E. B. de. (2003). Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. *Educação e Pesquisa*, 29(2), 327–340. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29829210>
- Alves, E. J., Castro, F. de J., Vizolli, I., Arantes Neto, M. de S., & Nunes, S. G. da C. (2020). Impactos da Pandemia CoViD-19 na Vida Acadêmica dos Estudantes do Ensino a Distância na Universidade Federal do Tocantins. *Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, 4(2), 19–37. <https://doi.org/10.20873/uft.2526-8031.2020v4n2p19>
- Arruda, J. S., & Siqueira, L. M. R. de C. (2021). Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. *Revista do PEMO*, 3(2), 1–12. <https://doi.org/https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.4292>
- Barbosa, A. M., Viegas, M. A. S., & Batista, R. L. N. F. F. (2020). Aulas presenciais em tempos de pandemia: relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Revista Augustus*, 25(51), 255–280. <https://doi.org/10.15202/1981896.2020v-25n51p255>
- Bispo, P. A. (2020). Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação Superior em tempos de Pandemia: os novos desafios no enfrentamento ao Ensino Remoto. *Revista Fatec de Tecnologia e Ciências RFTC*, 4(2004), 1–16.
- Broilo, L., & Broilo Neto, G. (2021). Pandemia 2020 e a EaD: o impacto do Covid-19 no ensino brasileiro. *Educação, Cultura e Comunicação (Eccom)*, 12(23), 139–150.
- Correia, J. C., & Joia, L. A. (2014). A Representação Social das Competências Essenciais aos CIOs sob a Perspectiva dos Profissionais de TI. *Encontro da ANPAD - EnANPAD*, 38, 1–16.
- Coutinho, M. da P. de L., & Bú, E. do. (2017). A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux. *Revista Campo do Saber*, 3(1), 219–243.
- Donato, S. P., Ens, R. T., Favoreto, E. D. de A., & Pullin, E. M. M. P. (2017). Abordagem estrutural das representações sociais: da análise de similitude ao grupo focal, uma proposta metodológica. *Educação e Cultura Contemporânea*, 14(37), 367–394. <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20170053>
- Farinha, C. A. (2020). Os Modos de Vida e a Quarentena da CoViD-19. *Brazilian Journal of Policy and Development*, 2(4), 147–163. <https://doi.org/10.52367/brjpd.2675-102x.2020.2.4.147-163>
- Guerra, G. C. M., Shinzaki, K., Ichikawa, E. Y., & Sachuk, M. I. (2011). A representação social da profissão de contador na perspectiva dos profissionais da contabilidade. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 5(12), 157–171. <https://doi.org/10.11606/rco.v5i12.34799>
- Martins, B. A., & Rangni, R. de A. (2020). A COVID-19 sob a ótica de professores da educação superior no Brasil. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)*, 6, 1–17. <https://doi.org/10.31417/educitec.v6.1407>
- Morais, I. B. de A., Carvalho, G. C. G., & Brito, M. do C. A. (2020). South American Development Society Journal. *South American Development Journal Society (SADSJ)*, 6(18), 191–205. <https://doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v3i7p50-67>
- Moreira, J. A. M., Henriques, S., & Barros, D. (2020). Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia Moving. *Revista Dialogia*, (34), 351–364.
- Moscovici, S. (2004). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris cedex 14, France: Presses Universitaires de France. <https://doi.org/10.3917/puf.mosco.2004.01>
- Pereira, F. da C., Lopes, T. de A. M., Bortoluzzi, V. I., Londero, F. T., & Marques, I. L. (2020). UFN Digital e o ensino remoto em 2020: planejamento administrativo-pedagógico e desenvolvimento das atividades acadêmicas. *Disciplinarum Scientia - Ciências Sociais Aplicadas*, 16(2), 31–45. <https://doi.org/10.37778/dscsa.v16i2.3648>
- Rabaiolli, J., & Hansen, F. (2020). Experiências em ensino remoto de publicidade e propaganda na pandemia da Covid-19. *Comunicação & Educação*, 25(2), 169–183. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v25i2p169-183>
- Sallaberry, J. D., Santos, E. A. dos, Bagatoli, G. C., Lima, P. C. M., & Bittencourt, B. R. (2020). Desafios docentes em tempos de isolamento social: estudo com professores do curso de Ciências Contábeis. *Revista Docência do Ensino Superior*, 10, 1–22. <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.24774>
- Santos, E. A. dos, Campos, G. H. F. de, Sallaberry, J. D., & Santos, L. M. R. dos. (2021). Experiências com o ensino remoto e os efeitos no interesse e na satisfação dos estudantes de ciências contábeis durante a pandemia da SARS-CoV-2. *Revista Gestão Organizacional RGO*, 14(1), 356–377. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v14i1.5711>
- Santos, G. A. dos, & Mendonça, M. de M. S. (2021). Pandemia e o Ensino Remoto: uma reflexão acerca da vivência afetivo-emocional dos estudantes. *Revista Educação e Humanidades*, 2(1), 110–131.

- Santos Junior, V. B. dos, & Monteiro, J. C. da S. (2020). Educação e CoViD-19: As Tecnologias Digitais mediando a aprendizagem em tempos de Pandemia. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade*, 2(1), 01–15. <https://doi.org/10.46375/encantar.v2.0011>
- Saraiva, K., Traversini, C., & Lockmann, K. (2020). A educação em tempos de COVID-19 : ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, 15(e2016289), 1–24. <https://doi.org/https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16289.094>
- Schmitt, D. C., Bugalho, D. K., & Kruger, S. D. (2021). Percepções docentes e às estratégias de ensino-aprendizagem durante o isolamento social motivado pelo COVID-19. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 20, e3133. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202131331>
- Souza, A. A. de, Martins, M. M. N. da S., Nascimento, L. M., Pinto, S. M. da C., & Ribeiro, S. F. (2020). O Lockdown da Covid-19 e a busca por uma vida acadêmica numa universidade pública em 2021. *Revista Científica (REN9VE) Campus XIX - UNEB*, 1(1), 7–19. <https://doi.org/10.52302/ren9ve.2679-0479.2020.v1.n1.7>
- Tavares, D. W. da S., Brito, R. C. de, Córdula, A. C. C., Silva, J. T., & Neve, D. A. de B. (2014). Protocolo verbal e teste de associação livre de palavras: perspectivas de instrumentos de pesquisa introspectiva e projetiva na ciência da informação. *Ponto de Acesso*, 8(1), 64–79.
- Vergara, S. C. (2016). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (16 ed.). São Paulo: Atlas Editora.
- Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: Une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. / The evocation of money: A method for defining the central core of a representation. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 203–209.
- Vergès, P., Tyszka, T., & Vergès, P. (1994). Noyau central, saillance et propriétés structurales. *Papers on Social Representations. Papers on Social Representations - Textes sur Représentations Sociales*.
- Wachelke, J., & Wolter, R. (2011). Criteria related to the realization and reporting of prototypical analysis for social representations. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 521–526. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400017>

IMPACTOS DA PANDEMIA: FATORES QUE EXPLICAM A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA NO CONTEXTO DO COVID-19.

PANDEMIC IMPACTS: FACTORS EXPLAINING VOLUNTARY DISCLOSURE IN THE CONTEXT OF COVID-19.

O artigo foi aprovado e apresentado na XIII Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, realizado de 22/09/2021 a 24/09/2021, em Minas Gerais (MG), sendo premiado com o 1º lugar na categoria Iniciação Científica no Prêmio Internacional Antônio Lopes de Sá edição 2021.

O artigo foi aprovado e apresentado na 11ª Semana de Integração Acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizado de 14/02/2022 a 18/02/2022, no Rio de Janeiro (RJ), recebendo o certificado de Menção Honrosa.

RESUMO

A COVID-19 afetou diversos setores econômicos e os seus impactos ainda são considerados incertos. Nesse sentido, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 02/20 com orientações para as empresas de capital aberto brasileiras divulgarem nos fatos relevantes, os possíveis impactos da pandemia em suas atividades. Esse estudo tem como objetivo identificar o que motivou as empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3 a divulgarem informações voluntárias sobre a pandemia. Para isso, foram coletados manualmente os fatos relevantes divulgados pelas empresas sobre o COVID-19 no período de 01/01/2020 até 31/08/2020. As demais informações necessárias para o estudo foram obtidas através da base de dados CAPITAL IQ. Entre as 356 empresas brasileiras de capital aberto selecionadas, apenas 282 possuíam informações desejáveis para realização do estudo. Nesse sentido, foram formuladas nove hipóteses com intuito de explicar a divulgação voluntária por parte das empresas analisadas, que foram testadas a partir de análises estatísticas, univariada e multivariada, utilizando o método de regressão logística com apoio do software *Stata 15*. As hipóteses englobam informações individuais de cada empresa, sendo elas: auditoria, acionista controlador, setor, tamanho, internacionalização, governança corporativa, endividamento e rentabilidade. A hipótese setor apresenta-se como um diferencial no estudo, pois, segundo o Ministério da Economia, alguns setores foram mais impactados que outros durante a pandemia. Os resultados obtidos através da análise multivariada mostram que as variáveis setor, que se refere aos setores mais impactados pela pandemia, tamanho e rentabilidade (ROA) foram significantes para explicar a divulgação voluntária na pandemia. A principal contribuição do estudo consiste na evidência das variáveis que explicam a divulgação voluntária. Entretanto, o fato de estar situado em um momento atípico que gerou uma crise social e econômica global confere para que o trabalho tenha maior relevância.

Palavras-Chave: Divulgação Voluntária, COVID-19, Pandemia.

ABSTRACT

The COVID-19 has affected several economic sectors and its impacts are still considered uncertain. In this sense, the Securities and Exchange Commission of Brazil (SEC) released the Circular Letter SEC/SNC/SEP 02/20 with guidelines for Brazilian publicly traded companies to disclose in their relevant facts, the possible impacts of the pandemic on their activities. This study sought to identify what motivated the publicly traded companies listed in B3 to voluntary disclosure information about pandemic. To this end, the relevant facts disclosed by the companies about COVID-19 were manually collected in the period from 01/01/2020 to 08/31/2020. The other information needed for the study were obtained through the CAPITAL IQ database. Among the 356 publicly traded Brazilian companies selected, only 282 had desirable information to carry out the study. In this sense, nine hypotheses were formulated to explain the voluntary disclosure by the analyzed companies, which were tested through statistical analysis, univariate and multivariate, using the logistic regression method with the support of the software "Stata 15". The hypotheses encompass individual information for each company, being them: audit, controlling shareholder, sector, size, internationalization, corporate governance, indebtedness, and profitability. The sector hypothesis presents itself as a differential in the study, since according to the Ministry of Economy, some sectors were more impacted than others during the pandemic. The results obtained through multivariate analysis show that the variables sector, which refer to the most impacted sectors by the pandemic, size and profitability (ROA) were to significant to explain voluntary disclosure in the pandemic. The main contribution of the study consists in the evidencing variables that explain the voluntary disclosure. However, the fact of being placed on an atypical moment that generated a global social and economic crisis contributes to make the work more relevant.

Keywords: Voluntary Disclosure, COVID-19, Pandemic.

Clarissa Gonçalves de Almeida

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista PIBIC/CNPQ. E-mail: clarissa_gov@hotmail.com. Endereço: Av. Horácio Macedo, 2151 - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-917. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9410-6153>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0639957156445216>

Thiago de Abreu Costa

Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é professor adjunto do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor Colaborador do Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da UFRJ. Atua como pesquisa em Contabilidade Financeira, com ênfase em normas internacionais de contabilidade (IFRS) e qualidade da informação contábil. E-mail: thiago@facc.ufrj.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1366-7547>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2454010269319264>

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficou marcado pela disseminação de um novo vírus que afetou o mundo de maneira social e econômica. A COVID-19 surgiu na China, na província de Wuhan no ano de 2019 e por ser um vírus de fácil transmissibilidade se espalhou pelo mundo em pouco tempo forçando a paralisação de diversos setores econômicos. No Brasil, o primeiro caso importado só foi detectado em fevereiro do ano de 2020 e por ser um país de dimensões continentais cada estado adotou medidas para minimizar a disseminação do vírus.

A principal medida de segurança para evitar a disseminação da COVID-19 no Brasil foi o distanciamento social. Esse cenário se intensificou ainda mais após o dia 11 de março de 2020 quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a COVID-19 ao status de pandemia. Sendo assim, diversas cidades e estados brasileiros determinaram o fechamento de setores que causassem aglomerações e fossem possíveis locais de propagação do vírus. Consequentemente, lugares como instituições de ensino, shoppings, restaurantes, hotéis e praças de lazer fecharam as portas sem previsões para retorno. Assim, possivelmente, houve impactos aos resultados financeiros dessas empresas.

Portanto diversas empresas brasileiras podem ter sofrido perdas financeiras provenientes das medidas de segurança adotadas para evitar a disseminação da pandemia. Dessa maneira, espera-se que haja diferenças nas projeções que já haviam sido divulgadas pelas instituições pois a produção de bens ou fornecimento de serviços não será correspondente as expectativas que haviam sido projetadas anteriormente devido a implementação do isolamento social.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ciente da possibilidade de impacto econômico, publicou o Ofício-Circular 02/2020 que sugere às companhias abertas considerar os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios. Ou seja, divulgar, quando necessário, fatos relevantes, projeções e estimativas relacionados aos riscos da pandemia do coronavírus na elaboração do formulário de referência.

Entende-se que a discricionariedade na divulgação de informações em um momento de crise pode ser um problema, já que quando essa ocorre voluntariamente, as empresas podem selecionar o que desejam ou não publicar. Segundo Verrecchia (2001), se a informação não for obrigatória e não trazer benefícios imediatos e expressivos para a empresa, a opção será sempre pela não divulgação. Este pensamento corrobora Dye (2001) na teoria dos jogos, a qual ressalta que a empresa só divulgará informações favoráveis sobre si. É notório que nesse momento de pandemia, muitas empresas foram impactadas negativamente, conduzindo-as para a não divulgação de informações. Dessa maneira, o objetivo do artigo é identificar o que motivou as empresas brasileiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3) a divulgarem informações voluntárias sobre a pandemia por meio de seus fatos relevantes.

As principais diferenças deste artigo para outros estudos é a abordagem dos fatos relevantes divulgados pelas empresas, considerando-os uma excelente fonte de divulgação voluntária. Os fatos relevantes possuem informações variadas como informações financeiras, trabalhistas, de gerenciamento, recuperação da empresa, possíveis estimativas de ganhos e perdas, entre outros. Por isso, utilizar fatos relevantes para uma pesquisa acadêmica enriquece o conteúdo e comporta em uma série de questionamentos sobre divulgação, ou sua ausência.

Assim, o momento atípico vivenciado devido a pandemia da COVID-19 tornou-se um importante cenário que possibilitou avaliar a maneira com que as empresas reagem à crises e ao estabelecimento de normas discricionárias. Com isso, por meio de suas publicações as entidades tiveram a possibilidade de saciar a assimetria informacional dos usuários sobre o ambiente interno da empresa e o tipo de estratégia de gerenciamento de crises adotado. Verrecchia (2001) argumenta que podem existir limitações para uma empresa divulgar informações, como por exemplo o custo de produção da informação.

Já foram formulados diversos trabalhos que visavam explicar o que influenciava o nível de divulgação voluntária das empresas. Porém, nenhum deles estava situado em um momento de crise social e econômica global como o do coronavírus. Além disso, a pandemia se tratou de um evento em um mundo marcado pela globalização que facilita a interação entre indivíduos, bem como integra economias globais que são mutuamente afetadas. Dessa forma, o estudo contribui para a evidência dos setores que mais divulgaram fatos relevantes sobre a COVID-19, e consequentemente, a constatação por meio de hipóteses de fatores que explicam a divulgação voluntária no contexto da pandemia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A respeito da divulgação voluntária, é de grande importância analisar as teorias já publicadas sobre o assunto. Segundo Murcia e Santos (2009), é necessário estabelecer uma relação entre a divulgação contábil e suas consequências, pois sem uma motivação econômica o estudo da divulgação voluntária está sujeito apenas a opiniões.

O trabalho mais utilizado para analisar a divulgação voluntária é o de Verrecchia (2001), que foi escrito devido à ausência na época de uma teoria que englobasse todos os tipos de divulgação e que pudesse situar os trabalhos sobre o *disclosure* realizado pelas empresas. Nesta perspectiva, Verrecchia (2001) criou categorias para investigar a divulgação, sendo elas: divulgação baseada em associação, divulgação baseada em julgamento (discricionariedade) e pôr fim a divulgação baseada em eficiência.

A divulgação baseada em associação se refere ao *disclosure* como um veículo que possibilita a mudança. Logo, essa busca analisar o ato de divulgar informações e os possíveis efeitos nos usuários, caracterizando assim a divulgação como um processo exógeno. Tratando-se da divulgação baseada em julgamento, o processo de divulgação é descrito

como um ato controlado por empresas e seus gestores, que estão sempre atrás de incentivos para divulgar. Dessa forma, a divulgação é classificada como um processo discricionário e endógeno. Por fim, a divulgação baseada em eficiência aborda o caráter de preferência contida na informação que será divulgada. Desse modo, em determinadas situações em que não existe conhecimento prévio sobre algo, uma determinada informação pode ser mais requisitada do que outra por parte dos usuários.

O presente artigo utiliza a divulgação baseada em julgamento já que o trabalho foca nos aspectos internos que conduziram as empresas e seus gestores à divulgarem informações voluntárias sobre a pandemia da COVID-19, sendo assim classificada como discricionária. A divulgação discricionária de uma empresa é classificada como endógena, pois abrange os incentivos econômicos que conduziram a firma e os gestores à divulgarem, ou não, informações (Verrecchia, 2001). Para o autor, o principal fator que leva uma empresa a divulgar voluntariamente uma informação sobre si é o fato de a informação ser benéfica e trazer vantagens imediatas para a firma. Nesse sentido, é válido observar que a produção de informações gera custos para empresa e por isso optar por divulgar algo voluntariamente está, geralmente, associado a expectativa de possíveis retornos econômicos. Para Dye (2001), esse seria um caso especial da Teoria dos Jogos, em que a empresa só divulga informações favoráveis e que tragam retornos para a instituição.

A divulgação pode ser evidenciada de duas maneiras: obrigatória e voluntária. A divulgação obrigatória advém de regulamentação específica, geralmente normas impostas pelo governo ou outro órgão regulador como BACEN, ANEEL, e SUSEP. Em contrapartida, a divulgação voluntária engloba informações que não possuem obrigatoriedade de publicação e, por isso, estariam acima do nível de divulgação regulamentada por alguma entidade governamental (Rufino & Machado, 2016).

Nenhuma das teorias sobre *disclosure* voluntário seriam viáveis se não houvesse indivíduos interessados nas informações. Freeman (1984) afirma que *stakeholder* é qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar a obtenção dos objetivos organizacionais ou que é afetado pelo processo de busca destes objetivos. Sendo assim, o grupo de *stakeholders* incluiria acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade. (Boaventura, Cardoso, Silva, & Silva, 2009)

Clarkson (1995) assegura que um dos fatores que permitem a sobrevivência de uma empresa é a sua capacidade de gerar satisfação para os *stakeholders*. Nesta perspectiva, em um momento de incertezas certamente torna-se difícil satisfazer as necessidades dos usuários e por isso as empresas tendem a omitir informações. Entretanto, a partir de um determinado momento é melhor divulgar informações negativas do que permitir aos usuários deduzirem informações, pois a tendência será sempre a visualização do pior cenário sobre a firma (Verrecchia, 2001). Uma estratégia utilizada pelas empresas para minimizar esses aspectos negativos é o gerenciamento de impressões, que consiste em passar uma informação de forma positiva mesmo quando ela aborda um conteúdo negativo. Assim é possível que a instituição não deixe de divulgar, mas também não absorva totalmente os efeitos negativos da divulgação de informações.

Alguns estudos foram formulados no Brasil visando estabelecer uma relação entre divulgação voluntária e as possíveis motivações que direcionam uma firma a divulgar voluntariamente informações. Entre eles encontra-se o estudo de Murcia e Santos (2009) que buscou identificar os fatores que determinam o nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas brasileiras. Utilizou-se uma amostra que continha as 100 maiores empresas não financeiras da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Os autores concluíram que as hipóteses setor, internacionalização, tamanho e governança corporativa contribuem para o nível de divulgação voluntária.

Outro estudo que analisou os fatores que explicam a divulgação voluntária nas empresas foi o de Rufino e Monte (2014). O artigo analisou os determinantes da divulgação de informações voluntárias nas 100 empresas não-financeiras com as ações mais negociadas em 2012. Foram utilizadas as variáveis de rentabilidade, tamanho, sustentabilidade, endividamento, internacionalização, concentração acionária, regulamentação e setores. Nesse caso, apenas as variáveis rentabilidade, tamanho e sustentabilidade mostraram-se fatores determinantes da divulgação voluntária das empresas, diferente de estudos anteriores, como o de Murcia e Santos (2009), que obtiveram outras variáveis sendo classificadas como relevantes ao ato da divulgação.

A partir disso, surgiram novas análises sobre a divulgação voluntária no contexto empresarial brasileiro, que incluem variáveis sociais e de sustentabilidade. Sendo assim, o trabalho de Rufino e Machado (2016) buscou, nessa perspectiva, identificar os fatores determinantes da divulgação voluntária de informações de caráter social das empresas brasileiras no período de 2010 a 2012. Para isso, utilizou-se as 100 empresas da BM&Bovespa com ações mais negociadas no ano de 2012 analisando as informações referentes a tamanho, concentração acionária, rentabilidade, *leverage* (alavancagem), setor regulado e reputação. Percebe-se que, mesmo sendo um estudo voltado para o lado social das firmas, algumas variáveis também estavam presentes em estudos anteriores, como o de Murcia e Santos (2009) e Rufino e Monte (2014). Desse modo, constatou-se que apenas as hipóteses de tamanho da empresa, rentabilidade, reputação e setor regulado foram relevantes para a divulgação voluntária social. Além disso, os autores afirmam que os *stakeholders* podem influenciar a divulgação das empresas.

O estudo de Rover, Tomazzia, Murcia e Borba (2012) também contribuiu para a inserção de novas perspectivas dentro dos trabalhos sobre divulgação voluntária realizadas por firmas brasileiras, pois analisou o aspecto ambiental por trás das divulgações. Dessa maneira, os autores realizaram uma pesquisa para identificar os fatores que determinam a divulgação ambiental pelas empresas brasileiras potencialmente poluidoras. Foram analisadas as demonstrações financeiras padronizadas (DFPs) e os relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007 das empresas abertas com ações listadas na Bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) e pertencentes a setores de alto impacto ambiental. Nesse

estudo, apenas as variáveis de tamanho da empresa, auditoria e sustentabilidade foram relevantes.

Partindo para a divulgação voluntária no contexto da pandemia da COVID-19 o trabalho formulado Nascimento, Poltronieri e Teixeira (2020) visou demonstrar uma perspectiva geral do impacto da pandemia em notas explicativas divulgadas pelas empresas, além de sugerir melhorias na divulgação. Foram selecionadas as 100 maiores empresas de capital aberto, sendo que apenas 38 haviam divulgado notas explicativas até o momento da coleta. O artigo observou que as informações contidas nas notas explicativas eram extremamente limitadas e careciam de mais conteúdos, principalmente as que incluíam os gastos relacionamentos a prevenção da COVID-19 nas companhias.

Seguindo a linha de divulgação voluntária na pandemia, o trabalho de Barbosa, Silva, Bonfim e Soares (2020) buscou identificar como a pandemia afetou as projeções divulgadas nos fatos relevantes pelas empresas de capital aberto brasileiras. Foram analisados fatos relevantes das firmas no período de Janeiro a Agosto de 2020 e selecionados os que continham termos como: previsão, projeção, estimativa, *guidance* e *predict*. Os autores perceberam que houve um aumento da divulgação de fatos relevantes após a OMS declarar que a COVID-19 havia evoluído para status de pandemia. Além disso, ficou constatado que alguns setores divulgaram mais que outros.

O estudo Barbosa et al. (2020) corrobora o artigo de Avelar e Ferreira (2020), no qual se analisa os efeitos da COVID-19 no desempenho econômico-financeiro das companhias abertas brasileiras e as medidas para minimizá-los. A amostra utilizada foi de 354 empresas de capital aberto em que somente 60 delas haviam feito algum tipo de divulgação. Dentre as divulgações selecionadas estavam: fatos relevantes sobre a COVID-19, divulgações relacionadas ao nível de governança corporativa, dados econômico-financeiros e preço das ações no período de fevereiro a março de 2020. Constatou-se, assim como no estudo Barbosa et al. (2020), que setores distintos foram afetados de forma diferente. Além disso, o nível de governança corporativa, no caso em questão, não influenciou uma maior quantidade de divulgação de informações. Relacionado a isso, os autores afirmam que divulgar mais informações não garantiu que empresas tivessem menores perdas.

Até o momento existem poucas pesquisas sobre a divulgação voluntária relacionado à COVID-19. Entretanto, alguns estudos como os de Viana Junior e Lourenço (2020) e Silva, Souza e Costa (2020) analisaram as possíveis manipulações no discurso realizado pelas empresas que durante muito tempo vem sendo utilizado em seus relatórios e demonstrações contábeis a fim de minimizar possíveis impactos. A consequência de atos como estes refletem na desinformação causada aos usuários da informação. Estratégias assim corroboram certamente com o estudo de Dye (2001) pois reafirma que as empresas tendem a não divulgar informações desfavoráveis sobre si, e quando são pressionadas a publicar manipulam o discurso de modo que as informações se tornem ao menos semanticamente favoráveis.

3 METODOLOGIA

3.1 Seleção da Amostra

Para alcançar o objetivo desse estudo, foram selecionadas inicialmente 356 empresas de capital aberto brasileiras listadas na Bolsa de Valores do Brasil (B3) no ano de 2020. A escolha por empresas de capital aberto se refere por terem recebido orientações da CMV para considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem em suas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis e de auditoria aplicáveis. Adicionalmente, as companhias deveriam avaliar a necessidade de divulgação de fato relevantes. Dessa maneira, os dados para constituir a amostra do estudo foram obtidos no site da CMV, a partir da consulta das empresas que haviam divulgado, ou não, fatos relevantes sobre a COVID-19 no período de 01/01/2020 até 31/08/2020. Sendo assim, a coleta de fatos relevantes foi feita de forma manual e o seu registro aconteceu somente após uma análise específica buscando palavras como: COVID-19, SARS e pandemia. Deve-se destacar que esse procedimento foi necessário devido à ausência de uma base de dados que possuísse todas as informações necessárias para a pesquisa. Após isso, foi utilizada a base de dados CAPITAL IQ referente ao ano de 2019 e coletadas as demais informações necessárias para a pesquisa.

De um total de 356 empresas de capital aberto brasileiras analisadas, foram excluídas 74 pois não continham as informações necessárias para a realização da pesquisa (informações contábeis). Dessa maneira, restaram 282 das quais poderiam ter divulgado, ou não, fatos relevantes sobre a COVID-19. Dentre essas, 157 divulgaram fatos relevantes e 125 não divulgaram fatos relevantes. Como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Composição da Amostra do Estudo

Composição da Amostra do Estudo		
Quantidade de empresas de capital aberto	356	100,00%
(-) Empresas que não continham informações desejáveis	74	20,79%
(=) Amostra final do Estudo	282	79,21%
Empresas que divulgaram informações sobre o COVID-19	157	55,67%
Empresas que não divulgaram informações sobre o COVID-19	125	44,33%

Fonte: Dados elaborados pelos autores (2021).

De um total de 282 empresas, 157 (56%) delas divulgaram informações sobre a COVID-19, dentre as quais 39 empresas (25%) pertenciam a setores mais impactados. Assim, percebe-se uma tendência a divulgações voluntárias mesmo por parte de empresas que não estavam nos setores mais impactados.

3.2 Análise Univariada

A análise univariada foi realizada através do teste de diferença de média para variáveis métricas e teste de proporção para variáveis *dummy*. Inicialmente, foi realizado o teste *Shapiro Wilk* para detectar a normalidade das variáveis métricas do estudo. Assim, foi detectado que as variáveis não possuíam um padrão de normalidade e logo surge o condicionamento para o teste de diferenças de médias não paramétricos (*Mann-Whitney U*) para verificar se existem diferenças estatísticas significativas entre as variáveis representativas dos incentivos que levaram as empresas a divulgarem informações sobre a pandemia.

As hipóteses utilizadas para os testes de diferença de média foram:

H_0 – Não existem diferenças significativas entre a métrica contábil (*proxies*) para empresas que divulgaram fatos relevantes sobre a COVID-19 e empresas que não a divulgaram..

H_1 - Existem diferenças significativas entre a métrica contábil (*proxies*) para empresas que divulgaram fatos relevantes sobre a COVID-19 e empresas que não a divulgaram.

Em seguida, foi realizado o teste qui-quadrado com objetivo de verificar se existem diferenças de proporções entre as empresas para cada uma das variáveis *dummies* do estudo, que são: (a) possuem o nível de governança corporativa denominado Novo Mercado; (b) emitiram *American Depositary Receipts* (ADR); (c) são auditadas por 'Big Four'; (d) pertencem aos setores mais impactados pela pandemia; (e) são reguladas.

Desse modo, o teste de diferença de proporções busca indicar se existem diferenças de proporções entre as empresas que optaram, ou não optaram, pela divulgação voluntária de fatos relevantes relacionados a pandemia em relação às variáveis *dummies* utilizadas no estudo.

As seguintes hipóteses foram testadas utilizando o teste de proporções:

H_0 – Não existem diferenças na proporção de empresas que divulgaram ou não divulgaram informações sobre a COVID-19 de acordo com o grupo analisado.

H_1 - Existem diferenças na proporção de empresas que divulgaram ou não divulgaram informações sobre a COVID-19 de acordo com o grupo analisado.

3.3 Análise Multivariada

Foi utilizada a análise multivariada (regressão logística) para verificar quais são os incentivos que influenciaram as empresas a divulgarem informações sobre a pandemia do COVID-19 através de fatos relevantes. Silva (2008) afirma que o modelo *logit* é muito utilizado em estudos sobre escolha contábeis, visto que a variável dependente pode ser mensurada de forma categórica para dois grupos. A regressão proposta no estudo utilizou dados em corte (*cross sectional*) considerando os dados do ano de 2020.

O modelo utilizado nesse estudo foi:

$$DIV_i = \beta_0 + \beta_1 AUDIT_i + \beta_2 CONTROL_i + \beta_3 TAMANHO_i + \beta_4 SETOR_i + \beta_5 RENT_i + \beta_6 INTERN_i + \beta_7 GOVERNANCA_i + \beta_8 ENDIV_i + \epsilon_i$$

A variável dependente, DIV, é uma variável dicotômica (*dummy*), uma vez que as empresas puderam optar pela divulgação ou não sobre os impactos ocorridos nas atividades devido à presença da COVID-19. Dessa forma, foi atribuído 0 (zero) para empresas que não divulgaram informações sobre a COVID-19 e 1 (um) para aquelas que as divulgaram. Sendo assim, a não divulgação de informações sobre a pandemia é o método mais conservador. As variáveis explanatórias (independentes) presentes no modelo, as definições (*proxies*) escolhidas e o sinal esperado para cada uma delas estão descritas na Tabela 2.

Considerando que as variáveis tamanho, rentabilidade e setor possuem duas definições operacionais cada, além de uma correlação alta e estatisticamente significativa; foram testados modelos alternando às referidas variáveis, objetivando atingir todas as combinações possíveis com as variáveis propostas.

A respeito dos setores regulados, considerou-se 38 empresas do setor elétrico e 22 do setor bancário, que representa 21,28% da amostra final do estudo. Vale ressaltar, que nesse estudo, não há empresas pertencentes ao ramo de seguridade. Partindo para a classificação por setores impactados, foram considerados os setores mais atingidos pela pandemia, segundo o Ministério da Economia (2020) que são: transporte, tecidos vestuários e calçados, automóveis e motocicletas, hotéis e restaurantes, viagens e lazer, comércio e exploração de imóveis.

Tabela 2 - Operacionalização das variáveis independentes

Variável	Sigla	Definição	Sinal esperado
Controlador	Control	Participação percentual do maior acionista no capital da empresa	(-)
Auditoria	Audit	1 se a empresa for auditada por uma 'Big Four' 0 se a empresa não for auditada por uma 'Big Four'	(+)
Setor	Setor	1 se a empresa pertencer a um setor impactado pela pandemia de acordo com Ministério da Economia 0 se a empresa não pertence a um setor impactado pela pandemia de acordo com Ministério da Economia	(+)
	Reg	1 se a empresa pertencer a um setor regulado 0 se a empresa não pertencer a um setor regulado	(+)
Tamanho	Tam_At	Logaritmo natural do ativo total	(+)
	Tam_Rec	Logaritmo Natural da receita total	(+)
Internacionalização	Intern	1 se a empresa comercializa ADR 0 se a empresa não comercializa ADR	(+)
Governança	Governança	1 se a empresa pertence ao novo mercado 0 se a empresa não pertence ao novo mercado	(+)
Endividamento	Endiv	Passivo exigível dividido pelo Ativo total	(-)
Rentabilidade	ROE	Lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido	(+)
	ROA	Lucro líquido dividido pelo ativo total	(+)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Destaca-se que as análises estatísticas foram realizadas com apoio do software *Stata 15*. Para estimar a significância estatística do modelo, foi utilizado o teste qui-quadrado (χ^2), enquanto a qualidade de ajuste do modelo foi verificada através do teste Hosmer-Lemeshow, que possui a hipótese nula de que o modelo está bem ajustado aos dados. Além disso, como forma de facilitar a interpretação dos resultados, optou-se por apresentar os coeficientes estimados ao invés das razões de chance (*odds ratio*). O nível de significância adotado no trabalho foi o de 5%.

3.4 Hipóteses do Estudo

A respeito das variáveis, o sinal de cada uma foi pensado de acordo com a expectativa do impacto da variável sobre a divulgação voluntária das empresas de capital aberto brasileiras. Assim, foram elaboradas hipóteses de acordo com os sinais. Esse tipo de expectativa foi baseado no resultado obtido por autores em estudos anteriores, por percepções obtidas ao longo da pesquisa, ou por haver algum tipo de regulação que influencie a divulgação por trás da variável.

H_1 : *Empresas com controle acionário mais concentrado possuem um menor nível de divulgação voluntária do que empresas com controle acionário disperso.*

Rufino e Monte (2014) afirmam que a divulgação voluntária de informações tende a ser maior em organizações com o capital disperso. Isso se deve ao fato de que em muitas empresas o poder de decisão está associado a um único indivíduo, logo ele pode optar pela não divulgação de informações.

Um fato como esse seria mais difícil de ocorrer em empresas com controle acionário disperso, já que a divulgação de informações serviria para reduzir a assimetria informacional (Murcia & Santos, 2009). Desse modo, a variável controladora detém um sinal negativo, já que quanto maior o percentual do acionista controlador menor a possibilidade de haver divulgação voluntária.

H_2 : *Empresas auditadas por 'Big Four' possuem maior nível de divulgação voluntária do que empresas auditadas por 'outras empresas de auditoria'.*

Segundo Murcia e Santos (2009), grandes firmas de auditoria, denominadas 'Big Four', influenciam a qualidade da divulgação por parte das empresas fazendo com que essas divulguem mais informações. Isso se deve ao fato desses profissionais serem mais exigentes quando se trata das normas contábeis, o que contribuiu para maior credibilidade das demonstrações contábeis formuladas.

Nesse estudo, a variável auditoria possui um sinal positivo, pois quando tratamos de uma empresa auditada por uma 'Big Four' a tendência é que exista uma maior transparência em relação as informações divulgadas. Nesse sentido, ao notar possíveis impactos na empresa causados pela pandemia, empresas auditadas por 'Big Four' provavelmente divulgaram informações voluntárias.

H_3 : *Empresas pertencentes a setores regulados possuem maior nível de divulgação voluntária do que empresas de outros setores.*

Alguns setores estão sujeitos a exigências específicas de seus reguladores, como é o caso do setor bancário, elétrico e de seguradoras. O estudo de Murcia e Santos (2009) considerou o setor elétrico como um setor regulado que garantiria maior nível de divulgação voluntária. Neste estudo, foram considerados os seguintes setores regulados: elétrico, bancário e de seguradoras. Assim, estes setores estão submetidos a regulamentações específicas que poderiam influenciar o nível de divulgação voluntária dessas empresas em um momento de pandemia.

Sendo assim, a variável setor regulado tem um sinal positivo, já que empresas pertencentes a setores regulados possuem regulamentações específicas que podem incentivar a divulgação. Ou seja, espera-se as empresas reguladas possuam maior nível de divulgação voluntária.

H₄: Empresas que pertencem aos setores mais impactados pela pandemia possuem maior nível de divulgação voluntária do que empresas com menores impactos.

O isolamento social impactou diversos setores empresariais no mundo, pois as medidas de distanciamento social fizeram com que diversas empresas deixassem de fornecer serviços ou então atuassem de forma reduzida. O estudo de Avelar e Ferreira (2020) demonstrou que os setores foram afetados de forma distinta pela pandemia.

Assim, a variável setor, trazida como um diferencial nesse estudo por se tratar dos setores mais impactados pela COVID-19 segundo o Ministério da Economia (2020), foi atribuído um sinal positivo. Sendo assim, a expectativa é de que as empresas que foram mais impactadas pela pandemia, ou seja, empresas que estão nos setores de comércio, transporte, tecidos, automóveis e motocicletas, hotéis, restaurantes, viagens, e exploração imobiliária, divulguem uma maior quantidade de informações voluntárias, a fim de informar usuários e minimizar ainda mais impactos.

H₅: Empresas maiores possuem maior nível de divulgação voluntária do que empresas menores.

As empresas de grande porte possuem uma exposição pública maior do que as empresas menores e por isso possuem maior incentivo para divulgar informações de modo discricionário (Rufino & Monte, 2014). Além disso, esse tipo de empresa não costuma ter problemas relacionados ao custo de produção de informações, já que elas também são produzidas a fim de reduzir assimetrias entre gestores e acionistas. (Verrecchia, 2001)

Outro fator relacionado ao tamanho das empresas é de que estas possuem maiores custos políticos devidos a sua visibilidade diante a sociedade, e por isso sofrem maior pressão política, pois seu impacto na economia é considerável (Murcia & Santos, 2009). Desse modo, ao tamanho, medido pelo ativo ou pela receita, é esperado o sinal positivo. Nesse sentido, as empresas que são consideradas grandes possuem maior grau de exposição pública e por isso são mais incentivadas a divulgar informações por parte dos usuários da informação. Portanto, a tendência é de que empresas de grande porte tenham divulgado mais informações voluntárias sobre a pandemia.

H₆: Empresas que comercializam ações em mercados internacionais possuem maior nível de divulgação voluntária do que empresas que negociam apenas na B3.

Percebe-se que empresas que possuem ações em outras bolsas de valores possuem maiores incentivos para divulgar informações de forma voluntária, pois existem assimetrias informacionais em relação as normas contábeis de cada país. Nesse sentido, o estudo de Nakayama e Salotti (2014) afirma que a política de divulgação voluntária de uma empresa está ligada ao local onde seus títulos são negociados. Essa afirmação vai de encontro ao trabalho Murcia e Santos (2009) ao constatar que empresas que possuem títulos e valores mobiliários negociados em outras bolsas de valores possuem maior nível de divulgação voluntária de informação.

Portanto, as empresas brasileiras que negociam suas ações em mercados internacionais tendem a divulgar mais informações para reduzir a assimetria informacional gerada pelas regulações contábeis distintas em alguns locais do mundo. Logo, nesse estudo, a expectativa é que a variável internacionalização tenha um sinal positivo.

H₇: Empresas que aderem o nível de governança corporativa Novo Mercado possuem maior nível de divulgação voluntária do que empresas que não aderem.

Melhores práticas de governança corporativa estão associadas a melhor qualidade de divulgação voluntária. O Brasil é considerado um país com baixa proteção aos acionistas e por isso existe uma busca por mecanismos adicionais que garantam aos acionistas que seus investimentos são confiáveis (Murcia & Santos, 2009).

Assim, o melhor nível de governança corporativa está no Novo Mercado onde existe um maior nível de transparência e ética por trás das divulgações. Por isso, a variável governança possui um sinal positivo, já que empresas pertencentes ao Novo Mercado provavelmente divulgaram informações sobre o efeito da pandemia na empresa, respeitando assim um maior nível transparência em relação aos usuários.

H₈: Empresas com maiores níveis de endividamento possuem menor nível de divulgação voluntária que as empresas com menor nível de endividamento.

Nota-se que em um momento de crise sanitária sem precedentes, muitas empresas tiveram que suspender suas atividades e por isso prejudicaram ainda mais seus resultados. Verrecchia (2001) afirma que se a informação não for obrigatória e não trazer benefícios imediatos e expressivos para a empresa, a opção será sempre pela não divulgação.

Por esse motivo, conferiu-se um sinal esperado negativo a variável endividamento pois espera-se que as empresas que possuem maior endividamento divulguem menos informações de forma voluntária, devido ao seu custo de produção e desencadeamento de consequências ainda mais negativas.

H₉: Empresas com maior nível de rentabilidade possuem maior nível de 'disclosure' voluntário do que as empresas com menor nível de rentabilidade.

Dye (2001) afirma que as empresas somente irão divulgar informações favoráveis sobre si. Por esse motivo, os ges-

tores de empresas com maiores rentabilidades teriam incentivos para realizar ações que demonstrem a “qualidade” da empresa e isso poderia se dar pela divulgação voluntária de informações confiáveis (Murcia & Santos, 2009).

Desse modo, a expectativa é de que a rentabilidade possua um sinal positivo neste estudo, pois espera-se que as empresas com maior rentabilidade divulguem maior quantidade de informações voluntárias sobre o COVID-19. Isso se deve ao fato de empresas com melhores desempenhos possuírem maiores incentivos para divulgar por partes dos gestores e por isso a rentabilidade seria um indicador para que haja divulgação.

4. RESULTADOS

4.1 Análise Preliminar dos Incentivos para a divulgação (Estatística Univariada)

A Tabela 3 apresenta o resultado do teste de diferença de médias entre as variáveis explanatórias utilizadas no estudo de acordo com a divulgação, ou não, de informações sobre a pandemia da COVID-19 pelas empresas de capital aberto brasileiras. Os dados apresentados na tabela demonstram que as medidas de tamanho da empresa (porte) são diferentes entre as empresas que divulgaram ou não divulgaram informações sobre o COVID-19. Desse modo, as empresas que divulgaram apresentaram valores maiores de tamanho em relação as empresas que não divulgaram. É válido ressaltar que o tamanho apresentou médias estatisticamente diferentes nas duas abordagens utilizadas: ativo e receita.

Tabela 3 - Teste de Diferença de Média para variáveis quantitativas

Variável	n	Valor médio			Estatística	Significância
		Total	Divulgaram	Não Divulgaram		
CONTROL	282	37,7	35,4	41,1	1.888	0.059
TAM_ATIVO	282	19,9	20,4	19,6	-3,044	0.002***
TAM_RECEITA	282	18,7	19,6	17,6	-4,442	0,000***
ENDIVIDAMENTO	282	2,9	2,5	3,3	-0,645	0.519
ROA	282	0,1	0,2	-0,08	-3,107	0.002***
ROE	282	-2,7	0,2	-6,5	-1,467	0.142

Nota: Dados da pesquisa (2021). CONTROL (acionista controlador); TAM_AT (tamanho calculado pelo logaritmo natural do ativo total); ROA (*return on assets*); e, ROE (*return on equity*). ***p<0,01, **p<0.05.

Além disso, o ROA mostrou-se significativo para a divulgação de informações sobre a COVID-19. Entretanto, o ROE não se mostrou significativo. Esses dois índices medem a rentabilidade esperada pela empresa, com base no retorno sobre os ativos ou patrimônio líquido, respectivamente. No caso do ROA, o valor médio foi positivo para as empresas que divulgaram e negativo para as empresas que não divulgaram.

A respeito da variável endividamento, o valor médio do endividamento das empresas que divulgaram fatos relevantes sobre a COVID-19 foi inferior ao das empresas que não divulgaram. Desse modo, mostrando-se uma variável não estatisticamente diferente em relação aos grupos. Outra variável que não foi estatisticamente diferente, ou seja, não influenciou o nível de divulgação sobre a pandemia, foi a de percentual do acionista controlador. Nesse caso, as empresas que não divulgaram informações sobre a COVID-19 possuíam um percentual obtido pelo acionista controlador maior do que as empresas que divulgaram.

Os dados apresentados na tabela 4 demonstram que o nível de divulgação voluntária da pandemia possui uma relação com a classificação de governança corporativa das empresas de capital aberto brasileiras. Desse modo, no grupo de empresas que divulgaram informações sobre a COVID-19, houve um maior número de empresas classificadas como Novo Mercado em comparação ao grupo de empresas que não divulgaram informações.

Tabela 4 - Teste de Diferença de Proporções (Qui-quadrado) para variáveis dummy

Variáveis <i>Dummy</i>	Valor	Não divulgou	Divulgou	Total	X ²	Significância
Governança	0	81	72	153	10.058	0,002***
	1	44	85	129		
	Total	125	157	282		
Setor	0	103	108	211	6.843	0,009***
	1	22	49	71		
	Total	125	157	282		
Internacionalização	0	104	117	221	3.091	0,079
	1	21	40	61		
	Total	125	157	282		
Auditoria	0	52	39	91	8.943	0,003***
	1	73	118	191		
	Total	125	157	282		
Setor Regulado	0	93	129	222	2.506	0,113
	1	32	28	60		
	Total	125	157	282		

Nota: Dados da pesquisa (2021). ***p<1% **p<5% .

A variável setor, trazida como diferencial em relação a outros estudos produzidos, também se mostrou significativa para a análise do nível de divulgação voluntária das empresas pesquisadas. Desse modo, nos setores que foram mais impactados, segundo o Ministério da Economia, houve uma tendência maior das empresas a divulgarem informações sobre a COVID-19. Outra variável que se mostrou relevante foi a de auditoria, nesse caso, concluiu-se que no grupo de empresas que divulgaram informações sobre a pandemia observa-se um número maior de empresas auditadas por 'Big Four'.

Por outro lado, as variáveis internacionalização e setor regulado não se mostraram relevantes nesse estudo, sendo assim, não possuem influência sobre o nível de divulgação. Nos dois casos, as empresas que optaram pela divulgação, ou pela não divulgação, dentro das variáveis específicas não apresentaram grande distinção em relação a quantidade para serem consideradas relevantes para o estudo.

4.3 Análise Multivariada Utilizando o Modelo de Regressão Logística

A tabela 5 apresenta os resultados da estatística multivariada, com base no modelo *logit* proposto. É possível observar, através do teste qui-quadrado (χ^2), que todos os modelos apresentam significância estatística. Além disso, os modelos (com exceção do modelo 2), apresentaram qualidade de ajuste aos dados, já que a hipótese nula do testes Hosmer-Lemeshow não pode ser rejeitada nesses casos.

Por meio da análise multivariada, foi constatado que as variáveis setor, tamanho, medido pela receita e pelo ativo, e a rentabilidade, mensurada através do ROA, foram variáveis significantes. Desse modo, pode-se considerar que são fatores determinantes para explicar a divulgação de fatos relevantes sobre a COVID-19 nas empresas de capital aberto brasileiras.

A variável setor indica que quando as demais variáveis forem constantes, as empresas que foram mais impactadas pela pandemia tiveram maior probabilidade de divulgar informações sobre a COVID-19. Na análise multivariada o setor foi relevante em todos os modelos. Assim, esse resultado está alinhado com o teste de diferença de proporções (qui-quadrado).

Tabela 5 - Resultado dos testes do modelo de regressão logística

Div = $\beta_0 + \beta_1 \text{ Audit} + \beta_2 \text{ Control} + \beta_3 \text{ Tamanho} + \beta_4 \text{ Setor} + \beta_5 \text{ Rent} + \beta_6 \text{ Intern} + \beta_7 \text{ Governança} + \beta_8 \text{ Endiv} + \varepsilon$								
Variáveis	(1) Modelo	(2) Modelo	(3) Modelo	(4) Modelo	(5) Modelo	(6) Modelo	(7) Modelo	(8) Modelo
CONTROL	-0.003 (0.005)	-0.002 (0.005)	-0.003 (0.005)	-0.002 (0.005)	-0.004 (0.005)	-0.003 (0.005)	-0.002 (0.005)	-0.002 (0.005)
AUDIT	0.395 (0.330)	0.439 (0.335)	0.355 (0.298)	0.438 (0.310)	0.219 (0.338)	0.313 (0.299)	0.261 (0.345)	0.412 (0.313)
SETOR	0.797*** (0.304)		0.809*** (0.309)		0.827*** (0.306)	0.837*** (0.310)		
TAM_AT	0.136 (0.087)	0.178 (0.092)			0.162 (0.091)		0.224** (0.096)	
INTERN	0.268 (0.325)	0.158 (0.328)	0.191 (0.317)	0.111 (0.322)	0.105 (0.349)	0.118 (0.328)	-0.0213 (0.349)	0.048 (0.332)
GOVERNANÇA	0.419 (0.282)	0.277 (0.296)	0.356 (0.295)	0.248 (0.311)	0.497 (0.288)	0.432 (0.298)	0.298 (0.308)	0.298 (0.316)
ENDIV	0.004 (0.010)	0.004 (0.010)	-0.001 (0.010)	-0.003 (0.008)	0.000 (0.008)	-0.005 (0.007)	0.001 (0.008)	-0.007 (0.007)
ROE	0.010 (0.048)	0.010 (0.031)	0.006 (0.008)	0.007 (0.008)				
REG		-0.701 (0.375)		-0.608 (0.369)			-0.902** (0.393)	-0.701 (0.384)
TAM_REC			0.131** (0.056)	0.138** (0.058)		0.111** (0.054)		0.117** (0.055)
ROA					1.010** (0.399)	0.760** (0.351)	1.176*** (0.424)	0.844** (0.374)
Constante	-3.089 -1.636	-3.576** -1.709	-2.752*** -1.041	-2.582** -1.041	-3.555** -1.719	-2.411** -1.001	-4.389** -1.796	-2.207** (0.995)
Pseudo R2	0.070	0.062	0.089	0.079	0.096	0.106	0.091	0.096
χ^2	27,35***	24,01***	34,60***	30,52***	37,36***	41,03***	35,42***	37,22***
Hosmer-Lemeshow	6,49	16,46**	8,46	5,47	12,92	7,71	9,28	7,27
N	282	282	282	282	282	282	282	282

Nota: Tabela elaborada pelos autores (2021). ***p<0,01, **p<0,05.

O tamanho (medido pela receita) também se mostrou como uma variável significativa. Desse modo, quando mantido as demais variáveis constantes, o tamanho da empresa influenciou o nível de divulgação voluntária, ou seja, quanto maior o tamanho da empresa maior a probabilidade de haver divulgação de informações. Esse resultado vai de acordo com o Teste de Diferença de Média. A variável tamanho também se mostrou relevante quando mensurada pelo ativo. Sendo assim, quando as demais variáveis foram mantidas constantes o tamanho da empresa influenciou o nível de divulgação voluntária. E aponta que independente da métrica utilizada para avaliar o tamanho ele apresenta significância nos dois casos. Esse resultado corrobora com o Teste de Diferença de Média. Outra variável que apresentou resultado consoante com o Teste de Diferença de Média é a variável de rentabilidade (ROA). Nesse caso, quando forem mantidas as demais variáveis constantes, quanto maior for a rentabilidade de uma empresa maior a chance de ter ocorrido divulgação voluntária.

Em relação às demais, essas não apresentaram significância na análise multivariada. Desse modo, essas variáveis não foram determinantes para influenciar a divulgação de informações nesse estudo. Entretanto, é importante ressaltar que algumas das variáveis que não foram determinantes na análise multivariada apresentaram significância nos testes anteriores, como: auditoria, e a governança. Um possível motivo para o resultado dessas variáveis pode estar associada ao momento vivido durante a pandemia, período esse que exigiu resposta por parte das empresas, independente do tipo de auditoria ou do sistema de governança.

Além disso, os testes estatísticos conduzidos não constataram associação entre variável controlador e a divulgação voluntária. Um possível motivo associado a não significância estatística da variável participação dos acionistas controladores pode estar relacionado com a concentração de capital presente no mercado brasileiro que pode diminuir a demanda por divulgação de informação (NAKAYAMA; SALOTTI, 2014).

A variável internacionalização não apresentou significância nos testes realizados. Nesse sentido, é provável que devido ao momento de incerteza gerado pela COVID-19 no cenário internacional as empresas tenham deixado de divulgar informações. Sendo assim, mesmo nas firmas que negociam seus títulos em mercados internacionais e estão sujeitas a um maior número de normas contábeis não se observou significância em relação ao seu nível de divulgação voluntária sobre a pandemia.

Por fim, tratando-se da variável setor regulado, essa apresentou resultado inverso ao esperado na pesquisa. Dessa forma, nesse estudo, constatou-se que quando uma empresa apresentava nível de regulação elevado menor é a chance de haver divulgação voluntária.

Sendo assim, o resultado da análise multivariada vai ao encontro com o estudo de Murcia e Santos (2009) em que as variáveis setor e tamanho foram significantes para a divulgação voluntária. Entretanto, nessa pesquisa, ao contrário do que foi encontrado pelos autores, as variáveis internacionalização e governança não apresentaram significância desejada se observadas em conjunto com outras variáveis.

O estudo de Rufino e Monte (2014) também se assemelha ao presente artigo, já que encontrou relevância nas variáveis rentabilidade e tamanho como influenciadores da divulgação voluntária. Outro estudo que trata da divulgação voluntária é o de Rover et al. (2012) em que as variáveis, tamanho da empresa e auditoria apresentaram-se relevantes. Ao comparar os resultados obtidos da variável auditoria desse último artigo com esse estudo, a variável auditoria não encontra os mesmos resultados de Rover et al. (2012), uma vez que essa não apresentou significância quando colocada em conjunto com outras variáveis.

A respeito do campo da divulgação voluntária no contexto da pandemia da COVID-19, os estudos de Barbosa et al. (2020) e Avelar e Ferreira (2020) corroboram esse trabalho. Nesse sentido, os artigos afirmam que setores distintos foram afetados de forma diferente. Sendo assim, pode-se complementar com os resultados dos testes obtidos neste artigo que a diferença de impacto por setores está associada aos setores que foram mais impactados pela pandemia do COVID-19, segundo o Ministério da Economia. Portanto, os setores classificados como mais impactados divulgaram mais informações sobre o efeito ou as possíveis consequências da pandemia nas empresas de capital aberto brasileiras. Além disso, os estudos de Barbosa et al. (2020) e Avelar e Ferreira (2020) abordam uma variável que está em consonância com este artigo, já que neste estudo a variável governança corporativa também não se mostrou relevante quando analisada em conjunto com outras variáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi identificar o que motivou as empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3 a divulgarem informações voluntárias sobre a pandemia. No desenvolvimento do estudo foram coletados os fatos relevantes que as empresas divulgaram sobre o COVID-19 no período de 01/01/2020 até 31/08/2020. Além disso, as demais informações foram obtidas através da base de dados CAPITAL IQ referente ao ano de 2019. Assim, para a análise dos dados foram realizados testes estatísticos univariados e multivariados para análise quantitativa dos dados, assim como, para análise qualitativa das informações utilizadas.

A pesquisa constatou que das 282 empresas de capital aberto que continham os dados desejáveis, apenas 157 divulgaram informações sobre o efeito ou possíveis impactos do COVID-19 na firma através de fatos relevantes. Desse modo, entre as empresas que divulgaram informações os setores mais impactados foram: energia elétrica, tecidos, comércio, intermediários financeiros e construção civil, respectivamente. A semelhança entre esses setores está no fato de todos terem sido prejudicados pelas medidas de isolamento social, assim como seu percentual de divulgação dos impactos ser majoritariamente superior a 50%.

Na análise dos incentivos para a divulgação voluntária de informações sobre a COVID-19, o teste multivariado demonstrou que as variáveis setor (que representa as empresas que foram mais impactados pela pandemia), tamanho (medido pela receita e pelo ativo), e a rentabilidade (ROA) foram significantes para determinar a divulgação de informações sobre a pandemia. Desse modo, as empresas pertencentes aos setores mais impactados divulgaram mais informações sobre a COVID-19, assim como as empresas com maiores tamanhos e maiores rentabilidades. As variáveis setor, tamanho e rentabilidade também explicaram a divulgação nos testes qui quadrado e no teste de diferença de médias aplicados.

Os resultados obtidos na análise multivariada são próximos ao encontrado por Murcia e Santos (2009) em que as variáveis setor e tamanho foram significantes para a divulgação voluntária. Os estudos elaborados sobre a pandemia, de Barbosa et al. (2020) e Avelar e Ferreira (2020), corroboram esse trabalho. Nesse sentido, foi constatado que os setores

econômicos foram impactados de forma distinta, e que a variável governança não influenciou a divulgação de informações sobre o COVID-19.

Dessa forma, de acordo com o objetivo proposto nesse estudo, as principais constatações da pesquisa podem ser visualizadas nos testes estatísticos. Sendo assim, na análise univariada as variáveis tamanho, rentabilidade, governança, setor e auditoria estão associadas a empresas com maior nível de divulgação voluntária sobre a COVID-19. Os resultados da análise multivariada reforçam a significância das variáveis setor, tamanho e rentabilidade, pois elas se mostraram significantes para evidenciar os incentivos do *disclosure* voluntário por parte das firmas de capital aberto listadas na B3.

As empresas de capital aberto brasileiras receberam recomendações da CMV para divulgar possíveis impactos em seus fatos relevantes para que os usuários da informação não precisassem esperar até as demais demonstrações contábeis. Entretanto, é interessante perceber que mais de 50% da amostra de empresas analisadas no artigo adotou a recomendação, apesar de ter uma discricionariedade para tal. No contexto contábil, muitas vezes, as demonstrações não apresentam todas as informações necessárias para os *stakeholders*, mas nesse caso, pode-se dizer que as empresas buscaram adotar, em um momento atípico, a divulgação como forma de esclarecimento.

Desse modo, como contribuição do estudo destaca-se: a formulação de hipóteses que explicaram, ou não, a divulgação voluntária em um contexto atípico, que foi o da COVID-19. Além disso, ressalta-se o estudo da divulgação voluntária em um momento atípico gerado pela COVID-19. Nesse sentido, as principais constatações foram sobre as variáveis que influenciam e não influenciam a divulgação voluntária. As limitações do trabalho envolvem o período analisado, que abrange somente um curto período da pandemia (8 meses). Além disso, a amostra de empresas foi reduzida devido a inexistência de alguns dados necessários para a pesquisa.

Por fim, sugere-se que estudos futuros tentem abranger um período maior para a coleta de fatos relevantes. Ademais, pode-se também extrair dados das demonstrações financeiras anuais publicadas, como o relatório da administração e os resultados financeiros, e ver se eles corroboram com as expectativas e decisões publicadas nos fatos relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Avelar, E. A., Ferreira, P. O., & Ferreira, C. d. (2020). Análise dos Efeitos e das Medidas Adotadas pelas Companhias Abertas Brasileiras Frente à Pandemia. *XX Usp International Conference In Accounting*, 1-5.
- Barbosa, M. B., Silva, C., Bonfim, M., & Soares, J. (2020). Projeções nos Fatos Relevantes das Empresas de Capital Aberto da B3: impactos da COVID-19. *XX Usp International Conference In Accounting*, 1-6.
- Boaventura, J., Cardoso, F., Silva, E., & Silva, R. (2009). Teoria dos Stakeholders e Teoria da Firma: um estudo sobre a hierarquização das funções-objetivo em empresas brasileiras. *RBN Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 289-307.
- Clarkson, M. B. (1995).). A Stakeholder Framework for Analyzing and Evaluating Corporate Social Performance. *Academy of Management Review*, 92-117.
- Dye, R. (2001). *Na evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting*. Amsterdam: Journal of Accounting and Economics.
- Freeman, R. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Massachusetts: Sage.
- Ministério da Economia. (15 de Setembro de 2020). Fonte: Governo Federal: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>
- Murcia, F. D.-R., & Santos, A. d. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 72-95.
- Nakayama, W., & Salotti, B. (2014). Determining Factors of the Level of Disclosure of Information on Business Combinations with the Entry into Force of the Accounting Standard CPC 15. *Revista Contabilidade & Finanças*, 267-280.
- Nascimento, R. G., Poltronieri, C. C., & Teixeira, A. P. (2020). Uma Análise do Impacto do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras à Luz da Teoria do Disclosure e Teoria dos Sinais. *XX Usp International Conference In Accounting*, 1-10.
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D.-R., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração - RAUSP*, 217-230.
- Rufino, M. A., & Machado, M. R. (2016). Fatores Determinantes da Divulgação de Informações Voluntária Social: Evidências Empíricas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 217-230. doi:<https://doi.org/10.17524/repec.v9i4.1300>
- Rufino, M., & Monte, P. (2014). Fatores que Explicam a Divulgação Voluntária das 100 Empresas com Ações Mais Negociadas na BM&FBOVESPA. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 59-72.
- Silva, A. (2008). Escolha de Práticas Contábeis no Brasil: Uma análise sob a ótica da hipótese dos covenants contratuais. *Tese (Doutor) - USP*, 1-159.
- Silva, M., Souza, A., & Costa, J. (2020). Conference Calls: o que as empresas dizem sobre o COVID-19. *XX Usp International Conference In Accounting*, 1-8.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal Of Accounting and Economics*, 97-180.
- Viana Junior, D. B., & Lourenço, I. (2020). Impression Management Tactics During COVID-19 Pandemic Outbreak: An Analysis of Luxury Goods Firms. *XX Usp International Conference In Accounting*, 1-13.

NOBES, C., & STADLER, C. (2018). INVESTIGATING INTERNATIONAL DIFFERENCES IN FINANCIAL REPORTING: DATA PROBLEMS AND SOME PROPOSED SOLUTIONS. THE BRITISH ACCOUNTING REVIEW, 50(6), 602-6141

O estudo desenvolvido por Nobes e Stadler ressalta os cuidados a serem tomados com estudos realizados de forma comparativa entre países (estudos internacionais ou *cross-country*). A pesquisa concentra-se, principalmente, na discussão acerca de problemas e soluções quanto à escolha da amostra, das variáveis e da coleta de dados. O principal objetivo dos autores com o estudo é apresentar que é possível a realização de trabalhos comparativos entre os países, mas que é preciso alguns cuidados quanto a essa forma de pesquisa. A proposta do estudo de Nobes e Stadler visa evitar que as pesquisas fiquem enviesadas ou, no mínimo, que reduzam os vieses.

A obra ora resenhada é o artigo intitulado “*Investigating international differences in financial reporting: Data problems and some proposed solutions*” e publicado na “*The British Accounting Review*” em 2018. O artigo contém 13 páginas distribuídas em sete seções, a saber: i) introdução; ii) tipos de problemas; iii) seleção da amostra; iv) especificando as variáveis; v) usando banco de dados; vi) coletando dados manualmente; e vii) conclusões.

O artigo foi escrito por Christopher Nobes e Christian Stadler. Nobes é professor de contabilidade na Royal Holloway (Inglaterra) e na University of Sydney (Austrália) (Royal Holloway, 2021). Ele participou do *Accounting Standards Committee of the UK and Ireland* (1987-90) e também foi membro do *International Accounting Standards Committee* (IASC) (1993-2001) (Royal Holloway, 2021, The University of Sydney, 2021). Além disso, ele foi editor-adjunto da *Accounting and Business Research* (H-index 55 na Scimago em 2021) (Royal Holloway, 2021, Scimago, 2021) e compõe o conselho editorial de nove periódicos (Royal Holloway, 2021). Ele também tem experiência profissional como auditor na PricewaterhouseCoopers (1987 -2007) (The University of Sydney, 2021).

Stadler é professor de gestão estratégica na Warwick Business School (Inglaterra) (Christianstadler, 2021, Warwick Business School, 2021). Suas pesquisas se concentram na investigação sobre como as empresas crescem, adaptam-se e derrotam os concorrentes, focando, portanto, nas vantagens competitivas que as empresas alcançam ao longo dos anos (Warwick Business School, 2021). Ele também é membro do conselho editorial do *Strategic Management Journal* (H-index 286 na Scimago em 2021) e da *Strategic Organization* (H-index 57 na Scimago em 2021) (Scimago, 2021, Warwick Business School, 2021).

Estudos internacionais em contabilidade têm a finalidade de comparar as semelhanças e diferenças das práticas contábeis entre países (Vieira, 2002). Esse tipo de estudo pode conter erros graves de comparabilidade, principalmente, no que se refere à qualidade, à consistência e à comparabilidade (Cruz, Teixeira, & Monte-Mor, 2015), ressaltando-se que, na presença de vários países, o

Geovane Camilo dos Santos

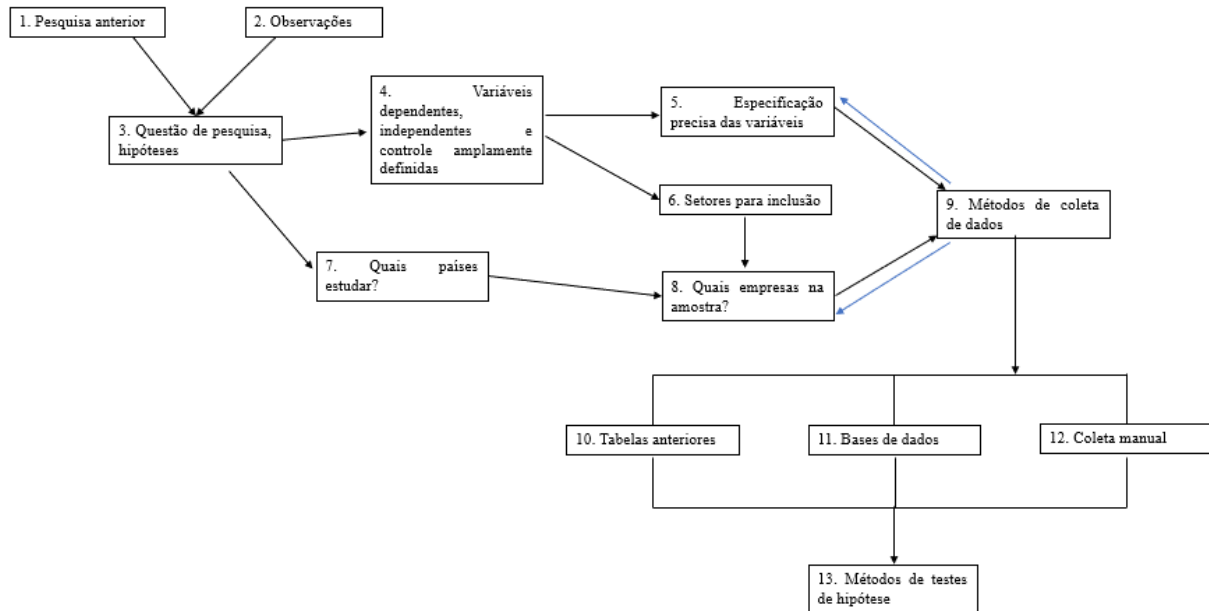
Doutorando e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Planejamento e Gestão Tributária pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM). Bolsista CAPES. Docente do curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) (em licença de interesse particular). E-mail: geovane_camilo@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6250636494451919>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3253-830X>

¹ Agradeço as ricas contribuições de dois avaliadores(as) anônimos(as) que contribuíram significativamente para a melhoria da resenha.

risco de erro aumenta significativamente (Nobes & Stadler, 2018). Por isso, estudos como o realizado por Nobes e Stadler (2018), que apontam os principais problemas que podem existir em pesquisas *cross-country* e as soluções para resolvê-los ou, ao menos, minimizá-los, contribuem com a literatura contábil.

Para a construção da pesquisa, os autores analisaram os 50 artigos mais citados na base *Scopus* que comparam práticas contábeis de diferentes nações. Apesar de existirem outros pontos, os autores focaram na seleção de amostra, na escolha de variáveis, na utilização de banco de dados e na coleta manual de dados. Antes da apresentação dos problemas e soluções para pesquisas internacionais, Nobes e Stadler (2018) propuseram uma visão sobre a construção de uma pesquisa internacional com alto nível. Para isso, os autores criaram uma figura com 13 caixas. A Figura 1 mostra a tradução do esquema apresentado pelos autores.

Figura 1 – Esboço da pesquisa internacional



Fonte: Tradução da Figura 1 da pesquisa de Nobes e Stadler (2018, p. 603).

Nobes e Stadler (2018) mencionam que o primeiro passo em um estudo é o levantamento dos estudos anteriores (caixa 1) mediante a observação dos pesquisadores sobre o mundo (caixa 2), resultando em uma questão de pesquisa importante, interessante e original (caixa 3). Os autores destacam que a questão de pesquisa irá focar em uma variável dependente, uma ou mais variáveis explicativas e, também, na inclusão de variáveis de controle (caixa 4). Quanto à especificação das variáveis (caixa 5), eles destacam que uma determinada variável pode ser definida de diferentes formas e, por isso, a especificação da variável é fundamental. Outro ponto que Nobes e Stadler (2018) destacam é quanto à exclusão de determinado setor, visto que ele pode conter características distintas, cujos resultados podem ser viesados com a inclusão desse setor (caixa 6).

Os pesquisadores destacam que até a caixa 6 corresponde a passos dados em pesquisas com apenas um país. Eles enfatizam ainda que, em uma pesquisa internacional, isso pode ser mais importante em decorrência de questões específicas, como: i) determinados setores excluídos podem ser mais importantes para algum país que para outro; e ii) falta de dados em determinados países. Para a tomada de decisão da amostra da pesquisa (caixa 8), faz-se necessário a combinação das caixas 6 e 7.

Depois de definidas as variáveis (caixa 4) e a amostra (caixa 8), faz-se necessário deliberar sobre o método a ser utilizado para a coleta dos dados (caixa 9). Nobes e Stadler (2018) destacam três grandes categorias: tabelas anteriores (caixa 10), bases de dados (caixa 11) e coleta manual (caixa 12). Segundo os autores, a denominação de “tabelas anteriores” se deve ao fato de o pesquisador utilizar informações fornecidas por estudos anteriores, como, por exemplo, a distinção dos países em *code law* ou *common law*. A coleta também pode ocorrer em banco de dados, principalmente, com o uso de dados secundários ou mediante dados primários extraídos de relatórios contábeis ou questionários/entrevistas. Sobre a caixa 13, os autores mencionam que os métodos utilizados para tratamento dos dados devem ser especificados com a finalidade de testar as hipóteses do estudo. Apesar de não constar na Figura 1, os autores mencionam que, após esse procedimento, ocorre a interpretação dos resultados, que deve ser cética e, em seguida, ocorre a formulação de quaisquer recomendações.

O primeiro problema apresentado pelos autores é quanto à **seleção de amostra**. Eles destacam três pontos: países predominantes nas amostras, empresas controladas por outras no exterior e exclusão de setores. A predominância de países na amostra pode até não ser um problema propriamente dito, mas tem potencial de afetar a comparação, pois,

como evidenciado, o estudo de Ball, Kothari e Robin (2000) apresentado por Nobes e Stadler (2018) teve mais de mais 80% da amostra concentrada em três países.

Para evitar concentração de empresas de determinado(s) país(es), Nobes e Stadler (2018) propõem quatro possibilidades com a limitação de cada prática. A primeira e a segunda são, respectivamente, a exclusão do país ou países dominantes e a inclusão de países com número suficiente de observações para influenciar os resultados. Esses dois procedimentos têm como vantagem a facilidade de aplicação, mas podem reduzir a amostra. Essa forma de abordagem pode ser útil para análise de sensibilidade. A terceira é a agregação, isto é, permite que cada país seja igualmente refletido na análise, porém isso testa apenas as diferenças em nível de país e também ocasiona uma pequena amostra. A quarta refere-se ao uso de amostra com tamanhos semelhantes. Isso evita a exclusão de algum país e ainda proporciona o teste das diferenças no nível do país e da empresa. Contudo, muitas empresas de países dominantes são excluídas.

Quanto às empresas de outros países listadas em determinada bolsa nacional, ou empresas nacionais com forte influência de organizações internacionais, os autores sugerem que pesquisadores excluam tais empresas para evitar a “contaminação” dos dados. Nobes e Stadler (2018) mencionam que, nos artigos analisados, nenhum deles excluiu empresas com influências estrangeiras, tampouco discutiram o assunto. Os autores destacam ainda que verificar a forma como uma empresa tem influência de organizações internacionais é mediante o uso do Número Internacional de Identificação de Valores Mobiliários (ISIN) de uma empresa e a localização de seu escritório corporativo. Essas informações estão disponíveis no Worldscope no campo de dados WC06008 para ISIN e WC06026 para o país do escritório corporativo.

Já em relação à exclusão de determinados setores, Nobes e Stadler (2018) mencionam que o setor financeiro e de extração, normalmente, são excluídos. Os autores destacam que isso pode afetar os resultados, visto que grande parte do mercado de ações de um país poderá ser excluída. Eles mencionam também a importância de cada pesquisador observar o cenário específico da pesquisa, sendo necessária a explicação da razão de qualquer exclusão.

O segundo ponto limitante apresentado pelos autores é a **escolha das variáveis**. A primeira limitação é a comparabilidade internacional. Nobes e Stadler (2018) citam que, ao escolher a variável para lucro, há uma dificuldade, pois determinados *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAPs) têm a opção “Lucro antes dos itens extraordinários”, o que não é o caso de outros países, principalmente, aqueles que adotam *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Essa situação pode ser resolvida com a utilização do “Lucro após os itens extraordinários”. Além disso, os autores citam que é possível ranquear a variável para facilitar a comparabilidade entre os países com o uso de decil dentro dos países. A segunda limitação é a identificação adequada dos setores. Nobes e Stadler (2018) sugerem que, ao se realizarem estudos comparativos, é importante que haja o controle do setor mediante dummies. Nesse caso, eles sugerem o uso da classificação *Industry Classification Benchmark* (ICB) ao invés do *Standard Industrial Classification* (SIC). E a terceira limitação se refere à endogeneidade (presença de alta correlação entre os regressores), sendo recomendada a definição de variáveis de maneira cuidadosa.

O terceiro problema é o uso de **banco de dados**. Nobes e Stadler (2018) mencionam que os pesquisadores devem se atentar aos dados atuais, enganosos, faltantes e errôneos, visto que há uma dificuldade de muitas bases conterem apenas a informação mais recente, não apresentando um histórico das organizações. Quanto aos dados atuais, os autores evidenciam exemplos de empresas que, ao longo dos anos, mudaram o código do setor SIC/ICB, isto é, as informações atuais não refletem o histórico da empresa. Como forma de mitigar essa limitação, pode-se realizar a coleta manual nos formulários arquivados junto à Comissão de Valores Mobiliários de cada país. Caso não seja possível a coleta, os autores podem, pelo menos, mencionar no artigo a possibilidade de mudanças de código da empresa ao longo dos anos. As mudanças ocorrem em decorrência da evolução das empresas que passam do setor primário para uma indústria ou devido a fusões ou aquisições.

Nobes e Stadler (2018) citam que, apesar de estarem objetivamente corretos, os dados podem ser enganosos. Como exemplo, eles citam o caso do número de ações em circulação de muitas empresas estatais chinesas negociadas na China Continental (Ações A) e em Hong Kong (Ações H). Isso ocorre porque a Datastream coleta essa informação para cada um dos dois tipos de ações individualmente, embora o capital social da empresa seja composto por ações A e H. Um exemplo citado por Nobes e Stadler (2018) se trata da PetroChina, pois, ao observar as Ações H, percebe-se que ela não é controlada pelo governo, mas, ao considerar as Ações A e H em conjunto, constata-se que 86,51% do capital social total está nas mãos do governo. Para a correção desse tipo de problema, os autores citam que os dados podem ser coletados manualmente.

A falta de dados de determinado país pode ser tratada mediante a exclusão das empresas do referido país da análise. Os dados podem ser faltantes devido a dois principais motivos: i) mudança de normas contábeis, como a citada no estudo de Atwood et al. (2010) com as empresas da Alemanha; e ii) não registro dos dados relevantes por analistas. Nobes e Stadler (2018) mencionam que o problema de dados faltantes no caso de mudança de normas, por exemplo, pode ser resolvido, excluindo-se o país da amostra. Já no segundo caso, pode-se realizar a coleta dos dados de forma manual.

Nobes e Stadler (2018) mencionam que dados errôneos são comuns em bancos de dados secundários. Eles destacam três principais obstáculos: i) analistas podem registrar erroneamente os dados de uma empresa específica; ii) mudança de dados em estudos longitudinais, visto que os dados atuais podem provocar informações desatualizadas; e iii) padrões contábeis seguidos pelo Worldscope podem conter inconsistências. Nobes e Stadler (2018) destacam que, para averiguar inconsistências, podem ser usadas estatísticas descritivas e comparação dos dados da empresa ao longo dos anos. Isso porque grandes variações podem representar algum problema na elaboração dos dados, podendo valores

extremos serem tratados mediante o uso de winsorização.

E o último problema apresentado por Nobes e Stadler (2018) é **coleta de dados manual**. Ao coletar dados de políticas contábeis, os pesquisadores podem se depararem com “cópias de documentos” como partes de normas contábeis, o que pode ser minimizado com leitura das notas de forma detalhada. As divulgações não comparáveis representam outra barreira, pois, mesmo com uma coleta manual, há falta de comparação dos dados. Como forma de corrigir essa dificuldade, pode-se restringir a amostra às empresas que fornecem divulgações comparáveis. Além disso, a investigação das palavras divulgadas nos relatórios de forma rápida e não profunda podem representar um problema na coleta dos dados. Para resolver esse problema, pode ser realizada a leitura minuciosa dos relatórios.

As exceções contidas nas normas também representam uma dificuldade às pesquisas internacionais. Para a mitigação desse entrave, pode-se realizar a exclusão de empresas com essas características. Nobes e Stadler (2018) afirmam que a tradução é outra questão desafiadora, podendo as empresas, nesse caso, usar determinado nome para uma conta, mas que tem outra representação. Para resolver essa questão, são necessários a leitura atenta das notas explicativas e o conhecimento de uma vasta terminologia usada para determinada conta.

Nobes e Stadler (2018) concluem que há uma diversidade de problemas ao realizar estudos comparativos, não ficando limitado aos escolhidos por eles para a construção do artigo. Eles não desencorajam a realização de pesquisas internacionais, mas chamam a atenção para determinados erros que podem ser evitados ao realizar a leitura do artigo proposto. Isso porque a pesquisa de Nobes e Stadler (2018) é original ao apontar os cuidados ao se realizarem estudos comparativos, cuja abordagem tem crescido nos últimos anos. Pesquisadores, ao realizarem a leitura desse artigo, terão um arcabouço teórico e prático para aplicar em suas pesquisas.

Recomenda-se ainda a leitura do artigo para estudantes de graduação, pós-graduação e professores que trabalham com pesquisas internacionais. De forma especial, o estudo é recomendado para pesquisadores iniciantes que adotam abordagens comparativas internacionais para entender as limitações que poderão encontrar ao realizar esse tipo de estudo. Apesar de ter um enfoque maior na contabilidade, o artigo se aplica a todas as outras áreas do conhecimento que realizam pesquisas comparativas entre países. O artigo tem como diferencial não apenas a apresentação de problemas relacionados às pesquisas internacionais, mas a apresentação de soluções.

Algumas das medidas sugeridas por Nobes e Stadler (2018) se tornam difíceis ou impraticáveis de serem adotadas. Isso porque uma pesquisa com dados internacionais trabalha com uma quantidade grande de observações e, assim, a coleta manual pode ser impraticável, além de conter problemas, como mencionado pelos autores. Portanto, os pesquisadores, ao realizarem estudos comparativos, devem tomar uma série de cuidados para não chegarem a conclusões inverídicas e cujos resultados não representem aqueles achados já encontrados.

REFERÊNCIAS

- Christian Stadler. (2021). *About Me*. Recuperado em 23 de agosto de 2021 em <https://bit.ly/3khguTz>.
- Cruz, P. B., Teixeira, A., & Monte-Mor, D. S. (2015). O Efeito da desigualdade da distribuição de renda no crescimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, 69(2), 163-186. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20150008>
- Nobes, C., & Stadler, C. (2018). Investigating international differences in financial reporting: Data problems and some proposed solutions. *The British Accounting Review*, 50(6), 602-614.
- Royal Holloway. (2021) *Professor Christopher Nobes*. Recuperado em 23 de agosto de 2021 em <https://bit.ly/3kkW1NC>.
- Scimago. (2021) *Journal Rankings*. Recuperado em 23 de agosto de 2021 em <https://www.scimagojr.com/journalrank.php>.
- The University of Sydney. (2021) *Curriculum Vitae*. Recuperado em 23 de agosto de 2021 em <https://bit.ly/3AZCLfe>.
- Vieira, V. A. (2002). As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. *Revista da FAE*, 5(1), 61-70.
- Warwick Business School. (2021). *Professor Christian Stadler: Professor of Strategic Management*. Recuperado em 23 de agosto de 2021 em <https://bit.ly/3AZE0jw>.